

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual
/ Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-627-0

DOI 10.22533/at.ed.270200112

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Gênero sexual.
4. Diversidade sexual. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substancialmente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (Paulo Freire)

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Enraizado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re) produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão. Educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os sujeitos. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos espaços e das relações sociais se encontra permeada de questões, contudo, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advêm de diferentes espaços socioculturais.

As pessoas têm direito ao acesso ao conhecimento, numa permanente reflexão crítica, o que lhes possibilita avaliarem, analisarem o seu cotidiano, as suas ações e atitudes. Porque sem o acesso ao conhecimento científico não podemos ser sujeitos críticos, a educação sexual emancipatória e as teorias do pensamento crítico, pois não temos como ser críticos se formos orientados e pautados em equívocos teóricos, em erros e mentiras nas práticas vivenciadas. A partir das análises dos documentos em sua totalidade, foi registrado, a cada instante, o respaldo que a educação sexual emancipatória e uma ação pedagógica críticoreflexiva recebem desses documentos oficiais, assim como o amparo legal que docentes possuem de maneira direta ou indireta, para realizarem intervenções sobre a temática sem medos, repressões ou perseguições. Desta forma, as reflexões sobre os documentos oportunizaram observar sua potencialidade, bem como registrar algumas lacunas que podem ser reestruturadas partindo do que registramos esta pesquisa. E, assim, podemos afirmar a preocupação de ambos os documentos analisados nos aspectos da saúde humana para a vida com qualidade, com proteção e preservação à natureza e à vida humana, englobando uma visão de ser humano em sua inteireza, no mundo, junto aos outros seres.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1..... | 1 |
| EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS | |
| Solange Aparecida de Souza Monteiro | |
| Silmário Batista dos Santos | |
| Célio Marcos Colombro Molteni | |
| Fabricio Augusto Correa da Silva | |
| Vaquiria Nicola Bandeira | |
| Antonio Marcos Vanzeli | |
| Débora Fernandez Antonon Silvestre | |
| Melissa Camilo | |
| Igor Felipe Benatti | |
| Debora Cristina Machado Cornélio | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001121 | |
| CAPÍTULO 2..... | 15 |
| A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA | |
| Simone Souza de Freitas | |
| Amanda Dacal Neves | |
| Ana Beatriz Sousa Nunes | |
| Eveliny Silva Nobre | |
| Heloise Agnes Gomes Batista da Silva | |
| Ilka Maria de Santana | |
| Inalda Juliani Ferreira dos Santos | |
| Joana D'arc Tavares do Nascimento | |
| Jeniffer Emidio de Almeida | |
| Luis Felipe da Silva Medeiros | |
| Marcella Brianni de Araújo Gomes | |
| Nathalia Nascimento Gouveia | |
| Maria Ramona da Penha Carvalho | |
| Shelma Feitosa dos Santos | |
| Tayanne Kettyne Silva Santos | |
| Victor Hugo Silva de Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001122 | |
| CAPÍTULO 3..... | 24 |
| CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA | |
| Isael Cavalcante Silva | |
| Ivanete Silva de Sousa | |
| Francisca Francimar Araújo Pinheiro | |
| Maria Conceição Batista de Oliveira | |
| Vitória Kisla Brasil Barros | |
| Elisabeth Soares Pereira da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001123 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 4..... | 31 |
| ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA | |
| Elvira Simões Barretto | |
| Lenilda Inácio dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001124 | |
| CAPÍTULO 5..... | 44 |
| A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | |
| Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza | |
| Samya Cotta Brandão Siqueira | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001125 | |
| CAPÍTULO 6..... | 57 |
| CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY | |
| Karen Natali Backes dos Santos | |
| María Victoria Zavala Saucedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001126 | |
| CAPÍTULO 7..... | 72 |
| EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR | |
| Gislene Quaresma Oliva | |
| Maria da Luz Alves Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001127 | |
| CAPÍTULO 8..... | 83 |
| PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+ | |
| Lara Muniz Araujo | |
| Isabella Perrotta | |
| Diego Santos Vieira de Jesus | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001128 | |
| CAPÍTULO 9..... | 96 |
| PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY | |
| Karen Natali Backes dos Santos | |
| María Victoria Zavala Saucedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.2702001129 | |
| CAPÍTULO 10..... | 107 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE | |
| Nelmires Ferreira da Silva | |

DOI 10.22533/at.ed.27020011210

CAPÍTULO 11 118

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES
QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Maria da Luz Alves Ferreira

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.27020011211

CAPÍTULO 12 130

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011212

CAPÍTULO 13 137

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011213

SOBRE A ORGANIZADORA 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Data de aceite: 27/11/2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro

UNESP

Silmário Batista dos Santos

IFSP

Célio Marcos Colombro Molteni

UNIARA

Fabricio Augusto Correa da Silva

UNIARA

Vaquiria Nicola Bandeira

UNIARA

Antonio Marcos Vanzeli

FIJ

Débora Fernandez Antonon Silvestre

UFSJ

Melissa Camilo

UNESP

Igor Felipe Benatti

UNIARA

Debora Cristina Machado Cornélio

UNESP

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal discutir e analisar os mecanismos de excludente que perpassam as relações de gênero e a diversidade sexual na educação. O método da pesquisa documental e bibliográfica. A partir da escolha metodológica foi realizada uma discussão acerca do conceito de preconceito e gênero como categoria histórica e social e o papel da educação na desconstrução de estereótipos

e preconceitos que permeiam essas relações. Também se realizou um levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para se verificar se essas temáticas estavam sendo contempladas nas pesquisas de pós-graduação. As conclusões do estudo apontam que as instituições escolares são locais ambíguos. Ambíguos porque ao mesmo tempo em que podem construir e/ou reproduzir as hegemonias excludentes presentes na sociedade, elas podem transformá-las. E que apesar de se tratar de um tema complexo e de fundamental importância de um mapeamento bibliográfico concluiu-se que a problemática ainda é pouco pesquisada e trabalhada, o que de certo modo sugere que ainda as questões de identidade, sexualidade e relações de gênero são tratadas como tabus.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero, diversidade sexual, educação.

SEXUAL EDUCATION, SEXUALITY, GENDER AND SEXUAL DIVERSITY: STEROTYPES AND PREJUDICES

ABSTRACT: This article aims to discuss and analyze the mechanisms of exclusion that permeate gender relations and sexual diversity in education. The method of documentary and bibliographic research. Based on the methodological choice, a discussion was held about the concept of prejudice and gender as a historical and social category and the role of education in deconstructing stereotypes and prejudices that permeate these relationships. A survey was also carried out in the bank of

theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) to verify whether these themes were being contemplated in graduate research. The study's conclusions point out that school institutions are ambiguous places. Ambiguous because at the same time that they can build and / or reproduce the exclusionary hegemonies present in society, they can transform them. And that despite being a complex topic and of fundamental importance for a bibliographic mapping it was concluded that the issue is still little researched and worked on, which in a way suggests that the issues of identity, sexuality and gender relations are still treated as taboos.

KEYWORDS: Gender relations, sexual diversity, education.

1 | INTRODUÇÃO

O preconceito representa, portanto, um julgamento premeditado, que interfere nas interações sociais e que pode, por vezes, se manifestar através de atitudes discriminatórias e estereótipos, que podem ser encarados como “[...] características atribuídas às pessoas baseada no fato delas fazerem parte de um grupo ou de uma categoria social” (PEREIRA, TORRES & ALMEIDA, 2003, p. 21).

Por discriminação, por sua vez, Sant’Ana (2005), lançando mão do Programa Nacional de Direitos Humanos (1998), entende

É o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação dos direitos (p.63).

Já na compreensão de Coutinho (2006, p.13), discriminação pode ser entendida “(...) como um tratamento desequiparador que decorre de preferência ilógica, fundada em características de sexo, raça, cor, etnia, religião, origem e idade.”

Na essência, portanto, deduz-se que, discriminar seria definitivamente a efetivação do preconceito, a concretização deste, a sua eventual materialização, acarretando, evidentemente sofrimento social a outros.

Diante do fato de atos discriminatórios serem registrados no espaço escolar, notadamente entre os alunos, percebe-se que este ambiente, por sua natureza histórica e social, acaba por representar um terreno oportuno à sua reprodução, já que a escola, como aponta Candau (2003, p.24), “[...] é palco de diferentes relações sociais e reflete a diversidade cultural presente na sociedade”.

Admite-se, portanto, perante o exposto, que é inevitável que se concretizem, nas escolas, situações que façam surgir opressores e oprimidos.

Por mais que valores como a solidariedade, o respeito e a ética estejam

presentes nos discursos da e sobre a escola, coexiste nela uma conjuntura antagônica que, na contramão, contribui para deteriorar as relações estabelecidas no ambiente escolar, prejudicando o processo ensino-aprendizagem ali empreendido, catalisando conflitos e prejudicando o cumprimento de sua função social.

Contudo, mesmo diante destas adversidades, numa atitude reflexiva, vislumbra-se que o ambiente escolar continue a ser um espaço bastante propício para o enfrentamento e a desconstrução destes preconceitos.

Espera-se que a realização desta investigação contribua para contemplar os pressupostos de Bobbio (2002), retomando a epígrafe desta Dissertação, uma vez que para este autor,

[...] os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. (p.117)

É dentro desse contexto que, após uma investigação bibliográfica inicial, percebendo ser a temática bastante estudada nos diferentes níveis de ensino, mas pouco estudada, no que tange à educação profissional técnica de nível médio, foi possível caracterizar a relevância acadêmica e social desta investigação, que se propõe um estudo que tenha como norte conhecer as manifestações de preconceito e discriminação que acometem e afligem os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSP, alvos deste estudo.

Assim, interessa investigar qual a percepção do alunado e dos professores quanto ao preconceito e discriminação que possam estar presentes entre estes jovens, pelo fato de terem optado por uma formação técnica específica – o curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio.

Especificamente, chama a atenção o fato de o mencionado curso ser frequentado, majoritariamente, por jovens mulheres. Por quais motivos este curso apresenta tal característica? Preconceito e discriminação estariam nos bastidores, de alguma forma presentes contribuindo para esta situação? Qual a percepção do alunado e dos professores quanto a este aspecto? Há consequências decorrentes desta conjuntura e quais são elas?

O levantamento bibliográfico inicial realizado, apresentado a seguir, permitiu notar que conjuntura similar foi investigada em diferentes contextos. Contudo, nota-se que pouca alusão foi encontrada no que diz respeito à modalidade de ensino supracitada, o que reforça a importância de um estudo com esta faceta. Assim, considera-se que esta pesquisa pode vir a oferecer contribuição ao conhecimento já acumulado sobre o assunto.

Bento (2008) aponta bem essa questão aborda a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como

uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão (Bento, 2008, p. 129). Um dos exemplos mais recentes dessa violência sofrida pelos estudantes que questionam a norma imposta socialmente é o comovente relato de Maria Clara Araújo, uma jovem de 18 anos, negra, travesti, discente do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, que ao ser aprovada no vestibular escreveu um “manifesto pela igualdade sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma universidade federal”.

2 I LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Os temas (preconceito e discriminação) que se pretende estudar com este trabalho vêm sendo alvo de investigação científica há longa data e, em diferentes contextos, estudados por pesquisadores da área educacional.

Realizou-se levantamento de material bibliográfico por meio das bibliotecas digitais dos mais reconhecidos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país (como se verá no Quadro 1 que organiza estes dados). Por meio deste foi possível encontrar vasta quantidade de teses e dissertações versando sobre os objetos de estudo deste trabalho, notadamente nos programas de pós-graduação em Educação ou áreas correlatas. O trabalho de levantamento bibliográfico tomou também como fonte a plataforma *SciELO*, na qual, novamente encontrou-se boa variedade de artigos acadêmicos, disponíveis via internet, que também versam sobre a temática *discriminação* e *preconceito*, bastante úteis à sustentação e realização deste trabalho.

De forma geral, nas situações relatadas acima, foram empregados como descritores, expressões combinadas relacionadas aos objetos de estudo em questão, com base nos seguintes **descritores**: *preconceito; discriminação; escola; ensino médio; gênero; cursos técnicos; educação profissional*.

Os resultados dessas buscas foram reunidos na Tabela 1 a seguir apresentada:

| Categoria | Pesquisas | Natureza do trabalho acadêmico | | | Total Parcial |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------------|------|------------------|---------------|
| | | Dissertação | Tese | Artigos (SciELO) | |
| Preconceito Racial | Encontradas | 10 | 6 | 6 | 22 |
| | Selecionadas | 5 | 1 | 1 | 7 |
| Gênero | Encontradas | 7 | 4 | 6 | 17 |
| | Selecionadas | 2 | 2 | 4 | 8 |
| Formação Técnica Profissional | Encontradas | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | Selecionadas | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Preconceito/Discriminação | Encontradas | 7 | 4 | 3 | 14 |
| | Selecionadas | 1 | 0 | 2 | 3 |
| Total Geral | Encontradas | | | 55 | |
| | Selecionadas | | | 20 | |

Tabela 1 – Produção Acadêmica Pesquisada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016

Com base na Tabela 1 constata-se que foram encontrados, na área educacional, mediante a busca por meio das palavras-chaves supracitadas, 55 trabalhos entre teses, dissertações e artigos científicos, que puderam ser categorizados em 04 grupos de interesse para este trabalho, entre os quais 20 obras foram selecionadas para análise por serem, a priori, as mais próximas da pesquisa aqui relatada.

Nota-se, com a leitura da Tabela 1, que o preconceito racial e de gênero representam campos já bastante explorados. Por outro lado, como apontado anteriormente, percebe-se que o objeto deste estudo, no que diz respeito ao segmento de ensino em questão, apresenta-se ainda como uma lacuna a ser explorada, uma vez que apenas dois trabalhos foram encontrados versando sobre este tema neste segmento de ensino.

É importante salientar que a maior parte dos trabalhos encontrados com os descritores utilizados nos diferentes Bancos de Teses e Dissertações investigados apresentou temas que não estabeleciam nenhuma ligação com o foco de interesse desta pesquisa e, por isso, justifica-se não terem sido categorizados e

posteriormente selecionados. Para efeito de esclarecimento, são listados a seguir, os principais temas encontrados nesses levantamentos e que foram devidamente descartados: *Correção de Fluxo; Currículo; Educação Sexual; Formação de Professores; Inclusão; Linguística; Livros Didáticos; Necessidades Especiais; Participação da Família na Escola; Robótica e Saúde.*

Por fim, são apresentados a seguir, no Quadro 1, os dados-síntese dos 20 trabalhos selecionados nesse levantamento bibliográfico inicial, organizados segundo a base de pesquisa. As referências completas desses trabalhos encontram-se disponíveis no Apêndice D.

| Grupo 1 – Preconceito Racial | |
|---|------------------|
| Textos | Base de Pesquisa |
| <p>Autora: Jussara Nascimento dos Santos Título: Preconceito Racial em foco: uma análise das relações estabelecidas entre crianças negras não negras na educação infantil Dissertação/2013 Sobre a pesquisa: Neste trabalho a autora faz uso, como aporte teórico, da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente as formulações sobre preconceito de Adorno, um autor relevante à fundamentação deste estudo.</p> | PUC-SP |
| <p>Autora: Risomar Alves dos Santos Título: Racismo, preconceito e discriminação: Concepções de professores Tese/2007 Sobre a pesquisa: Chamam a atenção neste trabalho os procedimentos metodológicos empregados pela autora: questionário e entrevista semi-estruturada. A consulta da obra se fez necessária para verificação de adequação destes procedimentos a este trabalho.</p> | PUC-SP |
| <p>Autora: Rachel de Oliveira Título: Relações Raciais na escola: uma experiência de intervenção Dissertação/1992 Sobre a pesquisa: Este trabalho retrata as dificuldades e os avanços de um grupo de professores negros para a introdução do debate sobre educação e relações raciais na escola, o que pode ser útil no sentido de fundamentar teoricamente este trabalho.</p> | PUC-SP |
| <p>Autora: Maria Aparecida Silva Título: Mulheres negras adolescentes no ensino médio. Discriminação e desafio Dissertação/2005 Sobre a pesquisa: Este trabalho emprega as entrevistas fechadas como recurso metodológico; a autora investiga a existência da estereotipagem das alunas negras nas escolas. Pode ser útil à pesquisa pelo fato da autora tratar da questão de gênero e da formação de estigmas entre jovens adolescentes do ensino médio.</p> | UNESP |
| <p>Autora: Fernanda Vasconcelos Dias Título: “Sem querer você mostra seu preconceito!”: um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de ensino médio Dissertação/2011 Sobre a pesquisa: A pesquisa faz menção ao preconceito racial e utiliza como procedimento metodológico a observação participante em sala de aula. Chama a atenção o fato de a autora mencionar que evidenciou em sua pesquisa a naturalização do preconceito na escola.</p> | UFMG |

| | |
|---|-------------------------|
| <p>Autora: Marisa Adriane Dulcini Demarzo Título: Educação das relações étnico-raciais: aprendizagens e experiências de professoras em São Carlos – SP Dissertação/2009 Sobre a pesquisa: Este trabalho traz em sua análise importantes conceitos que serão úteis a este trabalho, como preconceito, discriminação e eventualmente racismo.</p> | UFSCar |
| <p>Autora: Isabel Cristina Fonseca da Cruz Título: A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem Periódico: Revista da Escola de Enfermagem da USP Data da Publicação: 2004 Sobre a pesquisa: Neste artigo a autora sugere que o racismo e o sexismo estão operantes por meio da omissão ou negligência do Estado, o que se relaciona com a realidade das escolas, onde se constatam pequena ou nenhuma proposição de ações sendo promovidas no sentido desconstruir tal realidade.</p> | SCIELO |
| Grupo 2 – Gênero | |
| Textos | Base de Pesquisa |
| <p>Autora: Andréia de Almeida Título: Educação Profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação Dissertação/2015 Sobre a pesquisa: Neste trabalho a autora procura compreender como se dá a escolha profissional por parte do alunado; analisa também diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, no que tange às demandas pessoais por uma formação profissional. Destaca-se ainda, que a autora busca evidenciar a existência ou não de discriminação, praticada ou sofrida, pelos alunos e alunas, num curso técnico majoritariamente frequentado por homens, o curso de Automação Industrial. Tal trabalho revela-se interessante a esta pesquisa, diante do fato de situações análogas serem evidenciadas, entre os alunos/alunas do curso Técnico de Alimentos Integrado ao Ensino Médio, curso este que, por sua vez, apresenta a característica de ser frequentado predominantemente por mulheres.</p> | PUC-SP |
| <p>Autora: Sira Napolitano Título: Gênero, Educação e Preconceito: uma pesquisa no curso de Serviço Social através da abordagem Psicossocial Dissertação/2002 Sobre a pesquisa: Este trabalho aborda a questão do preconceito de gênero num ambiente educacional, no caso, um curso superior notadamente frequentado por mulheres, o curso de Serviço Social. Acredita-se que um paralelo pode ser estabelecido com o curso de Alimentos em razão da citada característica.</p> | UNESP |
| <p>Autor: Vagner Matias do Prado Título: Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física Tese/2014 Sobre a pesquisa: Neste trabalho o autor levanta questões sobre a expectativa criada acerca da homossexualidade no campo da prática da educação física na educação básica; traz ainda elementos que possibilitam compreender as questões de gênero que se apresentam no ambiente escolar.</p> | UNESP |
| <p>Autora: Eliana Célia Ismael da Costa Título: As novas formas de discriminação sexista: uma perspectiva da psicologia social. Tese/2005 Sobre a pesquisa: Neste trabalho a autora busca tratar da discriminação da mulher nas relações de trabalho; trata ainda da questão que envolve a criação de estereótipos da mulher no mercado de trabalho.</p> | UNICAMP |

| | |
|--|-------------------------|
| <p>Autoras: Fabiane Ferreira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro Título: Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher” Periódico: Revista Ciência & Educação (Bauru) - Volume 20, número 2 Data da publicação: 2014 Sobre a pesquisa: Este artigo despertou o interesse pelo fato das autoras tratarem do preconceito de gênero; verificou-se através do estudo que no meio acadêmico menções a piadas/brincadeiras de cunho sexista não são reconhecidas como preconceito. Tal fato chamou atenção por guardar similitude àquelas situações experimentadas pelos frequentadores do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio.</p> | SCIELO |
| <p>Autores: Sabrina Lucas Ribeiro de Freitas; Morgana Pontes Abreu; Gabriella Riad Iskandar Mesquita; Valéria de Sá Jaime; João Maurício Lucas Gordo e Luiz Antônio Franco da Silva. Título: Diferenças entre os gêneros na assistência técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigma ou preconceito Periódico: Revista Ceres (Viçosa) Volume 61, número 1 Data da Publicação: 2014 Sobre a pesquisa: Neste artigo os autores buscam evidenciar a existência de preconceito de gênero com relação aos profissionais que atuam no ramo da zootecnia e da medicina veterinária, o que permitiu, uma vez mais, estabelecer um paralelo com o curso do IFSP, foco deste trabalho, em razão de suas peculiaridades.</p> | SCIELO |
| <p>Autor: Sergio Gomes da Silva Título: Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher Periódico: Revista Psicologia: Ciência e Profissão (Brasília) – Volume 30, número 3 Data da Publicação: 2010 Sobre a pesquisa: Neste artigo o autor tem por objetivo analisar a maneira como o preconceito, a discriminação e a intolerância constituíram, historicamente, predicativos da violência de gênero, trazendo para este debate a interpenetração de três módulos distintos: sexo/gênero, raça/etnia e classe social.</p> | SCIELO |
| <p>Autores: Marcos Mesquita Filho; Cremilda Eufrásio e Marcos Antônio Batista Título: Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos Periódico: Revista Saúde e Sociedade (São Paulo) – Volume 20, número 3 Data de publicação: 2011 Sobre a pesquisa: Neste artigo os autores revelam que a discriminação e violência contra as mulheres são fruto de representações distorcidas do gênero feminino. Relevante também é a indicação feita pelos autores de que a escola é um ambiente onde muito se constata evidências da manifestação do sexismo e a formação de estereótipos de gênero.</p> | SCIELO |
| Grupo 3 – Formação Técnica Profissional | |
| Textos | Base de Pesquisa |
| <p>Autor: José Vitório Sacilotto. Título: A indústria química e a qualificação da força de trabalho: a formação do técnico químico pelo COTICAP (1965-1980). Dissertação/1992 Sobre a pesquisa: Neste trabalho o autor investiga a qualificação da força de trabalho para a indústria química, partindo do pressuposto que o Estado é pressionado pelo capital a financiar a preparação de mão de obra através das escolas técnicas. Trata-se dum trabalho que abarca questões que envolvem o universo de estudantes de cursos técnicos no Brasil, nesse sentido, aproximando-se da realidade a ser investigada com este estudo.</p> | UNICAMP |

| | |
|--|-------------------------|
| <p>Autores: Thiago Luis de Andrade Barbosa; Ludmila Mourão Xavier Gomes; Tatiana Carvalho Reis e Maisa Tavares de Souza Leite. Título: Expectativas e percepções dos estudantes do curso técnico em enfermagem com relação ao mercado de trabalho Periódico: Revista Texto & Contexto – Enfermagem (Florianópolis) Volume 20, número especial Data da publicação: 2011 Sobre a pesquisa: O objetivo deste artigo é identificar as percepções e expectativas dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem com relação ao mercado de trabalho. Ao fazê-lo os autores concluíram que há da parte do alunado uma baixa auto-estima; evidenciaram também que os mesmos queixam-se de preconceito.</p> | SCIELO |
| Grupo 4 – Preconceito/Discriminação | |
| Textos | Base de Pesquisa |
| <p>Autora: Ana Lúcia Valente Espósito Título: Preconceito e discriminação vistos por um grupo de crianças Dissertação/2009 Sobre a pesquisa: Com o propósito de investigar a temática a autora utiliza o método dos grupos focais, procedimento investigativo cujo emprego neste estudo foi considerado. A autora visa neste trabalho investigar de que forma um grupo de crianças compreende e vivencia o preconceito, a discriminação e o racismo na escola, considerando para tanto as diferenças étnicas existentes entre as crianças brancas e negras.</p> | PUC-SP |
| <p>Autoras: July Fortunato Buendgens e Aliciene Fusca Machado Cordeiro Título: Preconceitos na Escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio Periódico: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (São Paulo) Volume 16, número 1 Data da publicação: 2012 Sobre a pesquisa: As autoras, com este artigo têm por objetivo investigar os significados e sentidos atribuídos às situações de preconceito por adolescentes. No mesmo se distinguem vários tipos de preconceito; as autoras apontam ainda a necessidade de trabalhar a temática da diversidade e do preconceito com mais frequência no espaço escolar.</p> | SCIELO |
| <p>Autores: Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho. Título: Preconceito e Discriminação para além das salas de aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar. Periódico: Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros (São Paulo) número 62 Data de publicação: 2015 Sobre a pesquisa: Neste artigo, os autores identificam na escola distintos tipos de preconceitos (de cor, raça, gênero e confissão religiosa) e apontam que a questão não é encarada como um objeto de ação educativa, a partir da evidência de que tais casos, quando registrados são tidos como um infringir as regras e, portanto apenas sujeitando seus autores a punições regimentais.</p> | SCIELO |

QUADRO 1 – Levantamento Bibliográfico - Teses, Dissertações e Artigos Científicos selecionados

O breve levantamento de leituras realizado para organização deste artigo permitiu perceber que a temática do *preconceito*, especificamente quando considerado no contexto escolar, representa, para o campo das pesquisas em Educação, um universo já bastante explorado, contudo, longe de ser esgotado.

A temática em questão tem sido muito investigada, principalmente por meio

de estudos que contemplam as questões raciais e de gênero, notadamente, nos segmentos da Educação Básica, ou seja, a partir das séries iniciais até o ensino médio.

Foucault sinaliza que as instituições escolares se tornam um lugar de disputa de poder e de produção de hegemonias, que reproduzem aquilo que é imposto socialmente. As inúmeras práticas e discursos assumidos por elas tornam as subjetividades em objetos de classificação e exclusão. As instituições devem ser o lócus da discussão sobre gênero e sexualidade, todavia, agressões físicas, psicológicas e de linguagem que permeiam essas relações estão presentes nas escolas, que não combatem esses tipos de violências.

Todavia, a pretensa visibilidade desses assuntos os transformou em uma “uma armadilha conceitual e uma estratégia política de esvaziamento e/ou apaziguamento das diferenças e das desigualdades”. Além disso, essas indagações intelectuais pouco promoveram mudanças concretas na realidade educacional brasileira. Os currículos e práticas pedagógicas ainda preservam uma estrutura arcaica e medieval. Se os conceitos de relações de gênero e diversidade sexual caíram no modismo midiático, as análises realizadas sobre a produção acadêmica científica brasileira revelam que esses conceitos ainda são tímidos em vista da complexidade da temática. Ao analisarmos o levantamento da produção científica sobre a problemática em questão, para registrar o que vem sendo pesquisado e escrito pelos pesquisadores brasileiros, constatamos que as temáticas em epígrafe ainda não são visíveis.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado possibilitou a compreensão que as temáticas investigadas ainda não fazem parte dos núcleos estruturantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. E, além disso, ele revela o quão recente é o interesse em levar essa discussão para a produção de pesquisas que auxiliam na desconstrução de estereótipos ligados a relações de gênero, identidade e sexualidade na educação. O problema que orientou essa discussão consistiu em analisar os mecanismos de exclusão que permeiam as relações de gênero e diversidade sexual na educação, bem como identificar se essas temáticas estavam sendo contempladas nos trabalhos dos pesquisadores brasileiros.

Entender que as problemáticas de identidade, relações de gênero e sexualidade devem ser incluídas nas teses e dissertações dos pesquisadores brasileiros e nos currículos e práticas pedagógicas das instituições escolares significa entender que esses conhecimentos são essenciais para a promoção da igualdade para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro-RJ. Editora Paz e Terra, 1995. 190 p.

_____. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, n. 56, p. 388-411, dez/1996.

ALMEIDA, A. de. **Educação Profissional e relações de gênero**: razões de escolha e discriminação. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2015. 117 p.

Bento, B. A. (2008). O que é transexualidade. Sa o Paulo: Brasiliense.

Bento, B. A. (2016). Disforia de ge nero: geopolí tica de uma categoria psiquia trica. Revista Direito E Pra Xis, 7(3), 496-536

BOBBIO, N. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo-SP: Unesp, 2002. 210 p.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, DF. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de abril 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, DF. 2007. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 09 de Abril 2018.

_____. Lei Federal nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF. 29 de dezembro de 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 15 de Outubro 2017.

_____. Decreto nº 7.234/2010, de 19 de Julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF. 19 de Julho de 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 20 de Março 2018.

_____. MEC/SETEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 3ª. Edição, Brasília/DF: 2016, 290 p.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146 p.

_____. Decreto nº 8.948/2016, de 29 de Dezembro de 2016. **Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo**. Brasília, DF. 29 de Dezembro de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8948.htm>. Acesso em 20 de Março de 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD. Suplemento Educação e Qualificação Profissional - 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 105 p.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003. 3ª Edição. 110p.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In CANDAU, Vera M. (Org.). **Reinventar a escola**. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.137-166.

_____. (Coord.) **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 176 p.

CARVALHO, M. P. de. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p.77-96, jan/fev/mar/abr. 2005.

CIAVATTA, M. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 33-45, jan/abr. 2012.

COELHO, W. de N. B.; SILVA, C. A. F. da. Preconceito, Discriminação e Sociabilidade na Escola. **Revista de Educação Educere et Educare**, v.10, n. 20, p. 687-705, Jul/dez. 2015.

COOK, R. J.; CUSACK, S. **Estereótipos de gênero. Perspectivas legais transnacionais**. Traducción Andrea Parra. Colombia: Profamilia, 2010.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.

CROCHIK, J. L. Preconceito, Indivíduo e Sociedade. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996.

_____. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.152 p.

_____; KOHATSU, L.N.; DIAS, M.A.; FRELLER, C.C.; & CASCO, R. **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas: Alínea Editora, 2013. 168 p.

COUTINHO, M. L. P. **Discriminação no Trabalho: Mecanismos de Combate e de Promoção da Igualdade de Oportunidades**. Brasília: OIT, 2006. 189 p. Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_05_234.pdf>. Acesso em: 19 de Setembro 2017.

CRUSOÉ, N. M. de C.; MOREIRA, N. R. M.; RAMOS, A. O. O preconceito racial percebido/não percebido pelas professoras, na educação fundamental. **Práxis Educacional**, v. 10, n.16, p. 185-198, 2014.

CRUZ, T. M. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revista**. v.30, n.1, Belo Horizonte, p.157-188, Jan./Mar. 2014.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108171>>. Acesso em: 15de Fevereiro 2018.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília-DF: Liber Livro, 2005.

FELÍCIO, J. R. D. de. **A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa**. In: 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, 2010, Brasília. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 47-54.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. da. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por Hegemonias. **Educação & Sociedade**, Campinas: v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do decreto nº 5.154-2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. 2005. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/CIAVATTAFRIGOTTORAMOS.pdf>> Acesso em: 07 de fev. 2018.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. **O que são ações afirmativas?** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/> Acesso em: 14 de fev. 2018.

GIOVANNI, L. M. **Usos da Entrevista e do Questionário na Pesquisa Científica**. Roteiro-síntese organizado para uso didático. Araraquara-SP: 2009 (divulgação em meio digital).

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus Barretos **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. Barretos, SP: Agosto/2014. 177f.

_____ - campus Matão **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. Matão, SP: Março/2015. 196f.

_____ - campus São Roque **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (PPC)**. São Roque, SP: Junho/2016. 177f.

KNOBBE, M. M. História extra-oficial: como os negros no Brasil ainda não conquistaram a liberdade. **Problemas Brasileiros**. São Paulo-SP, v.43. n. 371, p. 18-23, 2005.

LEMOS, L. H. de G.; SILVA, M. N. da; COSTA, M. C. F. da S.; LOPES; M. V. de M.; ALBUQUERQUE, S. L. de. A reforma do ensino médio integrado a partir da Lei nº 13.415/2017: Nova lei – Velhos Interesses – Um recorte histórico a partir do decreto no 2.208/97 aos dias atuais. In: ARAÚJO, Adilson Cesar e SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017, p. 449-462.

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 11-28.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013

PAIS, J. M. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 7-21, jan/abril 2008.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n.1, p. 95-107, 2003.

PEREIRA, A. A., FREITAS, A. C. S., ROCHA, E. M. F. F., LINHARES, E. F. F. L. **Perfil do aluno do curso de técnico de alimentos do IFRN - Câmpus Pau dos Ferros**. In: IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN (IX CONGIC) – Tecnologia e Inovação para o Semiárido. 2013, Currais Novos/RN.

SANT'ANA, A. O. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: Munanga, K. (Org.) **Superando o Racismo na Escola. 2ª. Edição**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-68.

SANTOS, J. N. dos. **Preconceito Racial em foco: uma análise das relações estabelecidas entre crianças Negras e não Negras na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2013. 139 p.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, F. F. da; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação**. Bauru: Unesp, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

TEODORO, E. G.; SANTOS, R.L. Trabalho como princípio educativo na educação profissional. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011.

VILLELA, R. N. **A subjetividade docente e o processo de implementação do ensino médio integrado no IFSP campus Barretos**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. 127 f.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 29/10/2020

Simone Souza de Freitas

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Recife, PE, Brasil
<https://www.cnpq.br/3885340281560126>

Amanda Dacal Neves

Faculdade Pernambucana de Saúde- FPS
Recife, PE, Brasil
<https://www.cnpq.br/32533401319188679>

Ana Beatriz Sousa Nunes

Universidade Federal do Piauí- UFPI
Piauí, PI, Brasil
<https://www.cnpq.br/8034524417945844>

Eveliny Silva Nobre

Centro Universitário Maurício de Nassau
UNINASSAU
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9653272780925296>

Heloise Agnes Gomes Batista da Silva

Universidade Estadual de Pernambuco – UPE
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3214534524296820>

Iika Maria de Santana

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAC
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1295737834399156>

Inalda Juliani Ferreira dos Santos

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
FACHO
Olinda, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1956228562487016>

Joana D'arc Tavares do Nascimento

Centro Universitário Maurício de Nassau
UNINASSAU
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2152562990411168>

Jeniffer Emidio de Almeida

Centro Universitário Maurício de Nassau
UNINASSAU
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6262936771420818>

Luis Felipe da Silva Medeiros

Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1653993266653642>

Marcella Brianni de Araújo Gomes

Universidade de Pernambuco – UPE
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6874342621839041>

Nathalia Nascimento Gouveia

Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1879999289999749>

Maria Ramona da Penha Carvalho

Faculdade Nossa Senhora das Graças
FENSG – UPE
Recife, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9675431152613021>

Shelma Feitosa dos Santos

Faculdade de Ensino Superior de Floriano
FAESF
Floriano, PI, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3645752650123063>

Tayanne Kettyne Silva Santos

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO
Olinda, PE, Brasil

Victor Hugo Silva de Lima

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO
Olinda, PE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6755410390824462>

RESUMO: Introdução: O câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, que invadem tecidos e órgãos, podendo espalhar-se rapidamente, para outras partes do corpo. Dentre as diversas formas de câncer está o carcinoma peniano, considerado uma neoplasia com altas taxas em países em desenvolvimento, sendo o Brasil com uma das maiores incidências de câncer de pênis no mundo, classificada como uma patologia insidiosa que acomete principalmente homens a partir de 50 anos de idade. **Objetivo:** descrever por meio da revisão da literatura a educação em saúde como estratégia na redução do câncer de pênis na população pernambucana. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada na Biblioteca virtual de Saúde, onde foram levantados artigos publicados de janeiro de 2019 a setembro de 2020 nas bases de dados Medline, Pubmed, Lilacs, Paho/Who, Ictrp, Cochrane. **Resultados:** Foram incluídos 16 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Foi possível observar que a identificação oportuna do câncer de pênis influi diretamente no seu prognóstico, pois se for detectado precocemente, é tratável e tem grande possibilidade de cura. **Considerações finais:** De maneira geral, considerando que o câncer de pênis representa um grave problema de saúde pública, o profissional de enfermagem, também, tem convívio e enfrentado dificuldades para garantir o cuidado integral e uma assistência de qualidade ao paciente portador desta patologia. Estas dificuldades estão relacionadas ao processo de adesão destes pacientes a assistência de saúde quanto as orientações de como evitar e até mesmo de tratar a doença.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde; Câncer de Pênis; Cuidados de Enfermagem.

THE IMPORTANCE OF HEALTH EDUCATION IN REDUCING CASES OF PENIS CANCER IN PERNAMBUCO: INTEGRATIVE REVIEW

RESUME: Introduction: Cancer is the name given to a group of more than 100 diseases that have in common the disordered growth of cells, which invade tissues and organs, and can spread quickly to other parts of the body. Among the various forms of cancer is penile carcinoma, considered a neoplasm with high rates in developing countries, with Brazil having one of the highest incidences of penile cancer in the world, classified as an insidious pathology that mainly affects men over 50 years old. **Objective:** to describe health education as a strategy for the reduction of penile cancer in the population of Pernambuco through a literature review. **Methodology:** This is

an integrative literature review, carried out at the Virtual Health Library, where articles published from January 2019 to September 2020 were collected in the Medline, Pubmed, Lilacs, Paho / Who, Ictrp, Cochrane databases. **Results:** 16 articles were included that met the inclusion criteria. It was possible to observe that the timely identification of penile cancer directly influences its prognosis, because if it is detected early, it is treatable and has a great possibility of cure. **Final considerations:** In general, considering that penile cancer represents a serious public health problem, the nursing professional, too, has lived and faced difficulties to guarantee comprehensive care and quality care for patients with this pathology. These difficulties are related to the process of adherence of these patients to health care regarding guidelines on how to avoid and even treat the disease.

KEYWORDS: Health Education; Penile Cancer; Nursing care.

1 | INTRODUÇÃO

O câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, que invadem tecidos e órgãos, podendo espalhar-se rapidamente, para outras partes do corpo¹. A mutação genética, ocorre a partir de uma alteração no DNA da célula, que passa a receber instruções erradas para as suas atividades, caracterizando o surgimento do câncer, onde estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, dividindo-se rapidamente, determinando a formação de neoplasias malignas². Os diferentes tipos de câncer correspondem aos vários tipos de células do corpo³. As características que diferenciam os diversos tipos de câncer entre si são a velocidade de multiplicação das células e a capacidade de invadir tecidos e órgãos vizinhos ou distantes, nomeada como metástase⁴. Quando começam em tecidos epiteliais, como pele ou mucosas, são denominados carcinomas⁵. Quando o ponto de início são os tecidos conjuntivos, como osso, músculo ou cartilagem, são chamados sarcomas⁶.

Dentre as diversas formas de câncer está o carcinoma peniano, considerado uma neoplasia com altas taxas em países em desenvolvimento, sendo o Brasil com uma das maiores incidências de câncer de pênis no mundo, classificada como uma patologia insidiosa que acomete principalmente homens a partir de 50 anos de idade⁷. Sendo Pernambuco, o estado da região Nordeste que comporta a maior incidência com 8,9 casos por 100 mil habitantes⁸. São considerados fatores contribuintes para os elevados índices de câncer de pênis (CP): baixas condições socioeconômicas e de instrução, má higiene íntima, fimose, doenças sexualmente transmissíveis⁹.

As manifestações clínicas mais comuns que os homens apresentam é uma ferida ou úlcera persistente, tumoração localizada na glândula, prepúcio ou corpo do pênis¹⁰. A presença de um desses sinais, associados a uma secreção branca (esmegma), pode ser um indicativo de carcinoma peniano, assim como, o surgimento

de gânglios inguinais pode significar a existência de metástases¹¹. O diagnóstico pode ser realizado através de exames clínicos, laboratoriais ou radiológicos, de pessoas com sinais e sintomas sugestivos da doença, ou com exames periódicos em pessoas sem sinais ou sintomas (rastreamento), mas pertencentes a grupos com maior chance de desenvolver a doença¹.

Onde, o diagnóstico precoce é fundamental para evitar o crescimento desse tipo de câncer e a posterior amputação total do pênis, que traz consequências físicas, sexuais e psicológicas ao homem^{2,3,4}. A cirurgia é o tratamento mais eficaz e frequentemente realizado para controle local da doença, onde depende da extensão, local do tumor e do comprometimento dos gânglios inguinais, da mesma maneira que a cirurgia a quimioterapia e a radioterapia podem ser oferecidas como tratamento coadjuvante^{2,5,6}. Por isso, quanto mais cedo for iniciado o tratamento, maiores são as chances de cura e menos traumático é o tratamento⁵.

De acordo com o Ministério da Saúde, podem ser apontados como fatores de proteção: circuncisão, hábitos adequados de higiene, uso de preservativos durante a relação sexual, condição socioeconômica favorável, boa escolaridade. Assim, para se obter uma redução na ocorrência de câncer de pênis, é fundamental uma maior atenção à saúde do homem com campanhas de promoção relacionadas às causas e fatores de risco desta patologia, além de fornecer informações à população sobre medidas de prevenção à doença. Assim, este estudo teve como objetivo descrever, por meio de revisão da literatura, a educação em saúde como estratégia na redução do câncer de pênis na população pernambucana.

2 | MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão da literatura, com o objetivo de realizar a identificação, análise e síntese dos resultados de estudos, a fim de, apresentar como se encontra a publicação científica capaz de resolver a seguinte questão norteadora: “Qual a importância da educação em saúde como fator de impacto na redução do câncer de pênis no estado de Pernambuco?”.

Optou-se por este método, pois a revisão de literatura reúne e sintetiza resultados de trabalhos de maneira organizada, sobre um determinado tema contribuindo assim com o aprofundamento do conhecimento sobre o tema investigado.

Utilizou-se as etapas recomendadas a seguir: seleção de questão norteadora; definição das características das pesquisas da amostra; seleção das pesquisas que compuseram a amostra da revisão; análise dos artigos incluídos na revisão; interpretação dos resultados e discussão dos achados (LAKATOS EM e MARCONI MA, 2018). O levantamento dos artigos foi realizado em setembro de 2020, por

meio do acesso on-line aos bancos da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (PUBMED/MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no sítio da Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde (PAHO/WHO), *International Clinical Trials Registry Platform* (ICTRP) e *Cochrane Library*, onde a averiguação dos artigos é feita de forma ampla.

Os descritores foram pesquisados no idioma português, espanhol e inglês advindos do Medical Subject Headings (MeSH): “câncer de pênis”, “epidemiologia”, usando o conectivo booleano “AND” para realizar o cruzamento das palavras-chave, utilizou-se ainda, como critérios de inclusão, artigos publicados no período de abril de 2020 à setembro de 2020, sendo estes trabalhos completos, assim como cartas ao editor, devido a relevância e atualidade do tema. Foram excluídos, artigos que não respondessem à pergunta condutora e que não estivessem disponíveis, conforme fluxograma de representação da seleção dos artigos (**Figura 1**). Utilizaram-se, para a seleção das publicações incluídas no estudo, as recomendações do PRISMA.

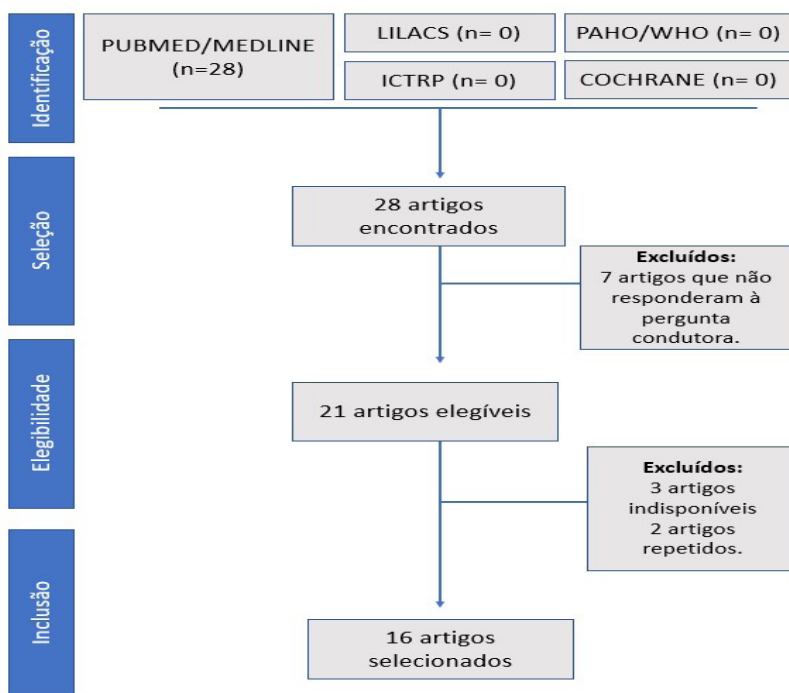


Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção de trabalhos para Revisão.

Fonte: Autoria própria.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nosso estudo, foi possível observar que a identificação oportuna do câncer de pênis influi diretamente no seu prognóstico, pois se for detectado precocemente, é tratável e tem grande possibilidade de cura. No entanto, considerando os aspectos culturais da masculinidade e a natureza das barreiras para busca e utilização de serviços de saúde, deve-se levar em conta que muitos sentem medos, receios e vergonha relacionados à descoberta de doenças e se intimidam a procurar por atendimento diante de situações como sangramento ou intervenções no órgão sexual evitando assim a procura por ajuda. Percebe-se que as estratégias de prevenção do câncer de pênis estão muitas vezes relacionadas às questões socioeconômicas, principalmente à educação, as quais podem ser determinantes refletindo na saúde da população.

A educação em saúde tem relação direta na redução do câncer de pênis através da manutenção de adequado padrão de higiene da população, bem como com a maior ou menor prática da circuncisão e a idade na qual ela é feita, sustenta a ideia de que a doença é evitável e que a prática sistemática da intervenção de circuncisão na infância, como preconizam vários autores, poderia determinar drástica redução da incidência desse tipo de câncer. A estratégia de busca utilizada resultou em 60 títulos e resumos. A amostra final desta revisão foi constituída por 28 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos, dos quais destacamos no quadro abaixo as 16 mais utilizadas. Contudo, neste estudo, dar-se-á ênfase a educação em saúde como fator indispensável para redução do câncer de pênis, buscando identificar o papel primordial da enfermagem como precursor na prevenção do câncer de pênis em Pernambuco.

Nesta perspectiva, a interação da educação em saúde principalmente nas unidades básicas de saúde, é uma estratégia primordial para garantir o diagnóstico precoce, a prevenção e o controle da doença. Neste contexto, o enfermeiro é apontado como veículo de informação, além disso, pode facilitar o acesso específico que assegure a precaução de incapacidade.

Em estudos de Rodrigues (2017), destaca-se, ainda, que o enfermeiro é um agente importante na construção da qualidade de vida destes pacientes. Para construção desse processo de qualidade em saúde, o enfermeiro, deve entender as necessidades dos pacientes a partir de uma escuta qualificada. Desse modo, também deve convidá-los a participar da construção individual ou coletiva de intervenções ou alternativas viáveis para contribuir no processo saúde-doença.

| Título do Trabalho | Autor | Ano | Tipo de Publicação | Metodologia |
|--|---------------------------|------------|---------------------------|------------------------------------|
| Estratégias de prevenção para câncer de testículo e pênis: revisão integrativa | Souza, K. W. et al. | 2019 | Revista | Qualitativa e natureza Descritiva. |
| Prevenção do câncer de pênis e a valorização da saúde do homem | Oliveira, R. T.V. et al. | 2019 | Revista | Qualitativo |
| Câncer de pênis: epidemiologia e estratégias de prevenção. | Costa, S. et al. | 2019 | Revista | Transversal e Descritivo |
| Estratégias do enfermeiro na prevenção do câncer de pênis | Santos, I. V. et al. | 2019 | Revista | Descritiva e Exploratória |
| Conhecimento dos homens sobre a prevenção do câncer de pênis em um ambulatório no interior de Pernambuco. | Silva, J. M. et al. | 2019 | Revista | Descritivo e Qualitativo |
| Mortalidade por câncer de pênis: análise de tendências nos estados brasileiros. | Lisboa, L, C et al. | 2019 | Revista | Qualitativo |
| Câncer de pênis, aspectos epidemiológicos e fatores de risco: tecendo considerações sobre a promoção e prevenção na Atenção Básica | Paula, S. H. B. et al. | 2019 | Revista | Descritivo |
| Prevenção do câncer de pênis e a valorização da saúde do homem | Oliveira, R. T. V, et al. | 2020 | Revista | Qualitativo |
| A saúde masculina no paradoxo teoria prática: aplicabilidade na enfermagem | Ferreira, F.G.P. et al. | 2020 | Revista | Descritivo e Qualitativo |
| Educação em saúde para usuários homens de um centro municipal de saúde: relato de experiência. | Carvalho, M.E.B. et al. | 2020 | Revista | Transversal e Descritivo |
| Educação em saúde com adolescentes mediada por tecnologias da informação: revisão integrativa | Feitosa, P.S. et al | 2020 | Revista | Qualitativa e natureza Descritiva. |
| Percepção dos enfermeiros sobre a (não) procura dos homens por Atenção Primária à Saúde | Vieira, U.A. et al | 2020 | Revista | Transversal e Descritivo |
| A penectomia e seus efeitos sobre a questão da masculinidade | Nespoli, N. S et al | 2020 | Revista | Qualitativa e natureza Descritiva. |
| Fatores de risco associados ao desenvolvimento de neoplasias de pênis | Oliveira, M.V. B et al | 2020 | Revista | Descritivo |
| Um novo modelo de prognóstico demonstra que o apoio social tem um impacto benéfico nos resultados do carcinoma peniano | Oliveira, L. et al | 2020 | Revista | Qualitativa e natureza Descritiva. |
| Determinantes sociais de pacientes com neoplasia peniana | Conceição, V.M. et al | 2020 | Revista | Descritivo e Qualitativo |
| Aspectos clínico-epidemiológicos associados ao câncer de pênis | Reis, A. A.S et al | 2020 | Revista | Descritivo |

Quadro 01: Quadro resumo dos trabalhos mais relevantes para a construção deste estudo

Fonte: Autoria própria

Nesta revisão, foi possível perceber que a prevenção da doença através das orientações de educação continuada para a população está diretamente ligada não apenas na redução da doença e sim também na qualidade de vida do paciente.

Corroborando com nosso estudo, Brasil (2020) aponta a perspectiva da detecção precoce para evitar as mutilações, que estão relacionadas ao diagnóstico tardio e tratamento não muito satisfatório devido o quadro clínico muitas vezes se encontrar em fase avançada.

Neste sentido, a capacitação e o compromisso dos enfermeiros podem modificar o cenário quanto a detecção e diagnóstico tardio, visto que a descoberta tardia é um problema comum no Brasil. Esta situação repercute na vida do paciente que já apresentam sintomas que podem ser seguidas de incapacidades. Sendo assim, a enfermagem deve auxiliar no diagnóstico precoce, na prevenção e, posteriormente, na implementação de um plano terapêutico para agir sobre as incapacidades físicas, além de auxiliar o indivíduo/família diante do enfrentamento dessa doença.

Por fim, a ação educativa para a prevenção do câncer de pênis na rede de atenção básica, deve ser entendida como compromisso profissional com a qualidade de vida da população e como um compromisso de qualidade no atendimento reiterando a autonomia do paciente no seu autocuidado. A educação em saúde deve ser vista não apenas como uma atividade a mais, que se desenvolve nos serviços de saúde, mas como uma ação que reorienta a globalidade das práticas dos profissionais nas unidades de saúde como fator importante no impacto direto na redução das patologias e entre elas o câncer de pênis.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível identificar o papel primordial da enfermagem na prevenção do câncer de pênis através da educação em saúde.

Todavia, pode se observar como o enfermeiro deve lidar com o paciente portador desta doença e como a equipe de enfermagem deve estar preparada e capacitada para receber este paciente, e ajuda-los a seguir com o tratamento e sua aceitação diante do diagnóstico, facilitando assim sua recuperação ao longo do tratamento, quebrando tabus e preconceitos relacionados a enfermidade.

Considerando que o câncer de pênis representa um grave problema de saúde pública, o profissional de enfermagem, também, tem convivido e enfrentado dificuldades para garantir o cuidado integral e uma assistência de qualidade ao paciente portador desta patologia. Estas dificuldades estão relacionadas ao processo de adesão destes pacientes a assistência de saúde quanto as orientações de como evitar e até mesmo de tratar a doença.

Conclui-se que existe grande dificuldade por parte da equipe de enfermagem diante do diagnóstico precoce e o tratamento destes pacientes, mas é responsabilidade do enfermeiro as orientações em saúde quanto a prevenção, sendo responsável para que o conhecimento sobre o câncer de pênis chegue a todos através da formação continuada, e que todos os pacientes tenham o devido acompanhamento desde o diagnóstico até o fim de seu recurso terapêutico de forma integral minimizando as mutilações, assim como o preconceito da doença.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Tipos de câncer: pênis [Internet]. [citado 2008 jun.15]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/penis>

Brasil. Instituto Nacional do Câncer 2017. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

Barbosa Júnior AA, Athanázio PRF, Oliveira B. Câncer do pênis: estudo da sua patologia geográfica no Estado da Bahia, Brasil. Rev Saúde Pública [Internet]. 1984 [citado 2008 maio 10];18(6):429-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v18n6/02.pdf>

CARVALHO, Newton Sergio de. et al. Associação entre HPV e Câncer Peniano: Revisão da Literatura. Curitiba, PR: UFPR, 2007.

COUTO, Márcia Thereza et al. O homem na atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 14, n. 33, p. 257-270, June 2010.

Costa S, Rodrigues R, Barbosa L, Silva J, de Caldas Brandão JO, de Medeiros CSQ. Câncer de pênis: epidemiologia e estratégias de prevenção. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-FACIPE. 2013;1(2):23- 33.

Coelho RWP, Pinho JD, Moreno JS, do Nascimento AMT, Larges JS, Calixto JRR, et al. Penile cancer in Maranhão, Northeast Brazil: the highest incidence globally? BMC urology. 2018;18(1):50.

FEDRIZZI, Edison Natal. Epidemiologia da infecção genital pelo HPV. Revista Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-8, jul./set. 2011.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil. Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: Inca; 2011. 118 p.

REIS, Angela Adamski da Silva et al. Aspectos clínico-epidemiológicos associados ao câncer de pênis. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1105-1111, June 2010.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 15/09/2020

Isael Cavalcante Silva

Centro Universitário UniAteneu
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/7622294796082820>

Ivanete Silva de Sousa

Centro Universitário UniAteneu
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/9651291499232947>

Francisca Francimar Araújo Pinheiro

Centro Universitário UniAteneu
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/7569041831987754>

Maria Conceição Batista de Oliveira

Centro Universitário UniAteneu
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/8766403942012196>

Vitória Kisla Brasil Barros

Centro Universitário UniAteneu
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/0116948300149572>

Elisabeth Soares Pereira da Silva

Universidade Estadual do Ceará, UECE
Fortaleza – Ceara
<http://lattes.cnpq.br/6407292526468087>

RESUMO: A população LGBTQIA+ sofrer rejeição e violência psíquica/física, aliados a constrangimentos públicos começam dentro

do próprio lar. A família, aliada a outros grupos detentores do poder social, trabalham unidos para a repressão do chamado “desvio”. Objetivo relatar a construção de um documentário sobre a convivência da população LGBT com a família elaborada pelos acadêmicos de enfermagem. Utilizou um questionário elaborado pelos os acadêmicos de enfermagem que tinha perguntas abertas sobre a convivência da população LGBTQIA+ com a família para o documentário. Aceitou uma pessoa, do sexo masculino, idade 23 anos, se considera homossexual, gênero masculino, marcamos um dia para o documentário, o documentário aconteceu na residência de um integrante do estudo. Observou-se que a convivência com os familiares é de muito conflitos, violências verbais, não tem muito apoio paterno e não tem aceitação da mãe além da repressão das expressões das vivências homoeróticas, muitas vezes silenciando-se frente a elas. Diante das declarações no documentário são de grande importância para os acadêmicos de enfermagem que entendem as dificuldades que essa população LGBTQIA+ enfrentam no âmbito social e no âmbito familiar e para ter conhecimento sobre essa população desde do âmbito acadêmico quando estiver no âmbito de instituição de saúde se depara com essa população ter uma boa conduta de profissional e ter sensibilidade. Conclui-se que esse estudo contribuirá positivamente para o aprendizado dos acadêmicos de enfermagem e refletir sobre o assunto que é importante para a vida profissional e também servira para futuros estudos aprofundados sobre a população LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE: Família. LGBTQIA+.

Enfermagem.

CONSTRUCTION OF A DOCUMENTARY ON THE LIVING OF THE LGBTQIA + POPULATION WITH FAMILY

ABSTRACT: The LGBTQIA + population suffers rejection and psychological / physical violence, allied to public constraints begin within the home. The family, together with other groups with social power, work together to suppress the so-called “deviation”. Objective to report the construction of a documentary about the coexistence of the LGBT population with the family elaborated by nursing students. He used a questionnaire prepared by the nursing students who had open questions about the LGBTQIA + population’s coexistence with the family for the documentary. He accepted a person, male, age 23, considers himself homosexual, male, we set a day for the documentary, the documentary took place at the residence of a member of the study. It was observed that living with family members is a lot of conflicts, verbal violence, does not have much paternal support and does not have acceptance from the mother beyond the repression of the expressions of homoerotic experiences, often being silent in front of them. Given the statements in the documentary, they are of great importance for nursing students who understand the difficulties that this LGBTQIA + population face in the social and family spheres and to have knowledge about this population from the academic scope when they are in the health institution if this population faces a good professional conduct and sensitivity. It is concluded that this study will contribute positively to the learning of nursing students and reflect on the subject that is important for professional life and will also serve for future in-depth studies on the LGBTQIA + population.

KEYWORDS: Family. LGBTQIA+. Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

A população LGBTQIA+ é a composta por pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Desde 1990, o termo é uma adaptação de LGB, que era utilizado para substituir o termo gay para se referir à comunidade LGBT no fim da década de 1980 (Acronyms,1985).

Ativistas acreditam que o termo “gay” não abrange ou não representa todos aqueles que fazem parte da comunidade. Há muitas décadas, o segmento LGBTQIA+ foi marginalizado, como, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, quando, nos EUA, lésbicas e gays foram submetidos a diversos tratamentos com a finalidade de reverter sua orientação sexual, compreendida como antinatural, incomum e anormal. Em decorrência desses e de outros fatos, houve a morte de muitos LGBT nesse período (LOURO,2003).

A violência, uma das maiores violações contra os direitos humanos, é considerada sério problema de saúde pública, visto que, além de provocar forte impacto sobre as taxas de morbimortalidade, vem prejudicando a saúde

biopsicossocial dos vitimados, com importantes repercussões econômicas e sociais (OMG,2002).

Sabe-se que alguns grupos sociais estão vulneráveis a sofrerem cotidianamente atos violentos, a exemplo daqueles considerados estigmatizados, como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), como resultado da homofobia social (ALBUQUERQUE,2016).

A homofobia como fenômeno e manifestação do sexíssimo, traduz-se em hostilidade a comportamentos desviantes dos papéis sexuais estabelecidos socialmente, guardando íntima relação com a violência de gênero (BORILLO,2000).

A homofobia e seus desdobramentos, como a lesbo/transfobia, por compreenderem um conjunto de atitudes de hostilidade à diversidade sexual, carregam consigo a exclusão de indivíduos considerados inferiores ou anormais (BRASIL,2011).

Dessa forma, a homo/lesbo/transfobia são termos empregados a atitudes de preconceito, discriminação e demais violências cometidas contra a comunidade LGBTQIA+ por causa de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (PRADO,2011).

Schulman (2009) diz que a família é o refúgio da crueldade da cultura, mas se a esta é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla será o refúgio para a pessoa violentada. Mas, se a família e a sociedade são fontes de crueldade, onde refugiar-se o indivíduo que pertence a população LGBTQIA+?

Para as demais minorias sociais, a família constitui o principal apoio no enfrentamento da discriminação global, porém, no caso dos homossexuais, é no próprio lar que a opressão e a discriminação se fazem mais presentes e fazem-se sentirem-se mais fortes (MOTT, 2000).

Em relação a gays e lésbicas, os quadros de rejeição e violência psíquica/física, aliados a constrangimentos públicos começam dentro do próprio lar. A família, aliada a outros grupos detentores do poder social, trabalham unidos para a repressão do chamado “desvio” (FRAZÃO, ROSÁRIO, 2008).

O uso de tecnologias para o ensino de enfermagem vem sendo amplamente difundido na formação acadêmica dos profissionais de enfermagem, integrando modelos diferenciados de técnicas de ensino, e incentivando a utilização de recursos tecnológicos (SABÓIA,2016).

A qualificação acadêmica interfere na disponibilidade de uma assistência efetiva e resolutiva nos serviços de saúde, contribuindo para uma prática livre de estigmas, com uma visão ampliada do ser humano e da comunidade (JORGE, 2016).

Assim, esta pesquisa objetivou relatar a construção de um documentário sobre a convivência da população LGBTQIA+ com a família elaborada pelos acadêmicos de enfermagem.

2 | METODOLOGIA

O estudo metodológico consiste na criação, validação, e avaliação de instrumentos e técnicas de pesquisa que possam ser empregados para os outros pesquisadores. Seu objetivo é o desenvolvimento, implementação a validação e enriquecimento de instrumentos e estratégias metodológicas (POLIT, BECK, HUNGLER, 2011).

Um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado por acadêmicos de enfermagem do 5º semestre durante a disciplina “Práticas integradas - Educação de Gênero e Lgbtqi+ ” do curso de enfermagem. Utilizara uma tecnologia construída pelos os acadêmicos de enfermagem, um questionário que conterà perguntas abertas sobre a convivência da população lgbtqi+ com a família. A Construção do documentário ocorreu em três etapas com os integrantes da pesquisa. A primeira etapa da construção do documentário foi a quantidade de perguntas que decidimos ser seis perguntas abertas para cada um integrante elaborar uma pergunta.

As seis perguntas foram as seguintes: 01. Em que momento você descobriu a sua orientação sexual e gênero? 02. Quando foi que você decidiu falar para sua família? 03. Qual foi a reação da sua família? Foi o que você esperava? 04. Você acha afetou sua saúde por conta da reação da sua família? Psicológico ou físico? 05. Você já sofreu violência dentro da família? Por quem? Como foi? Como você se sentiu no momento? 06. Fale um pouco sobre a convivência com a sua família atualmente.

A segunda etapa foi decide quais serão os materiais para o documentário que será uma sala com iluminação, duas cadeiras uma para entrevistador e outra cadeira para o entrevistado, uma mesa, um celular com câmera da marca Iphone 8 para filmar a entrevista, 20 minutos irá durar o documentário e outros integrantes da pesquisa estarão anotando os detalhes que chamou atenção durante a entrevista.

A terceira etapa é a avaliação documentário e transcrição para um papel da entrevista dos integrantes da pesquisa e detalhar as falas do participante da entrevista.

3 | RESULTADOS

A seleção dos participantes foi feita por uma técnica “bola de neve”, bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência (VINUTO,2014). Aceitou uma pessoa para participar, do sexo masculino, idade 23 anos, se considerava homossexual, gênero masculino, marcamos um dia para o documentário, o documentário aconteceu na residência de um integrante do estudo, respeitamos todas as orientações da OMS contra o novo coronavirus.

Inicialmente nós se apresentamos e explicamos objetivo do estudo que é uma

Construção de um documentário sobre a convivência da população Lgbtqia+ com a família e comunicamos que iramos manter o anonimato e o sigilo, as respostas dele iremos coloca só as iniciais do nome dele. A entrevista ocorreu numa sala de estar começamos com a pergunta 01. Em que momento você descobriu a sua orientação sexual e gênero?

J.V: Bom, eu descobri minha orientação sexual, creio eu desde de pequeno, por sempre eu querer está com mulheres e ser íntimo de mulheres eu ... me sentia bem com meninas, eu nunca gostei de brincar com menino, essas coisas de hétero top, sempre me aproximei de mulheres e eu me descobri que eu gosto mais dessas coisas do que está com menino desde de pequeno. Mas só que eu não tinha essa mentalidade e pensamento que eu tenho hoje nesse tempo.

02. Quando foi que você decidiu falar para sua família?

J.V: Bom, Eu decidi falar para minha família quando eu estava me relacionando com um cara sério, meu primeiro relacionamento homo afetivo, e então por pensamento de eu está me sentindo a vontade por achar que ali era o momento sim de conta pra minha família e de eu querer viver isso abertamente entre minha família poder leva ele pra minha casa, apresentar a minha família, os meus amigos e então me vi na obrigação de prepara o território e fala sobre mim...

03. Qual foi a reação da sua família? Foi o que você esperava?

J.V: Não, não foi a forma que eu esperava. Eu esperava que minha família tivesse o pensamento assim abertamente como eu esperaria porque na minha família existe pessoas Lgbt... que eles aceitam... Mas quando eu decidi falar não foi bem assim, foi bem diferente quando contei pra minha mãe, ela não acreditou disse que eu estava brincando com ela, ela se deitou na cama passando mal, passou um dia sem falar comigo e eu me sentir muito mal porque tinha criado uma expectativa imenso que ia ser tudo legal ... e meu pai não que eu não tivesse coragem de conta é que eu não vi necessidade de falar pra ele...

04. Você acha afetou sua saúde por conta da reação da sua família? Psicológico ou físico?

J.V: Sim, sim. Eu fiquei com o psicológico muito abalado principal por minha mãe ter passado mal, não ter falado comigo, dizia que isso era uma doença, não aceita... ela se apegou muito a religião para isso passa...

05. Você já sofreu violência dentro da família? Por quem? Como foi? Como você se sentiu no momento?

J.V: Nunca sofri violência física por causa da minha orientação. Mas violência verbal já sofri várias vezes, por palavras da minha mãe que são ditas na hora da raiva que me machuca muito... palavras machucam mais do que uma porrada, prefiro que ela me desse uma porrada do que as coisas que falava,

porque aquilo fica na minha cabeça remoendo e aquilo destruí qualquer pessoa

06. Fale um pouco sobre a convivência com a sua família atualmente.

J.V: Hoje em dia a relação está melhorando, mas ainda falta muito pra melhorar porque ela (mãe) se apegou nessa fé, nessas promessas, ela evita a falar nesse assunto... Prefere que aquilo que aconteceu e o que eu sou não passa só de um sonho, que algum momento isso vai passar, mas está tranquilo... em alguns momentos de conflito ela começar as violências verbais que isso me machuca...

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou narrativas de um jovem gay sobre a convivência com famílias através de documentários. Observou-se que a convivência com os familiares é de muito conflitos, violências verbais, não tem muito apoio paterno e não tem aceitação da mãe além da repressão das expressões das vivências homoeróticas, muitas vezes silenciando-se frente a elas.

Diante das declarações no documentário são de grande importância para os acadêmicos de enfermagem que entendem as dificuldades que essa população Lgbtqia+ enfrentam no âmbito social e no âmbito familiar e para ter conhecimento sobre essa população desde do âmbito acadêmico quando estiver no âmbito de instituição de saúde se depara com essa população ter uma boa conduta de profissional e ter sensibilidade.

Com isso conclui-se que esse estudo contribuirá positivamente para o aprendizado dos acadêmicos de enfermagem e refletir sobre o assunto que é importante para a vida profissional e também servira para futuros estudos aprofundados sobre a população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

Acronyms, Initialisms & Abbreviations Dictionary, Volume 1, Part 1. **Gale Research Co.**, 1985, ISBN 978-0-8103-0683-7. Factsheet five, Issues 32–36, Mike Gunderloy, 1989.

Albuquerque GA, Garcia CL, Quirino GS, Alves MJH, Belém JM, Figueiredo FWS, et al. **Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review.** BMC International Health and HumanRights. 2016; 16 (2).

Borillo D. A Homofobia. In: Lionço T, Diniz D (org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio.** Brasília, DF: Editora LetrasLivres; EdUnB; 2009. pp. 5-46

Brasil, Ministério da Saúde. **Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011.** Brasília, DF; 2011.

Brasil, Ministério da Saúde. **Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.** Brasília, DF; 2012

FRAZÃO, Pedro. ROSÁRIO, Renata. **O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. Análise Psicológica**, vol.1, n, 26, pp. 25-45, 2008.

Jorge AAF. **Significados e sentidos acerca de trajetórias de desenvolvimento humano na graduação em enfermagem: contribuições para o ensino na saúde. (tese de doutorado), 2016.**

Louro GL. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5 ed. Petrópolis: Vozes; 2003.

MOTT, Luiz. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2000.**

Mott L. **Manual de Coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia; 2000.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **World Report on Violence and Health. Genebra: WHO; 2002.**

POLIT D. F; BECK C. T. **Fundamentos de Pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para as práticas da enfermagem.** 7a ed. Porto Alegre (RS): Artmed; 2011.

Prado MAM, Junqueira RD. **Homofobia, hierarquização e humilhação social. In Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2011.

SCHULMAN, Sarah. **Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences.** New York: The New Press, 2009.

Sabóia VM, Moniz MA, Daher DV, Rangel ET, Moura JMB, Sá FC. **Dinâmica comunicativa: avaliação da tecnologia educacional sobre drogas com estudantes universitários de enfermagem [Communication dynamics: evaluation of educational technology with college nursing students].** Revista Enfermagem UERJ 2016

Vinuto J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas 2014; 22(44):203-220

CAPÍTULO 4

ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 18/09/2020

Elvira Simões Barretto

Universidade Federal de Alagoas-UFAL
Cidade: Maceió-Al

Lenilda Inácio dos Santos

Universidade Federal de Alagoas-UFAL
Cidade: Maceió-Al
<http://lattes.cnpq.br/5760121650363502>

RESUMO: A relação entre escola e família deve ser compreendida no contexto da divisão social do trabalho na sociabilidade capitalista-patriarcal e heteronormativa. Reconhece-se que a educação de crianças e jovens envolve expectativas mútuas entre família e escola. Quando se expõe a desejável parceria escola-família e se convoca a participação dos pais no processo educacional, observa-se que aspectos importantes não são levados em consideração, tais como: 1) as mudanças culturais e históricas; 2) as relações de poder entre as instituições e seus integrantes; 3) a diversidade de constituição familiar e as desvantagens culturais e materiais de grande parte das famílias; e 4) as relações de gênero que formalizam a divisão de trabalho em casa e na escola. O texto aborda estes aspectos com base na questão central: até que ponto os trabalhos das escolas junto às famílias consideram e respeitam a diversidade de arranjos familiares postos na contemporânea sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Família contemporânea; Escola; Modelo de parentalidade.

ADOPTION OF CHILDREN BY HOMOAFECTIVE COUPLES: CRITICAL REFLECTION ON THE SCHOOL-FAMILY RELATIONSHIP

ABSTRACT: The relationship between school and family must be understood in the context of the social division of labor in capitalist-patriarchal and heteronormative sociability. It is recognized that the education of children and young people involves mutual expectations between family and school. When the desirable school-family partnership is exposed and the participation of parents in the educational process is called for, it is observed that important aspects are not taken into account, such as: 1) cultural and historical changes; 2) the power relations between the institutions and their members; 3) the diversity of family constitution and the cultural and material disadvantages of most families; and 4) the gender relations that formalize the division of work at home and at school. The text addresses these aspects based on the central question: the extent to which school work with families considers and respects the diversity of family arrangements placed in contemporary Brazilian society.

KEYWORDS: Contemporary family; School; Parenting model

INTRODUÇÃO

A proposta da relação de colaboração entre família e escola é importante para o cumprimento dos objetivos da formação escolar

no contexto social. A princípio, ambas as instituições possuem propósitos comuns em torno do bem-estar e do desenvolvimento da criança e do adolescente. A escola ocupa um lugar de fundamental importância nessa relação, pois, entre outros aspectos, mapeia e atua nas necessidades familiares e, de certa forma, estrutura relações de cooperação mútua. Todavia, vêm ocorrendo situações que apontam obstáculos na relação escola-família, tendo em vista o não reconhecimento da diversidade de arranjos familiares postos na sociedade contemporânea. A família, bem como outras organizações sociais, sofreu ou ainda vivencia transformações ao longo do tempo. Depara-se, hoje, com a superação de apenas um modelo de família, a monoparental (ascendentes de sexos diferentes), observando-se outros arranjos, dentre eles o homoparental (componentes do mesmo sexo). A problemática requer estudos e reflexões críticas propositivas, tal como propõe o presente artigo. Quais as condições de professores/as e demais profissionais da educação para lidar com famílias homoparentais? Apesar do grande avanço na legislação brasileira, que permitiu, por exemplo, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, (que passaram a ter os mesmos direitos legais que os casais heterossexuais e, conseqüentemente, ser-lhes possível pleitear a adoção de crianças), vê-se, entretanto, que as conquistas adquiridas legalmente pela população homoafetiva ainda incomoda alguns segmentos da sociedade. Na escola, o tema ainda é, na maioria das vezes, um tabu, uma vez que, mesmo diante das evidências da diversidade familiar presente na sociedade moderna, essa instituição ainda trabalha com o modelo de família nuclear patriarcal como estrutura perfeita de instituição familiar. A escola, inserida no contexto social capitalista-patriarcal heteronormativo, cujos avanços normativos entram em incompatibilidade com a cultura conservadora, reproduz preconceitos quanto aos direitos de casais homoparentais. “A escola, tendo o dever/o preceito/a função de educar os jovens para o desenvolvimento deles próprios e da sociedade, é incompatível, enquanto instituição, com a cultura conservadora, pois precisa acolher em seu espaço a realidade de arranjos familiares diversos. Contudo, inserida no contexto social capitalista-patriarcal heteronormativo, reproduz preconceitos quanto aos direitos de casais homoparentais.” O estudo demonstra que tal preconceito tem sido um dos principais fatores de conflitos entre as famílias e as escolas, como, por exemplo, na celebração de datas comemorativas e na inclusão da temática da diversidade sexual em atividades, livros didáticos.

O QUE É A HOMOSSEXUALIDADE?

Desde os primórdios, o sexo se tornou aquilo que se deve ser reprimido e feito às escuras, sendo configurado como algo vergonhoso. Segundo Foucault (1988), a partir do século XVII a sexualidade passou a ser representada pela moral

e pelo puritanismo. A família conjugal burguesa foi tomada como referência, sendo o único e legítimo modelo de sexualidade a ser seguido. Fato curioso é que o quarto do casal foi indicado como o único local onde era permitida a prática do sexo. As demais manifestações e desejos sexuais, que não fossem heterossexuais, com intuito objetivamente reprodutivo, foram severamente condenadas à repressão e à marginalização, estabelecendo, assim, a heterossexualidade como padrão. As diferentes manifestações sexuais, que eram silenciadas e censuradas, eram contidas e normatizadas. Apenas depois de um longo trabalho de denúncia desta repressão o sexo poderia ser praticado. Foucault (1988), ao aprofundar seus estudos sobre a repressão sexual, questiona a chamada “hipótese repressiva”, afirmando que a interdição, na verdade, gerou um maior incitamento a falar sobre o sexo.

Alguns autores/as (LOURO,1997; COSTA,1992; FOUCAULT,1988) trazem importantes reflexões críticas em torno da compreensão da homossexualidade como um transtorno psiquiátrico e genético. Em tempos remotos, concebia-se esta orientação sexual como uma doença e, moralmente, concebia-se como um insulto à Igreja e à ética social, tendo como punição a prisão e até mesmo a morte. Tal era o caso da “sodomia”, termo criado pela Igreja Católica para denominar o ato daqueles que se “desviavam” das práticas sexuais impostas heteronormativas. Dentre outras normas morais na moderna sociedade capitalista, a moral sexual burguesa se amparou em um aparato jurídico, político e cultural para garantir a ordem social, tendo pressuposto da manutenção de uma família funcional na reprodução do sistema produtivo. A “verdade do sexo” paira até hoje neste ordenamento social; entretanto, nos primórdios, isto era mais complexo, na medida em que se apoiava de forma contundente na psiquiatria e na medicina, que utilizou da “scientia sexualis” para produzir um discurso científico/biológico “verdadeiro” sobre a sexualidade. O que houve, na verdade, foi uma “patologização” das diferentes manifestações sexuais que não fossem conjugais, monogâmicas e heterossexuais. Foi imposta, assim, a heteronormatividade, a qual previa que as orientações sexuais diferentes da heterossexual fossem marginalizadas e inferiorizadas de tal modo a serem ignoradas ou perseguidas nas práticas sociais e em crenças políticas como um todo. A partir daí, estipulou-se a ideia de que os seres humanos estavam subdivididos em duas categorias distintas e complementares, a saber, macho e fêmea, e que apenas relações sexuais entre sexos opostos eram consideradas normais, definido o papel natural que cada indivíduo tem na vida a partir do sexo biológico.

Para Foucault (1998, p. 96), alguns acontecimentos foram significativos para a ampla discussão do assunto. Segundo o autor, “o surgimento da psiquiatria no século XIX e da jurisprudência trouxe uma série de discursos sobre as variações de homossexualidade, inversão sexual, pederastia e a transexualidade”, o que permitiu um avanço para a reivindicação da naturalização da homossexualidade, que fugia

dos diagnósticos médicos e psiquiátricos, esses diagnósticos médicos eram os mesmos que faziam com que a homossexualidade fosse vista como um desvio ou pederastia.

Entretanto, estes conceitos errôneos ainda perduraram por muito tempo, sendo revistos apenas nas discussões mais recentes. Os geneticistas Hamer e Levay (1994), por exemplo, trazem a perspectiva de que a homossexualidade poderia estar relacionada a uma determinação genética, exemplificando, assim, o fato de que a orientação sexual resulta de uma variação genética e não por uma escolha comportamental, como seria nos casos de opção ou estilo de vida ao conviver com iguais.

É factível que em vários países do mundo, como também em alguns estados brasileiros, a união homoafetiva existe, já sendo reconhecida oficialmente. Ainda assim, o movimento LGBTQI+ ainda tem um longo caminho a percorrer para a permanência e a conquista de direitos. A família homoparental, mesmo já sendo uma experiência social e jurídica consolidada na sociedade, e que aparentemente não admitirá retrocessos, ainda sofre desafios para romper com a reprodução dos preconceitos e das discriminações.

No caso da homossexualidade vivenciada na realidade brasileira, podemos observar que ainda se reproduz na sociedade a inferiorização das pessoas homoafetivas, transexuais e transgêneros, vítimas, muito frequentemente, de uma homofobia generalizada. O século XXI não logrou a superação deste mal, suas causas e consequências. É historicamente demonstrado o impacto político, social e pessoal causado por séculos de profunda repressão à livre manifestação da sexualidade. O desenvolvimento humano isento de violação de direitos da população LGBTQI+ pode ser viabilizado com a libertação das correntes do estereótipo em torno de uma expressão de ser humano por sua orientação sexual que não traz danos a ninguém, é apenas uma possibilidade humana interdita pelo conservadorismo capitalista-patriarcal. Indaga-se: qual o mal inerente da construção de laços de afetividade, casamento e constituição de família? Lamentavelmente, ainda é muito recorrente a noção estereotipada e negativa das relações homossexuais nos diversos meios sociais, pois, mesmo reconhecidos e amparados legalmente, a maioria dos homocasais na sociedade brasileira ainda não é reconhecida e respeitada por uma grande parcela da sociedade como família.

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL

A Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) garantem à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, que deve ser assegurado em regime de colaboração pelo Estado, pela família e pela

sociedade, resguardado nos artigos 227, 4 e 19:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado conceder à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010. Constituição Federal, 1988).

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Estudos de Osório, 1996, comprovam que o indivíduo que cresce sem uma referência familiar sente a sua ausência. Este fato, conseqüentemente, acometerá sérios prejuízos a médio e longo prazo em seu desenvolvimento físico e cognitivo, além de, com o passar do tempo, fazer com que a criança e o/a jovem desenvolvam uma série de transtornos psicológicos devido à falta de afeto e convivência com os pais.

A ampliação dos direitos LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) é uma conquista que faz jus a tantos anos de repressão e negação de direitos fundamentais, como o reconhecimento, sob forma da lei, casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e, conseqüentemente, a concessão do direito de adoção para os casais homossexuais. Para Lima (2011), o que firma a parentalidade do homossexual são os laços afetivos que ele constrói com a criança, não importando se a filiação ocorre de forma biológica ou por reprodução assistida. A adoção homossexual formalizada vem para substituir a ausência da família biológica, garantindo à criança ou jovem o direito a uma convivência familiar que venha a lhe assegurar um crescimento mental, físico, emocional, cognitivo e social, conforme estão prescritos na Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Como agora colocado, não são necessários laços biológicos entre adotantes e adotado para se estabelecer uma relação de afeto e cuidado mútuo.

A adoção vem cada vez mais ganhando forças e se tornando uma possibilidade de se constituir uma nova família, dotada de todos os direitos legais, como também é uma das melhores alternativas para a reinserção de crianças e adolescentes, antes ocupantes, por anos, de abrigos e orfanatos, mas que têm uma nova oportunidade de serem inseridas no seio familiar, o que lhes garante uma melhor expectativa de futuro e de desenvolvimento.

A adoção homoafetiva é cercada de preconceitos e mitos, sendo alvo de vários argumentos contrários que não possuem nenhum fundamento ou comprovação. Muitos acreditam e disseminam a ideia de que ela possa creditar algum prejuízo ao desenvolvimento da criança criada por casais de gays e lésbicas. Outro argumento contrário à adoção diz respeito às possíveis barreiras sociais, discriminação ou até mesmo o *bullying* que as crianças adotadas poderão sofrer na escola e na sociedade em virtude da orientação sexual dos seus pais. Além disso, acredita-se que a falta de referências heterossexuais possa gerar problemas psicológicos e que a orientação sexual de seus adotantes levaria o adotado a ter uma maior propensão a também se tornar homossexual. No entanto, não é comprovado cientificamente a existência de fator que leve a intervir no desenvolvimento e na formação ética e moral de crianças criadas por casais homossexuais, tampouco daquelas criadas por heterossexuais.

Deve haver uma maior atenção às possíveis brincadeiras de mau gosto que as crianças adotadas podem sofrer em relação à sexualidade dos pais refletem negativamente em sua interação social, podendo levá-las à exclusão no convívio escolar. Também é sabido que os homossexuais têm grande preocupação com a educação dos filhos e, como qualquer casal heterossexual, também compartilham a preocupação e zelam por seu bem-estar, estabelecendo o diálogo para que seja evitada qualquer exposição dos filhos. Outro aspecto a ser analisado, é o de que não existe uma comprovação científica que afirme que a orientação sexual dos pais interfira a ponto de influenciar na de seus filhos, caso contrário, não existiriam filhos homossexuais originados em relacionamentos entre casais heterossexuais. Sendo assim, qualquer argumento que seja contrário à adoção por homossexuais é preconceituoso e discriminatório, pois nega os direitos e fere o livre exercício da dignidade humana.

Apesar de não existir uma legislação específica e diretamente direcionada ao tratamento da adoção de casais homossexuais, tem crescido, significativamente, casos de gays e lésbicas adotantes, fazendo-se necessário, assim, a intervenção da jurisprudência para reconhecer o vínculo social-afetivo destas famílias homossexuais.

O SER HOMEM E SER MULHER NA ATUALIDADE: COMO FICAM AS FUNÇÕES PARENTAIS?

A heteronormatividade marginaliza as formas de desejo que não sejam concebidas como “normais”. Nessa perspectiva, as demais experiências sexuais devem ser menosprezadas, silenciadas. Com base no que já foi discutido, pode-se inferir que predomina a tendência do senso comum de considerar negativo, desviante, perigoso, como uma perversão sexual ou doença, as orientações sexuais que não estejam enquadradas na norma padrão heterossexual. Para a medicina, como visto, até pouco tempo determinadas práticas sexuais e/ou as sexualidades “desviantes” eram consideradas patologias. Sendo assim, o sexo biológico e a identidade de gênero deveriam fazer correspondência entre si e enquadrar as pessoas dentro das normas masculinas ou femininas ou normatizações de gênero.

Até 1973, o termo *homossexualismo* servia para classificar a homossexualidade como doença psiquiátrica. Posteriormente, a Associação Americana de Psiquiatria deixou de usar este termo para designar as relações homoafetivas e sexuais; nesse período, entretanto, ainda não se descartou a ideia de que fosse uma anomalia. Somente anos mais tarde, em 1995, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que trouxe um maior esclarecimento acerca das orientações afetivo-sexuais, no sentido de que as pessoas homoafetivas não detinham enfermidade alguma devido à sua orientação sexual. Cabe salientar que, apesar de não existir uma legislação específica diretamente direcionada a tratar da adoção de casais do mesmo sexo, tem crescido significativamente casos de gays e lésbicas adotantes, fazendo necessário a jurisprudência reconhecer o vínculo socio-afetivo destas famílias .

Fernández e Vilar (2004) relacionam a semelhança no desenvolvimento entre crianças adotadas por pais heterossexuais e homossexuais. Segundo os autores, pais homossexuais possuem a mesma capacidade em proporcionar ambientes protetores e saudáveis aos seus filhos, sejam eles adotivos ou não, e que a sua orientação sexual não irá interferir ou refletir no desenvolvimento social, cognitivo, emocional e sexual das crianças. Certamente, a visão heteronormativa da sociedade produz desigualdades que se representam nos diferentes modos de vida das pessoas.

Usa-se o termo “orientação sexual” porque não é uma opção ser ou não ser homossexual. Se de fato assim fosse, muito provavelmente a maioria das pessoas homossexuais prefeririam não sê-lo, para justamente evitar sofrimentos diante dos preconceitos enfrentados diariamente. Do ponto de vista geral, a orientação sexual de cada indivíduo pode ser visualizada como heterossexual, homossexual ou bissexual. A homossexualidade corresponde a indivíduos que se sentem atraídos sexualmente

por pessoas do mesmo sexo; a heterossexualidade diz respeito a pessoas que se atraem sexualmente pelo sexo oposto; e a bissexualidade corresponde àquelas que se atraem sexualmente por ambos os sexos.

Conforme elaborada por Judith Butler (2003), a teoria *queer* fortaleceu a discussão em torno da formação da questão de gênero. Segundo a autora, gênero e identidade sexual são resultados da construção social de cada indivíduo, descartando, portanto, a existência de papéis sexuais biologicamente determinados. A teoria *queer* se recusa a classificar os indivíduos em heterossexuais, homossexuais, macho, fêmea, mulher ou homem, iniciando, assim, uma valiosa discussão em direção à superação da dicotomia entre gênero e sexo.

Adentrando na questão da família à luz desses pressupostos, é possível destacar, no Brasil, dois períodos em que apresentam diferentes concepções familiares. O primeiro é marcado pelo modelo de família nuclear, pela hierarquia do poder masculino e patriarcal, ou seja, pela divisão dos papéis dos homens, mulheres e filhos. Porém, o cenário começou a mudar quando as mulheres, particularmente as da classe média, começaram a trabalhar para ajudar nas despesas domésticas e a lutar pela equivalência dos direitos iguais aos dos homens. A sociedade patriarcal impunha à mulher função de cuidadora, mas, diante desta nova realidade social, foi possível problematizar a questão do instinto maternal e da parentalidade biológica e, para algumas mulheres, conciliar a vida profissional com a familiar tornou-se uma opção de vida. No que concerne ao segundo período, vivenciado atualmente, observam-se diferentes formas de organização familiar em diálogo com a cultura machista heteronormativa do modelo nuclear de família, havendo a possibilidade de trânsito nos papéis de gênero e de funções materna e paterna.

Martins e Szymaki (2004, p. 178) expõem que família é um grupo de pessoas que convivem em um mesmo espaço físico e social. Nesse lugar, como família, o que as une são os vínculos afetivos, o respeito e o cuidado mútuo, independentemente do parentesco biológico. Portanto, assumir o papel de pai e mãe não corresponde mais apenas ao fato da concepção ou trazer a criança ao mundo, mas se legitima quando os responsáveis atendem às necessidades reais das crianças, acolhendo-a e protegendo-a no ato da adoção, pois a verdadeira maternidade ou paternidade não é mais provinda, necessariamente, do material genético fornecido, mas a que ocorre do ato de amar e de doar-se.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XX E A REALIDADE ESCOLAR

Fica patente a existência de amplos desafios para a superação do preconceito e da discriminação contra casais homoafetivos e, de forma especial, no que

concerne ao apoio e ao respeito da escola a essas famílias. É preciso uma mudança de perspectiva quanto a essa questão. Essa mudança só será possível na medida em que haja o reconhecimento e o respeito a outras expressões de familiaridades.

Reconhece-se que há um processo histórico de reprodução do modelo ideal de famílias sob a regência da cultura patriarcal herdada da era cristã-medieval, ainda não superada, apesar dos avanços legais, cujos obstáculos se aprofundam quando famílias homoparentais pleiteiam a adoção. Segundo Paiva (2007), as novas expressões familiares apontam uma profunda modificação no ordenamento social, resultado das lutas as quais os homossexuais se engajaram historicamente, acrescentando inclusive os aspectos cognitivos e afetivos às relações homossexuais da sociedade contemporânea. O reconhecimento destas realidades familiares, seus novos arranjos e o amparo das garantias jurídicas e políticas foram essenciais no processo de combate às discriminações em razão da sexualidade, como também no processo de inclusão destas minorias, tão marginalizadas, que seguem adiante para apropriação de suas conquistas como garantias de direitos humanos.

Como já evidenciado, a heteronormatividade patriarcal rege a violação dos direitos das famílias homoparentais à adoção e se aprofunda quando a instituição escolar reproduz essa violação no cotidiano, reforçando preconceitos. Não há uma política de Estado para capacitação efetiva do quadro docente e demais profissionais da educação no âmbito da diversidade, gênero e direitos humanos. Nesse sentido, a homofobia se presentifica cotidianamente. Há que destacar que esse fator interfere diretamente na evasão escolar. Evidencia-se, também, a recorrência da linguagem pejorativa de colegas direcionados a crianças e adolescentes provenientes de famílias homoparentais, com o intuito de ofender, humilhar, discriminar, ameaçar, isolar e ignorar (CASTRO, ABROMOVAY e SILVA, 2004:286), configurando-se em mais uma forma de violação do direito fundamental: a violação ao respeito à dignidade humana.

RECONHECIMENTO CONSTITUCIONAL DAS NOVAS FORMAÇÕES FAMILIARES

Para que se entenda a discussão até aqui estabelecida, é importante delinear o aparato jurídico que envolve o direito da população LGBTQI+, em particular, o das famílias homoparentais.

A Constituição Federal do Brasil ampliou o conceito de família, dando validação e reconhecimento às entidades familiares, com os mesmos princípios jurídicos dedicados ao casamento formal, de forma insurgente à compreensão do próprio Direito de Família que, até então, fundamentava-se no espólio. A lei brasileira, mais precisamente no artigo constitucional 266, deixa evidente o que hoje representa

a real família brasileira, fazendo-se reconhecer que família é uma ocorrência natural e que casamento é apenas um acordo de vontades inserido num papel. A legislação preconiza e amplia, para além do ato legal, as necessidades, anseios e vontades do indivíduo, em um contexto social em constantes transformações. Leva-se em consideração toda e qualquer forma de manifestação afetiva: as famílias monoparentais, as uniões estáveis, os pais e mães solteiros – todos agora cobertos por uma regulamentação específica.

Sob essa perspectiva, Falcão (2004) ressalta que uma célula familiar se origina de um vínculo afetivo entre pessoas que convivem como se fossem casados, independentemente de sua orientação sexual. Se os casais homossexuais têm os mesmos direitos e deveres que os casais heterossexuais, a negação à adoção é mais uma injustiça que fere os seus direitos enquanto cidadãos/cidadãs e como seres humanos livres para exercer sua orientação e identidade sexual e de gênero, dotado/as de direitos iguais conforme a Constituição Federal do Brasil. Reafirma-se, assim, que a orientação sexual não pode ser usada como condição para a proibição de um adotante, considerando o que se estipula na lei como fator primordial à adoção: o de atender às necessidades da criança dentro dos direitos e deveres dos candidatos a pai e mãe. A homossexualidade não é citada como fato proibitório, o que já se demonstrou ao longo deste artigo, que nem deveria sê-lo.

Outrossim, Lima (2011, p.17) afirma que “faz necessário conceituar família homoparental desprendida das relações biológicas, que se adquirem independente das relações de parentesco e parentalidade”. Negar o título e não reconhecer a condição de “família” a essas novas formações, sob o olhar de Magalhães (2009), é negar a legitimação do vínculo intrafamiliar e resumir a constituição de família, não reconhecendo os laços de afetividade, respeito e cuidados que mantêm as pessoas unidas, padronizando, assim, um formato único que não mais representa a sociedade contemporânea, constituída de variados arranjos familiares. O autor assevera que “a união estável e a adoção são direitos fundamentais e, portanto, não podendo ser negado o seu acesso ao ser humano”. Neste diapasão, é importante registrar que a formação da família homoparental se configura de três formas distintas: por meio de adoção, através da reprodução assistida ou ainda quando a criança é gerada antes da união homossexual, a partir de relações heterossexuais de relacionamentos anteriores. Em todas essas formas, a parentalidade é amplamente exercida. Diante de tudo que foi citado, a entidade familiar, hoje, deve ser entendida como grupo social fundamentado efetivamente por laços e valores afetivos que ultrapassam interesses patrimoniais e elevem o princípio da dignidade humana.

A negação ao direito da adoção a pais homossexuais e ao direito das crianças a serem adotadas configura-se como um tipo de abandono social, pois representa a perda dos direitos da criança de ser inserida em um seio familiar, o qual possibilite

saúde, educação, moradia, amor e carinho à criança (LOREA, 2005). Ressaltando a importância da adoção para adotantes e adotados, ambos são beneficiados, visto que a adoção por casais homoafetivos seria mais uma alternativa a diminuir o abandono parental de crianças que se encontram em abrigos à espera de uma família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui trazidas são um debate inicial sobre gênero, direitos afetivo-sexuais, conjugalidade e discriminações dentro do contexto escolar, com o fito de promover e estimular a identificação, a prevenção e o enfrentamento das desigualdades contra a população LGBTQI+, seja referente aos alunos/as ou aos pais e às mães de alunos/as. É preciso estabelecer um diálogo amplo e efetivo que leve à mudanças e superações na reprodução do preconceito e da discriminação, em particular acerca dos novos modelos familiares existentes.

Há que se reconhecer o protagonismo do movimento feministas nesse âmbito, a considerar a influência do reordenamento das relações de produção e reprodução social que incide sobre a família e o mercado de trabalho. Com a necessidade da entrada da mulher, de classe média, no mercado de trabalho, muitas delas deixaram de ter um papel secundário e passaram a assumir as atribuições de chefes de família, abrindo o flanco para os rearranjos familiares.

Diante das novas constituições familiares, toda a comunidade escolar precisa estar preparada a lidar com o fato de que a família, hoje, está para além do modelo nuclear heteronormativo patriarcal. Família é o espaço de maternagem e paternagem regida pelo amor, afeto e que propõe suprir as necessidades da criança, independentemente do gênero ou sexo dos pais ou mães.

A escola é um ambiente propício para o estabelecimento amplo do diálogo e da reflexão sobre os estereótipos de gênero e sobre as relações afetivo-sexuais nas suas diversas expressões familiares. Lamentavelmente, o currículo escolar, em geral, é elaborado baseado em visões familiares excludentes, contemplando apenas as famílias nucleares e patriarcais, constituídas por filhos, pai e mãe, o que aumenta a invisibilidade da família homoparental.

Faz-se necessário, portanto, que a escola crie espaços de reflexão sobre a sexualidade e suas configurações. Ainda há muito a fazer para o acolhimento desses alunos/as e família. É preciso um trabalho efetivamente direcionado ao enfrentamento a qualquer tipo de discriminação, especialmente as práticas homofóbicas direcionadas a alunos/as ou pais/mães homoafetivos/as. Há a necessidade de preparar os docentes e a equipe escolar para atender ao novo panorama familiar. É imprescindível o investimento nesses/nessas profissionais,

capacitando-os/as e promovendo a formação continuada. Só assim haverá uma construção do diálogo, no ambiente escolar, aberto à valorização, ao respeito e à proteção aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 14 ed. atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Mary Garcia, ABROMOVAY, Miriam, SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 14 ed. atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

Falcão, L.C. **Adoção de crianças por homossexuais: Crenças e formas de Preconceito**. Tese de Mestrado não publicada. Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás.

Fernández, R. P., & Vilar, A. A. (2004). **Aportaciones desde la salud mental a la teoría de la adopción por parejas homosexuales. Avances en salud mental relacional. 3(2)**. Acessado em 08 de janeiro de 2006, disponível em <http://www.bibliopsiquis.com/asmr/0302/index.htm>

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade – a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20. reimp. Rio de Janeiro, Graal, 1988. V.1.

LIMA, S. S. **Escola e família: problematizações a partir da homoparentalidade**. 2011 Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - UFRS, Porto Alegre, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e homofobia**. In: Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

Lorea, R.A. (2005, novembro). **Homoparentalidade por adoção no Direito brasileiro (n. 1)**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio GrandedoSul. http://fjj.tj.rs.gov.br/fjj_site/docs/REVISTA/N%BA+5+MAR%7O+2005.PDF.

Maria Regina Castanho França. **Famílias Homoafetivas**. FRANÇA, M. R. C. Terapia com casais do mesmo sexo. In: VITALE, M.A.(org.) **Laços amorosos**. Terapia de casal e psicodrama. São Paulo: Ágora, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932009000100003. > Acesso em 22 de ago. de 2016.

Osório, L. C. (1996). **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. **Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica**. In: Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Organizadores: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Szymanski, H. & Martins, E. **Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas**. Estudos de Psicologia, 9(1). São Paulo: PUC. Acessado em: 20/08/2016, <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22393.pdf>.

CAPÍTULO 5

A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 01/11/2020

Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza

Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais
UFF - Universidade Federal Fluminense
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro -RJ
<http://lattes.cnpq.br/5331728795445555>

Samya Cotta Brandão Siqueira

Pós-graduada em Direito e Gênero pela
EMERJ (*latu sensu*)
Oficial Superior da PMERJ
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro -RJ

Trabalho apresentado e publicado em anais do VII CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Rio de Janeiro-RJ, 12 a 16 de novembro 2018. ISSN 2316-266X, Nº 7.

RESUMO: Propôs-se uma análise crítica das relações de poder na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pelo enfoque do gênero, objetivando identificar construções sociológicas de ordem sexistas no ambiente militar, perpetuadas através da baixa institucionalização do tema, do silêncio jurídico e da invisibilidade social dos grupos de gêneros não masculinos. Desenvolver-se-á um estudo de caso numa das primeiras instituições militares a receber mulheres na atividade-fim, testando o embasamento teórico. Para tanto, a fenomenologia, o método

indutivo e um levantamento de campo com aplicação de 351 questionários, estruturados, mas com dois campos semiestruturados para enriquecimento qualitativo, revelaram múltiplas relações sujeito-objeto, evidenciando que trinta e seis anos de convívio, setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e vinte anos da vedação constitucional à discriminação por sexo, não impediram a cultura militar de continuar propagando visões sexistas em desfavor do ser humano profissional dentro da farda. Urge evoluir.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulher. Militarismo. Igualdade. Polícia.

THE REPRESSION OF GENDER LEGITIMATED BY MILITARY CULTURE: A VIEW THROUGH THE MILITARY POLICE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: It was proposed a critical analysis of the relations of power in the Military Police of the State of Rio de Janeiro, by the gender focus, to identify sexist sociological constructions in the military environment, perpetuated by the low institutionalization of the theme, the legal gap and the social invisibility of non-male genres. A case study in one of the first military institutions to receive women in the final activity, testing the theoretical basis. For this, the phenomenology, the inductive method and a field survey through 351 structured questionnaires applied, but with two semi-structured questions for qualitative enrichment, revealed different relationships between subject and object, showing that thirty-six years of living, seventy years of the International Declaration of Human Rights and twenty years of

the constitutional prohibition of gender discrimination didn't eliminate military culture's sexist visions, to the detriment of professional human inside the uniform. Evolve is urgent.

KEYWORDS: Gender. Woman. Militarism. Equality. Police.

1 | INTRODUÇÃO

A Hierarquia e disciplina definem o lugar de cada um na objetiva fila da antiguidade, a primeira estabelece a subordinação e a verticalização militares. A segunda cria o “herói”, desconecta o homem do mundo civil e o ressignifica na caserna, sem subjetividades, padronizados em coragem, resiliência e força. Tudo em prol da organização, para o cumprimento da missão, a subjugação do inimigo e o triunfo. (RIBEIRO, 2018, p.5).

Como os construtos sociais se refletem nas instituições e culturas, o militarismo, assim como as organizações civis, absorveu os valores e costumes de seu tempo, replicando-os em códigos de agir e cultura. (SIMMEL, 2006, p.21).

No entanto, a doutrina militar isola os seus do mundo comum, tal qual sistemas fechados autônomos que não precisam se voltar para o exterior. Assim, as transformações sociais externas demoram-se a atualizar a cultura militar que, apegada à tradição, mantém-se como um relógio atrasado, sempre num tempo anterior ao atual. Atualizadas pelas mudanças na ordem sexista nos mercados de trabalho, as demais organizações (família, religião, governo) se tornaram mistas, diferente da caserna que ficou sob dominação masculina. Verifica-se que os ingressos femininos sistemáticos se iniciaram, por pressão da sociedade civil. (BOURDIEN, 1999, p.9; BRASIL. CRFB, 1988, art.3º, inc.IV, art.5º, inc.I; WEBER, 1982, p.466).

Resistindo à integração de gênero, a cultura militar iniciou a abertura de acesso às suas atividades finalística, mas, criou cotas restritivas, um limite máximo de vagas para mulheres, a cada concurso, com base em suposta falta de resistência física. Mesma dificuldade sobre direitos decorrentes das variações de gêneros que, relegadas ao silêncio jurídico clamam por reconhecimento institucional, nota-se. (GIANNINI, et. al., 2017, p.25; RIBEIRO, 2018, p.5).

Assim, objetiva-se aferir os níveis de participação por gênero nas políticas e estratégias organizacionais; nos cargos de comando e nas funções operacionais e, principalmente, na construção de espaços democráticos de discurso, essenciais a um Estado de Direito. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, onde a fenomenologia, o método indutivo e a escala de Likert permitiram identificar como o impacto do fator gênero nas relações de trabalho e poder é percebido na instituição alvo. Usou-se questionários mistos, descritivos e de preferências. (BERMUDES,

2 | EMBASAMENTO TEÓRICO

Não há no Direito nacional, ante os setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos do Homem, argumentos pró-discriminação por sexo e gênero. Embora vedada pela constituição, a realidade dos fatos sociais é outra, porque nenhuma letra de lei define o agir dos indivíduos. Podem respeitá-las ou transgredí-las, sob risco de responsabilização. A conduta não é criminalizada, fato que não a legaliza. (BRASIL, 1988. CRFB, art.3º, inc.IV, art.5º, *caput*, inc.I).

A alteração da divisão sexista dos papéis sociais, por questão de dignidade e liberdade foi iniciada pelos movimentos feministas e seguida pelos de diversidade de gêneros. Espaço social, mercados de trabalho e liberdade para se relacionar e formar famílias são algumas das reivindicações. (BOURDIEU, 1999, p.9; BUTLER, 2003, p.58 e 70; BIROLI, 2018, p.115-117).

Verifica-se que as diferenças sexuais se refletiram nos institutos sociais e que cada pessoa é um misto de atributos individuais e preceitos recebidos por tradição. Ou seja, nem todo pensamento foi livremente formulado, podendo se tratar de pressupostos tomados da tradição cultural, os quais são, impensadamente, absorvidos como verdadeiros. Dentre essas preconceções, estão as relativas aos gêneros. (BIROLI, 2018, p.118; BOURDIEU, 1999, p.7, 9).

Um segundo ponto está na divisão binária (masculino e feminino) dos papéis sociais e da sexualidade. Judith Butler (2003, p.27-28), analisando teorias feministas, desenvolve com propriedade a inexistência do sujeito mulher, *uno*. Haveria uma dicotomia entre o sexo, fato biológico, e o gênero, essência pessoal culturalmente construída, não vinculantes. Observam-se, assim, infundáveis variações de gêneros possíveis, para além do referido sexismo binário. (KÜCHEMANN, et. al., 2015 *apud* RIBEIRO, 2018, p.3).

Bourdieu (1999, p.9, 43-44) evidencia a dominação masculina como uma “violência simbólica”, porque ela cria significados que serão tomados como verdades culturais legítimas. Perpetuam a supremacia masculina e disfarçam a dominação, inquestionável como um dogma, posto que é impensadamente absorvida. Verifica-se, assim que atos discriminatórios são herdados e retransmitidos até mesmo pelos sujeitos segregados. (WEBER, 1982, p.466).

Por fim, relembra-se que as culturas decorrem do agir dos indivíduos, uns sobre os outros, sendo, cada ser, um resultado de todas essas interações, excedendo singularidades pessoais. Os membros modificam-se, uns aos outros, eternamente, de modo que uma mudança de cultura organizacional depende da inclusão de novas subjetividades distintas da objetiva dominante. Logo, é preciso

conviver na diversidade para ressignificar o coletivo. (SIMMEL, 2006, p.21).

De onde se concluir que a Cultura Militar se replica e se renova, pela relação entre cultura objetiva e subjetiva de seus membros. Como é típico da cultura ganhar vida própria e resistir às mudanças devido a inquestionável tradição, verificou-se que a militar segue tentando legitimar a repressão dos gêneros não masculinos, mesmo em tempos de isonomia. (BRASIL, 1988. CRFB, art.5º, *caput*, inc.I; FOUCAULT, 1988, p.100; SIMMEL, 2006, p.3; 21).

2.1 A cultura militar sob o enfoque do gênero

O ambiente militar misto, no Brasil, decorreu de pressão externa para a presença das mulheres e não por interesse do militarismo. As iniciais vagas complementares mais serviram à prestação de contas ante o inegável cenário de dominação masculina nas profissões militares. Desenvolveu-se a ideia de que eram necessárias para serviços assistenciais a grupos especiais: crianças, idosos e outras mulheres, formulando-se, assim, qual seria o papel da mulher. Sensíveis e maternais, eram excelentes para organizar cerimônias, comunicação social e representação. Seguindo esta filosofia criaram-se os corpos e pelotões femininos nas Polícias Militares. (RIBEIRO, 2018, p.2).

Embora as mulheres sejam aprovadas em concursos que incluem teste de aptidão física (TAF), composto por exercícios, padrões e número de repetições definidos pelas próprias instituições militares, esta ideologia insiste em negar que elas possuem a força física necessária para o cargo. Incoerentemente, as Organizações negam tais critérios de aferição objetiva com base no senso comum, não racional, de as mulheres não terem resistência física. (SENASP, 2013, p.62-63).

Essa cultura militar se posiciona tecnicamente sobre pressuposições que generalizam toda mulher num estereótipo de “sexo frágil”, para fundamentar cotas limitativas, cargos e funções operacionais, e, por consequência, às respectivas gratificações. Ignoram as participações femininas nos esportes, inclusive em lutas corporais e nos de força, as halterofilistas. A mulher, hoje, pratica exercícios, tem alimentação e acompanhamento médico para ganho de massa, força e condicionamento. Basta exigí-los nos índices dos TAF(s) de ingresso ou trabalhar, após, pelo seu desenvolvimento. Como tais restrições só se admitem por exigências do cargo e gênero não é atributo de cargo algum, é notório que há arbitrariedades. (BRASIL, 1988. CRFB, art.37, inc.II; FOUCAULT, 1979, p.230-231; FOUCAULT, 1988, p.98; 131-132; RIBEIRO, 2018, p.5; SENASP, 2013, p.33-35; 62-63).

De ordem biológica, menstruação, tensão pré-menstrual (TPM) e maior necessidade de higiene que os homens, são lembradas. Como se isso levasse à ausência no trabalho ou se a falta de higiene, longos períodos de privação alimentar e pressão emocional também não afetassem os homens. Afinal, estresse ocupacional

não é privilégio de mulher. (DIAS, 2014, p.162; FOUCAULT, 1988, p.98; GIANNINI, et. al., 2018, p.25; SENASP, 2013, p.38).

A gravidez também é listada e apontada por causar grandes prejuízos. Mas, verifica-se a tendência de queda da taxa de fecundidade de 1,77 filhos por mulher para 1,66 como prova de que as brasileiras controlam a natalidade; que aumentar a família eleva gastos e que o planejamento familiar é uma realidade no país, principalmente entre mulheres escolarizadas e aprovadas em concursos públicos militares. (DIAS, 2014, p.162; FOUCAULT, 1988, p.98-99; IBGE, 2018).

Percebe-se a exaltação ao masculino em normativos que reprimem estereótipos femininos com excessiva regulação da intimidade, extrapolando a impessoalidade e a finalidade pública dos atos administrativos, por tradições arcaicas, não legitimadas. Cor de tintura de cabelo, maquiagem, esmalte, corte de cabelo ao entrar, dentre outras masculinizações à mulher, semelhantes a uma vingança por invasão territorial. (FOUCAULT, 1979, p.145-148; 230-231; 252-253; FOUCAULT, 1988, p.110-117; 131-132; GIANNINI, et. al., 2018, p.38)

Tais rótulos de significância, reafirmam a “violência simbólica masculina”, desvaloriza os demais gêneros e legitima condutas discriminatórias, roubando das organizações militares boas oportunidades presenciar superação física, ícones de estratégia, liderança, destreza, profissionalismo e humanidade. (BORDIEU, 1999, p.9; FOUCAULT, 1979, p.230-231; 252-253; 268-269).

Quanto aos argumentos de que a vida militar é incompatível com a famosa dupla, ou triplas jornadas de familiar da mulher, motivo pela qual esta não poderia embarcar por longos períodos ou ser transferida para unidades distantes, carece fugir do romantismo. Questões familiares acometem pessoas de qualquer gênero. Quanto à alegada dificuldade da Marinha para o embarque feminino, apenas se comunica que as mulheres na Marinha Mercante, desde 1998, estão embarcadas e comandam navios desde 2016. São barreiras reais baseadas em pressuposições generalizadas à todas as mulheres. (BIROLI, 2018, p.65-67; 115-119; FOUCAULT, 1979, p. 269; SENASP, 2013, p.37; 47-48; TRANSPETRO, 2016).

A configuração da família mudou, são recompostas, homoafetivas, monoparentais, afetivas, independente de sexo ou de laços sanguíneos. Destacam-se, ainda, a guarda compartilhada, pais solteiros, mães processadas por abandono de menor, pais participativos, divisão mais igualitária das tarefas domésticas ou inversão dos tradicionais papéis sociais binários, mulheres que adiaram ou abriram mão da maternidade e as creches infantis. Ao ganhar o mercado de trabalho, a mulher estruturou seu afastamento do lar, não cabendo ao ente definir o destino e o plano familiar de seus servidores. É decisão pessoal e não generalizável. (BRASIL, 1988. CRFB, art.266; BIROLI, 2018, p. 65-69; 114-116; SENASP, 2013, p.47-48).

Por fim, a Caserna sufoca gêneros desviantes dos padrões heterossexuais,

tratando-os como indisciplina ou doença limitadora da capacidade laborativa para a caserna, ensejando processos de reforma compulsória, ante diagnósticos de “transexualismo”, independente de cirurgia de redesignação sexual. Tudo por não haver mulheres no quadro do servidor. Impedimento que não existiria se as carreiras finalísticas já estivessem abertas às mulheres, a exemplo da Polícia Militar do Rio de Janeiro que conta com transgêneros em seu efetivo, com aval da justiça, conforme esta pesquisa de campo levantou. (FOUCAULT, 1988, p.105-119; 131-132; RODAS, 2018; SENASP, 2013, p.48).

Destaca-se a recente exigência editalícia de masculinidade a candidatos de ambos os sexos, como requisito psicológico para o concurso de oficial da Polícia Militar do Paraná, corrigida após repercussão midiática negativa. E finaliza-se reconhecendo que, em resistência passiva às sócio-culturas relativas a essa diversidade sexual, as quais sequer são institucionalmente discutidas, impõe-se o silêncio jurídico e a invisibilidade social. (BORDIEU, 1999, p.7; BUTLER, 2003, p.104; FOUCAULT, 1979, p.253; 268-269; RODAS, 2018; Rio de Janeiro, 1986. Decreto nº 8.898, art.6º; PMPR, 2018).

3 | METODOLOGIA

Para testar a hipótese de ser o ambiente militar próprio a repressão de manifestações e participação de gêneros não masculinos, selecionou-se a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para estudo de caso. Uma população representativa de um ambiente militar misto em gênero, a 36 anos. Por óbvio, as demais variações de gênero também estão e sempre estiveram presentes, na intimidade privada do servidor, na amostra. (TRIVIÑOS, 1987, p.111).

Foram entrevistadas 206 praças e 145 oficiais, através de 351 questionários estruturados, com uso da escala de Likert e de duas questões semiestruturadas para coleta qualitativa de experiências e opiniões. A interpretação segue a fenomenologia, com foco nas contradições entre teoria, leis, oficial e real. E a análise crítica positivista tratou de desconstruir fundamentos repressores de gêneros minoritários, abrindo a questão a novos argumentos. Uma pesquisa qualitativa, sobre uma amostra intencional, explicativa de fatos sócio-jurídicos. (CUNHA, *apud* BERMUDEZ, 2016, p.16; TRIVIÑOS, 1987, p.35, 36, 43, 46, 109 - 111).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições militares brasileiras iniciaram timidamente a abertura de seus portões às mulheres. Mormente, optaram por definir um espaço específico para a atuação do novo gênero, engajando-as nos quadros complementares ou em funções específicas, ficando a atividade finalística reservada aos homens.

Nessas condições, a primeira a receber mulheres foi a Marinha, em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva. Após trinta e quatro anos, ingressaram na Escola Naval, no corpo de intendência da Armada, mantendo-as na atividade-meio de logística. A Aeronáutica criou, em 1982, seu Corpo Feminino de Reserva e, em 1996, permitiu acesso aos quadros de oficiais intendentes e de Engenharia Aeroespacial. Nesse meio tempo, em 1992, o Exército as recebeu em sua Escola de Administração; em 1997, ingressaram no Instituto Militar de Engenharia; em 2001, no Curso de Formação de Sargentos da Saúde e, em 2017 nos quadros de Intendência e Material Bélico. (GIANNINI, et. al., 2017, p.13-15).

Na atividade-fim, a primeira a aceitar mulheres foi a Aeronáutica, admitindo aviadoras em 2003, não sendo admitidas na Infantaria até hoje. Somente em 2017, a Marinha abriu seus quadros finalísticos a elas, além de abrir-lhes sua escola preparatória de cadetes, assim como fez a Aeronáutica. (GIANNINI, et. al., 2017, p.13-15).

| Força | Efetivo Total | Efetivo Feminino | Percentual de mulheres (%) |
|-------------|---------------|------------------|----------------------------|
| Aeronáutica | 67946 | 10192 | 15% |
| Marinha | 58069 | 7549 | 13% |
| Exército | 202750 | 8110 | 4% |
| Total | 328765 | 25851 | 7,7876% |

Tabela 1. Efetivos femininos nas Forças Armadas – 2016

Fonte: GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.17.

Nas Forças Policiais e Corpos de Bombeiro Militares este quadro de décimos percentuais permanece. De início, foram criados quadros femininos para elas, de modo que eram aplicadas em atividades específicas, não finalísticas. Com o tempo, os Estados foram eliminando a separação de quadros, alcançando funções operacionais. (RIBEIRO, 2018, p.2).

| Instituições Estaduais | Polícias Militares | | | Corpos de Bombeiros Militares | | |
|---------------------------|--------------------|-------|---------------|-------------------------------|-----|---------------|
| | Feminino | (%) | Efetivo Total | Feminino | (%) | Efetivo Total |
| AC | 216 | 8,31 | 2.599 | 12 | 4 | 319 |
| AL | 720 | 9,87 | 7.294 | 175 | 14 | 1.272 |
| AM | 1.068 | 11,62 | 9.190 | 27 | 5 | 529 |
| AP | 629 | 16,72 | 3.762 | 258 | 25 | 1.037 |
| BA | 4.322 | 13,74 | 31.447 | 426 | 19 | 2.242 |
| CE | 424 | 2,99 | 14.181 | 20 | 1 | 1.537 |
| DF | 905 | 6,68 | 13.546 | 464 | 8 | 5.908 |
| ES | 979 | 12,58 | 7.781 | 129 | 11 | 1.214 |
| GO | 901 | 7,50 | 12.012 | 226 | 8 | 2.684 |
| MA | 598 | 8,16 | 7.329 | 48 | 4 | 1.150 |
| MG | 3.664 | 8,39 | 43.649 | 446 | 8 | 5.355 |
| MS | 426 | 8,02 | 5.315 | 84 | 7 | 1.291 |
| MT | 596 | 8,74 | 6.823 | 48 | 5 | 963 |
| PA | 1.796 | 12,58 | 14.271 | 113 | 4 | 3.050 |
| PB | 699 | 7,33 | 9.536 | 104 | 9 | 1.216 |
| PE | 1.849 | 9,71 | 19.048 | 199 | 7 | 2.872 |
| PI | 371 | 6,36 | 5.831 | 22 | 6 | 362 |
| PR | 1.362 | 8,58 | 15.875 | 79 | 2 | 3.324 |
| RJ | 3.709 | 8,46 | 43.848 | 4 | 1 | 669 |
| RO | 334 | 8,64 | 3.866 | 61 | 9 | 644 |
| RR | 210 | 14,87 | 1.412 | 50 | 18 | 279 |
| RS | 2.824 | 11,73 | 24.072 | 85 | 3 | 2.889 |
| SC | 901 | 8,26 | 10.910 | 92 | 4 | 2.490 |
| SE | 310 | 6,39 | 4.854 | 73 | 12 | 632 |
| SP | 8.922 | 10,05 | 88.772 | 291 | 3 | 8.925 |
| TO | 481 | 12,00 | 4.010 | 51 | 12 | 433 |
| Total | 39.216 | 9,54 | 411.233 | 3.587 | 7 | 53.286 |

Tabela 2. Efetivo feminino nas organizações militares estaduais do Brasil - 2012

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP, 2012.

Este sofrimento numérico é aumentado pelas cotas máximas para mulheres nos concursos. Nas forças armadas, a legislação mantém o teto em até 10% das vagas, variando por Estado nas forças auxiliares. Prática que representa a formalização da desigualdade de gênero e é muito judicializada. No entanto, entre fundamentos genéricos de falta de força física, o senso comum, a especificidade militar e a não limitação da isonomia, tem prevalecido que somente caberão mediante justificativa e previsão em lei. (BRASIL, 1988. CRFB, art.3º, inc.IV, art.5º,

inc.III, art.37, inc.II, art.179, inc.XIV; Brasil, 2017, p.450-463).

4.1 Uma visão através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (estudo de caso)

Trata-se de uma instituição ideal para análise pois conta com 36 anos de ambiente misto, admitindo-se o emprego da mulher na atividade fim desde o primeiro ingresso. É mais propenso a discursos igualitários do que outras recém-abertas às mulheres, ou que as limitam às atividades-meio. De um efetivo total de 4.482 policiais femininas, 54,54% estão lotadas em unidades operacionais: batalhões, unidades de polícia pacificadora (UPP) e em policiamentos especiais como o de Contenção de Distúrbios Cívicos, de Polícia Montada (Cavalaria) e o Aeromóvel, inclusive contando com pilotos femininos. (PMERJ, 2017).

De 128 cargos de alto comando, somente 13 estão sob gestão de Coronéis e Tenentes-coronéis femininas, dentre elas, apenas 5 são operacionais, revelando desigualdade no acesso e divisão sexual do trabalho. Nessa linha, 27,9% reportou ter tomado conhecimento de pelo menos uma mulher ou homossexual que tenham sido preteridos a homens para assunção de função de comando, missão ou posto, unicamente, devido ao gênero. Dos 74 registros destacam-se negativas de funções de Comando e Subcomando de Unidade, Comando de Companhia Operacional, comando de tropa em operação policial, chefia de guarnição, motorista, viagens para curso, promoções por merecimento e uma vaga negada posto que o homossexualismo evidente fora considerado como um inconveniente para atendimento ao público. São relatos de casos em que a competência, o conhecimento e as habilidades não prevaleceram.

Mas perguntado se a mulher não deveria desempenhar comando operacional, 62,1% discordaram totalmente, verificando-se uma tendência de percepção nesse sentido, em 92,3%. Hoje são cerca de 1003 oficiais e 3479 praças. Nas UPP(s), 757 mulheres atuam diretamente na polícia ostensiva de proximidade, ao contrário da visão machista, essas aqui “sobem o morro” e trabalham em áreas sob constante ameaça de crime. Provando que força e resistência ligam-se a condicionamento físico e emocional, não ao gênero. (PMERJ, 2017).

Apenas 15,5% está em unidades administrativas (584 policiais), trabalham na atividade-meio e acumulam serviço operacional extra. Ser lotada em uma unidade operacional não impede de ser designada para serviços administrativos. Das 107 entrevistadas, apenas 22 exerciam prioritariamente atividade operacional. Sobre isto, 27,9% dos entrevistados admitiu haver direcionamento de mulheres a postos operacionais “mais tranquilos” e 9,1% admitiu que esta seleção informal se dá pela cultura masculina de proteção do gênero feminino. Fato que se alinha aos 25,1% que reportaram o costume de as mulheres serem escaladas em dupla com um masculino. Felizmente, a maioria, 42,5% relatou que as mulheres são regularmente

escaladas, conforme a antiguidade, sem protecionismos. Denotando tratamento militar profissional.

De uma lista com as principais funções realizadas num batalhão operacional, foi pedida a marcação daquelas em que as mulheres são, comumente, encontradas. Mais uma vez as administrativas (de 1 a 8) se sobressaltaram às operacionais (de 9 a 14).

| Legenda | FUNÇÃO | QDE |
|---------|---|-----|
| 1 | Comandante de Patamo | 15 |
| 2 | Chefe de posto (DPO, PPC, PPRv, PPMA e etc) | 66 |
| 3 | Chefe da P/2 (Inteligência) | 87 |
| 4 | Comandante de Rádio Patrulha | 91 |
| 5 | Chefe da Reserva de Material Bélico | 95 |
| 6 | Comandante da Guarda do Quartel | 103 |
| 7 | Chefe da P/3 (Planejamento de Operações) | 134 |
| 8 | Comandante de Companhia Destacada | 135 |
| 9 | Chefe da P/4 (Logística) | 181 |
| 10 | Chefe da P/1 (Seção de Pessoal) | 206 |
| 11 | Chefe do Aproveitamento (Cozinha e Despensa) | 209 |
| 12 | Chefe da Ssjd (Correcional) | 227 |
| 13 | Chefe da sala de operações (Central de rádio) | 250 |
| 14 | Chefe da P/5 (Relações Públicas) | 275 |

Tabela 3 – Percepção da divisão sexual do trabalho na PMERJ

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Por fim, sobre a construção de um ambiente organizacional democrático, aberto à discussão inclusiva dos gêneros não masculinos, as 13 perguntas formuladas permitem concluir que somente a previsão legal de igualdade deveria bastar, mas não resolve o problema, conforme 69% dos entrevistados; que é preciso incentivar a igualdade, tanto no ambiente de trabalho, conforme 70,9% da amostra, quanto no atendimento às ocorrências policiais, segundo 53,3%; bem como incentivar a capacitação no atendimento especializado a vítimas de violência doméstica, 49,8%.

Sobre atendimento às necessidades específicas das mulheres e de homossexuais (identidade sexual intergênera e transgênera), 71,8% acreditam que a instituição precisa se preocupar e incentivar que elas apresentem demandas para análise, nesse sentido, com destaque para coletes balísticos femininos, banheiros e creches. 82,6% asseveram a mesma opinião quanto aos homossexuais. A pesquisa destacou, principalmente, a necessidade de procedimentos administrativos ligados

à formação de família homoafetiva e direitos decorrentes como núpcias, luto, dependência previdenciária, maternidade e adoção. (SENASP, 2013, p.38; 64-72).

Para tanto, 73,5% não reconhecem políticas de pessoal que aumentem a disponibilidade da mulher para o trabalho: saúde, jornada de trabalho e outras estruturas, aproveitando a percepção de haver boa representatividade da mulher nas decisões estratégicas da Corporação, conforme 68,9%. 85,3% não visualiza desenvolvimento de políticas de pessoal para homossexuais e 84,9% não percebem representação dessas necessidades nas decisões institucionais. Considerando os comentários registrados, nenhum tratamento preferencial é solicitado pelos gêneros não masculinos, apenas que fossem reconhecidos pelo mérito profissional e antiguidade, além de respeito enquanto pessoas, o que pode ser compreendido como um pleito de basta à invisibilidade sociojurídica.

5 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica notória a fragilidade dos argumentos sexistas apregoados pela cultura militar brasileira. O senso comum e generalizações a partir de rótulos não devem limitar o labor da mulher ou negar a capacidade produtiva de homossexuais para a Corporação Militar. Essa reserva de mercado aos homens heterossexuais aumenta desigualdades e inflige desnecessário sofrimento à autoestima dos gêneros reprimidos, em prejuízo do alcance dos resultados institucionais e do interesse público.

Os dados levantados na pesquisa de campo, refletem uma realidade vivida em termos nacionais. Quando revisados os cenários de outras instituições de Segurança Pública, a falta de atenção com estruturas sanitárias, alojamentos, equipamentos de proteção adaptados e políticas de pessoal em prol de integração e isonomia entre gêneros, tornam-se políticas de limitação de acesso às funções, cargos, lotações e promoções (teto de vidro), convenientemente mantidas. (SENASP, 2013, p.37-38; 50-51; 59-63; 65-70).

Urge a criação de espaços institucionais para discutir a discriminação e os gêneros, nos quais as diferenças possam ser dialogadas com racionalidade e não por filosofias impostas. Afinal, superar a diversidade é o desafio do militar. Ninguém fica para trás! (HABERMAS, 1997, p.246-247).

REFERÊNCIAS

BERMUDES, Wanderson Lyrio. et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, Campos de os Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v18n216-01>> Acesso em: 05 Nov. 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 25 Jul. 2020.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Apelação Cível nº: 0165062-02.2014.8.19.0001. Apelante: Mariana Bittencourt Manoel. Apelado: Estado do Rio de Janeiro. Relator: Des. Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto. Rio de Janeiro, RJ, 19 de setembro de 2017, **Diário de Justiça**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2017, p.450/463. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004D121580B838CC5850BCF0FD9883613EBC50703311803&USER=>>> Acesso em 20 Out. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 160-171. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22543>> Acesso em: 27 Out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. (Org.) Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. **Situações extraordinárias**: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. Artigo estratégico 27. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Ago. 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/release-papel-feminino-nas-forcas-armadas-nao-e-consenso-mostra-pesquisa-inedita/>> Acesso em 01 Nov. 2018.

HABERMAS, J. **Direto e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol. II, 1929. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da População 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047, 25 de jul. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/d59695440bbc3acfe1e1a56b9c14d8.xls> Acesso em: 27 Out. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital nº1 – CADETE PMPR-2019**. Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Concurso?concurso=CFO2019>> Acesso em: 15 Ago. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Força feminina na polícia militar**: corporação conta com 4.482 mulheres. 08 Mar. 2017. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov>.

br/2017/03/forca-feminina-na-policia-militar-corporacao-conta-com-4-482-mulheres/ Acesso em: 04 Ago.2018.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.26, n.1, e43413, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>> Acesso em: 27 Out. 2018.

RODAS, Sérgio. **TRF-2 mantém decisão que proíbe reforma de militar transexual da Marinha**, 12 Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/trf-mantem-decisao-proibe-reforma-militar-transexual>> Acesso em: 25 Out. 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012)**. FIGUEIREDO, I. S. de (Coord.), BAPTISTA, G. C. (Coord.). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. Disponível em:< https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/pesquisa-perfil-2013_ano-base_2012.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional. VASCONCELOS, T. S. (Cord.). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf> Acesso em: 30 Out. 2020.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: Individuo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TRANSPETRO. **Primeira mulher comandante da Marinha Mercante do Brasil recebe prêmio internacional**, 2 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.portalmaritimo.com/2018/03/08/nelsiane-mulher-a-bordo/>> Acesso em: 9 Nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

CAPÍTULO 6

CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Karen Natali Backes dos Santos

Escuela de Posgrado de la Universidad
Nacional del Este
Ciudad del Este, Paraguay
<https://orcid.org/0000-0001-6714-1367>

María Victoria Zavala Saucedo

Escuela de Posgrado de la Universidad
Nacional del Este
Ciudad del Este, Paraguay
<https://orcid.org/0000-0002-1721-1563>

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es “explorar las percepciones de imagen de género que tienen las funcionarias de una Universidad de Paraguay; con base en experiencias vividas en el contexto familiar y escolar”. La población de estudio estuvo constituida por 181 funcionarias de rango medio, a través de la técnica de muestreo probabilística por conglomerados se definió una muestra integrada por 128 funcionarias. La recolección de datos se realizó mediante una encuesta por medio de un cuestionario con escala de medición tipo Likert. Los resultados dan cuenta de que las participantes de la investigación tuvieron un contexto familiar caracterizado por actividades, normas e imagen estereotipadas que son reafirmadas en el escolar a través de designación de tareas, participación en la organización escolar y el uso del espacio. Se concluye que los factores vinculados a una

imagen estereotipada de género son el modelo familiar, las prácticas escolares, mecanismos de socialización como libros, juegos, actividades escolares, vestimentas, colores y juguetes; de tal manera que los roles e imágenes de género tipificados en el contexto familiar, son reforzados en el contexto escolar construyendo así una imagen con orientación estereotipada de género. **PALABRAS CLAVE:** Imagen de género, estereotipo de género, contexto familiar, contexto escolar, educación superior.

ABSTRACT: The objective of this work is “to explore the perceptions of the gender image that the civil servants of a University of Paraguay have; based on experiences lived in the family and school context”. The study population consisted of 181 mid-range civil servants. Through the probabilistic sampling technique by conglomerates, a sample composed of 128 civil servants was defined. Data collection was carried out through a survey using a Likert-type measurement scale questionnaire. The results show that the research participants had a family context characterized by activities, norms and stereotyped images that are reaffirmed in the school through assignment of tasks, participation in the school organization and the use of space. It is concluded that the factors linked to a stereotyped image of gender are the family model, school practices, socialization mechanisms such as books, games, school activities, clothing, colors and toys; in such a way that the gender roles and images typified in the family context are strengthen in the school context, thus building an image with a stereotyped gender orientation.

KEYWORDS: Gender image, gender stereotype, family context, school context, higher education.

1 | INTRODUCCIÓN

El género es una categoría analítica con fundamentos culturales que incluye: prohibiciones en la vida de varones y mujeres basadas en prejuicios, valores, ideas, mandatos sociales e interpretaciones. A partir de esta categoría se considera que los varones y mujeres no son iguales, pues cada uno tiene su un rol en la vida (COLÁS BRAVO; VILLACIERVOS MORENO, 2007). Esta diferencia se describe en lo expresado por Fisas (1998, pág. 35):

Según el tipo ideal históricamente gestado, la mujer, toda mujer auténtica, está adornada de unas características que la distinguen del varón: es dulce y tierna, cotilla y astuta, preocupada por lo concreto, incapaz de interesarse por cuestiones universales, sentimental, intuitiva, irreflexiva y visceral. El varón, todo varón auténtico, por su parte, posee también unas cualidades de las que carecen las mujeres: es eminentemente racional, activo y emprendedor, dominador de las grandes palabras (libertad, justicia), competitivo y agresivo.

La imagen de género es la percepción que se tiene de sí mismo y de las relaciones de género, estableciendo constructos mentales y patrones de comportamiento que definen cómo cada persona se concibe en el mundo y cómo se orienta en él. Es decir, son las representaciones acerca del comportamiento, decisiones, prioridades, expectativas, aspiraciones, con origen cultural transmitidas por la sociedad a través del proceso de tipificación de género (COLÁS BRAVO; VILLACIERVOS MORENO, 2007; LAGARDE, 1996; LAMAS, 1986; ZAPATA DÍAZ, 2012; GALLEGOS PEREIRA; GUZMÁN GARRIDO; SAAVEDRA CUBILLOS; SILVA HIDALGO; 2012).

En la construcción de la imagen de género existen varios elementos que intervienen: los roles, la identidad, la socialización (contexto familiar y escolar) y los estereotipos.

Los roles de género son los comportamientos, intereses, actitudes y rasgos de personalidad que una cultura considera apropiados para varones o mujeres; todas las sociedades tienen roles de género (PAPALIA; WENDKOS OLDS; DUSKIN FELDMAN, 2009). Una característica particular es que los roles están directamente relacionados con la distribución de tareas entre varones y mujeres (HIDALGO ARIZA, 2017).

La identidad de género es la conciencia sobre la propia feminidad o masculinidad, fundamental para el desarrollo del autoconcepto en las personas (PAPALIA, WENDKOS OLDS, & DUSKIN FELDMAN, 2009); esta identidad se define

antes de nacer, al momento de la confirmación del sexo durante el embarazo y comprende aspectos biológicos y psicológicos (HERRERA SAINT, 2000).

El proceso de socialización mediante el cual los niños aprenden los roles específicos y las imágenes para cada género, es conocido como tipificación de género (PAPALIA, WENDKOS OLDS, DUSKIN FELDMAN, 2009). En este proceso se interiorizan de manera inconsciente a través de la cultura las conductas y roles que persisten en la sociedad (ÁLVAREZ, 2016, apud HIDALGO ARIZA, 2017), y que se imponen a través de un control social ejercido, es así que, cuando el comportamiento no responde a las expectativas según el sexo, estos son criticados, desaprobados o rechazados (HIDALGO ARIZA, 2017). A nivel interno, cuando el comportamiento no responde a la imagen socialmente aprobada se genera un conflicto de rol.

Los estereotipos de género constituyen las generalizaciones preconcebidas y comunes basados en las representaciones culturales sobre rol, imagen e identidad masculina o femenina; son transmitidos a través de diversos mecanismos socioculturales (COLÁS; VILLACIERVOS; 2007). Aparecen a cierto nivel en los niños desde los dos o tres años, aumentan durante los años preescolares y alcanzan un máximo a los cinco años (CAMPBELL, SHIRLEY, CANDY, 2004; RUBLE; MARTIN, 1998; PAPALIA, WENDKOS OLDS, DUSKIN FELDMAN, 2009).

Lagarde (1996) señala que los estereotipos de género no tienen un carácter aleatorio y se aprenden desde la infancia. Los estereotipos constituyen la base de la construcción de la identidad de género y sirven de herramientas socioculturales para definir normas sociales (COLÁS BRAVO; VILLACIERVOS MORENO, 2007).

En función de los estereotipos de género internalizados por los sujetos, estos son definidos como varones y mujeres, también se establecen referentes culturales que son reconocidos y asumidos por las personas, configurando modos de interpretación actuación y pensamiento sobre la realidad (COLÁS BRAVO; VILLACIERVOS MORENO, 2007).

Existen aportaciones empíricas que demuestran de qué manera estos estereotipos internalizados “afectan al autoconcepto del sujeto, los procesos cognitivos, las aptitudes intelectuales y el desempeño en la ejecución de tareas” (COLÁS BRAVO; VILLACIERVOS MORENO, 2007, p.38), por lo cual resulta relevante movilizarlos o superarlos para lograr un desarrollo auténtico de las mujeres y los varones.

Se puede decir, que la sociedad se basa en el sexo para generar la expectativa de comportamiento y la valoración de una determinada conducta como adecuada o inadecuada según lo realice el varón o la mujer; así por ejemplo se espera que las niñas jueguen a las muñecas, pero sería inusual que lo hiciera un niño.

Estos estereotipos de género limitan la libertad para la conformación de la

identidad de las mujeres y varones y promueve las desigualdades sociales; no son innatos, sino que son aprendidos en el proceso de socialización en el que intervienen diferentes agentes: la familia, la escuela, los pares y los medios de comunicación (HIDALGO ARIZA, 2017).

Es así como el contexto familiar es el primer espacio en el que se transmiten normas y valores, se construye la identidad de género y la tipificación sexual; se refuerzan las diferencias asignando tareas distintas a niños y niñas (HERRERA SAINT, 2000).

Como segundo factor el contexto escolar, constituye un espacio con gran poder socializador de las diferencias de género entre varones y mujeres, en el que se reafirman estereotipos aumentando las desigualdades a favor del género masculino además de contribuir muy eficazmente a la conformación de la identidad de género mediante las interacciones entre pares y otros mecanismos muy efectivos como por ejemplo los libros de texto (PEÑA CALVO & RODRÍGUEZ MENÉNDEZ, 2005).

Según el mismo autor, el contexto escolar es un factor determinante para la configuración e identificación con el rol de género, que se acentúa a través del proceso de observación, imitación, aprendizaje social y refuerzo.

De esta manera, la familia y la escuela refuerzan conductas y actitudes consideradas socialmente apropiadas para cada género y se convierten en los principales agentes en la construcción de la imagen de género.

Esta imagen de género construida en ambos contextos impacta en los comportamientos y toma de decisiones de las personas en las organizaciones (GALLEGOS PEREIRA; GUZMÁN GARRIDO; SAAVEDRA CUBILLOS; SILVA HIDALGO, 2012), por lo cual indagar las percepciones de imagen de género de las funcionarias de una Universidad de Paraguay es relevante para identificar las características del proceso de socialización experimentado y de qué manera está presente esa imagen en las prácticas laborales.

Por lo expuesto, a fin de explorar las percepciones de imagen de género que tienen las mujeres participantes de esta investigación, se planteó como interrogante principal: ¿Cuáles son las percepciones de imagen de género que tienen las funcionarias de una Universidad de Paraguay, con base en experiencias vividas en el contexto familiar y escolar? De la cual se desprenden las siguientes interrogantes específicas:

- ¿Cuál es la orientación de imagen de género en el contexto familiar, según las experiencias vividas por funcionarias de una Universidad de Paraguay?
- ¿Cuál es la orientación de imagen de género en el contexto escolar, según las percepciones de funcionarias de una Universidad de Paraguay?

- ¿Cuáles son los factores vinculados con la orientación de imagen de género en el contexto escolar y familiar desde la percepción de las mujeres participantes?

Y como objetivo general de la investigación, explorar las percepciones de imagen de género que tienen las funcionarias de una Universidad de Paraguay; con base en experiencias vividas en el contexto familiar y escolar.

Los objetivos específicos fueron:

- Identificar la orientación en cuanto a imagen de género en el contexto familiar, según las experiencias vividas por funcionarias de una Universidad de Paraguay.
- Identificar la orientación en cuanto a imagen de género en el contexto escolar, según las percepciones de las funcionarias de una Universidad de Paraguay.
- Determinar los factores vinculados con la orientación de imagen de género en el contexto escolar y familiar, desde la percepción de las mujeres participantes.

2 | MÉTODOS

La investigación es de diseño no experimental, transversal, alcance descriptivo y con enfoque cuantitativo.

La técnica de muestreo utilizada fue la probabilística por conglomerados. Para el cálculo de la muestra se utilizó la siguiente fórmula en la cual la “Z” representa el nivel de confianza, el cual para este estudio es del 96%; la “N” representa el tamaño total de la población (181 funcionarias en cargos intermedios); la “e” representa la precisión del error (5%), la “p” representa la variabilidad positiva (0,5) y la “q” representa la variabilidad negativa (0,5 para este estudio); el resultado arrojó una muestra de 128 funcionarias.

La recolección de datos se realizó con la técnica de la encuesta aplicada mediante un cuestionario con escala de Likert, diseñado con base en las variables e indicadores del estudio; fue validado por una prueba piloto y análisis de expertos; el diseño final del instrumento para medición del contexto escolar contó con 17 ítems y para la medición del contexto familiar con 25 ítems.

Los resultados obtenidos a través del cuestionario aplicado fueron codificados, tabulados y analizados en el PSPP (Licencia PSPP GNU GENERAL PUBLIC LICENSE. Version 3, 29 June 2007: Copyright (C) 2007 Free Software Foundation, Inc. <http://fsf.org/> Everyone is permitted to copy and distribute verbatim copies of this license document, but changing it is not allowed) con base en técnicas cuantitativas y se utilizaron estadísticas descriptivas, con el apoyo de recursos

tecnológicos abiertos para su representación a través de tablas.

Para el análisis de los resultados se establecieron ponderaciones con base en afirmaciones deseables, en el caso de esta investigación la respuesta deseable es aquella que está orientada a una afirmación no estereotipada, por lo tanto, la ponderación otorgada fue como se ejemplifica a continuación:

| Afirmaciones | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca |
|-----------------------------|---------|--------------|----------|---------|-------|
| Afirmación estereotipada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Afirmación no estereotipada | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |

TABLA 1. PONDERACIÓN PARA ANÁLISIS DE RESULTADOS.

De este modo, cuanto más cerca del cinco esté la media indica que la orientación es no estereotipada y cuanto más cerca del uno esté la media, indica que la orientación es estereotipada.

Para esta investigación se consideró como valor hacia la afirmación no estereotipada del tres al cinco; y para la afirmación estereotipada del uno al dos punto nueve (2.9).

3 | RESULTADOS Y DISCUSIÓN

3.1 Contexto familiar

| Nº | Indicadores | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca | Total | Media | Orientación |
|----|---|---------|--------------|----------|---------|-------|-------|-------|------------------|
| | | 1,00 | 2,00 | 3,00 | 4,00 | 5,00 | | | |
| 1 | Las niñas de mi familia ayudaban a sus madres en la limpieza de la casa | 88,00 | 24,00 | 13,00 | 1,00 | 2,00 | 128 | 1,48 | Estereotipada |
| | % | 68,75 | 18,75 | 10,16 | 0,78 | 1,56 | 100 | | |
| 2 | En mi familia, las niñas ganaban de regalo vestidos, juguetes de cocina o muñecas | 64,00 | 32,00 | 20,00 | 10,00 | 2,00 | 128 | 1,86 | Estereotipada |
| | % | 50,00 | 25,00 | 15,63 | 7,81 | 1,56 | 100 | | |
| 3 | Mi papá era quien nos castigaba | 19,00 | 20,00 | 16,00 | 34,00 | 39,00 | 128 | 3,42 | No estereotipada |
| | % | 14,84 | 15,63 | 12,50 | 26,56 | 30,47 | 100 | | |

| | | | | | | | | | |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|------|------|------------------|
| 4 | En mi familia las mujeres tenían horario impuesto para llegar a casa | 63,00 | 29,00 | 26,00 | 8,00 | 2,00 | 128 | 1,88 | Estereotipada |
| | % | 49,22 | 22,66 | 20,31 | 6,25 | 1,56 | 100 | | |
| 5 | Mi papá era el responsable por el ingreso familiar | 48,00 | 24,00 | 26,00 | 15,00 | 15,00 | 128 | 2,41 | Estereotipada |
| | % | 37,50 | 18,75 | 20,31 | 11,72 | 11,72 | 100 | | |
| 6 | Mi hermano (primos o amigos) podía jugar afuera hasta tarde | 17,00 | 32,00 | 39,00 | 25,00 | 15,00 | 128 | 2,91 | Estereotipada |
| | % | 13,28 | 25,00 | 30,47 | 19,53 | 11,72 | 100 | | |
| 7 | En mi casa se escuchaba "los varones no lloran" | 21,00 | 17,00 | 26,00 | 33,00 | 31,00 | 128 | 3,28 | No estereotipada |
| | % | 16,41 | 13,28 | 20,31 | 25,78 | 24,22 | 100 | | |
| | Parcial | 0,16 | 0,27 | 0,61 | 1,03 | 1,21 | 3,28 | | |
| 8 | Mi hermano (primos o amigos) recibía de regalo camiones, o armas o pelotas cuando era niño | 52,00 | 28,00 | 29,00 | 12,00 | 7,00 | 128 | 2,17 | Estereotipada |
| | % | 40,63 | 21,88 | 22,66 | 9,38 | 5,47 | 100 | | |
| Media General | | | | | | | | | 2,43 |
| Mediana | | | | | | | | | 2,29 |

TABLA 2. CONTEXTO FAMILIAR - ROL E IMAGEN DE GÉNERO.

Fuente: elaboración propia, según datos del cuestionario aplicado en el 2017.

| N° | Indicadores | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca | Total | Media | Orientación |
|----|--|---------|--------------|----------|---------|-------|-------|-------|------------------|
| | | 5,00 | 4,00 | 3,00 | 2,00 | 1,00 | | | |
| 1 | En mi familia los varones podían tener cabello largo, si quisieran | 4,00 | 2,00 | 7,00 | 17,00 | 98,00 | 128 | 1,41 | Estereotipada |
| | % | 3,13 | 1,56 | 5,47 | 13,28 | 76,56 | 100 | | |
| 2 | En mi casa todos (tanto hombre como mujeres) éramos responsables por los quehaceres domésticos | 40,00 | 23,00 | 31,00 | 17,00 | 17,00 | 128 | 3,41 | No estereotipada |
| | % | 31,25 | 17,97 | 24,22 | 13,28 | 13,28 | 100 | | |
| 3 | En mi familia se les reprendía a los varones cuando tenían novias | 2,00 | 5,00 | 10,00 | 19,00 | 92,00 | 128 | 1,48 | Estereotipada |
| | % | 1,56 | 3,91 | 7,81 | 14,84 | 71,88 | 100 | | |

| N° | Indicadores | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca | Total | Media | Orientación |
|----------------------|---|---------|--------------|----------|---------|-------|-------|-------|------------------|
| | | 5,00 | 4,00 | 3,00 | 2,00 | 1,00 | | | |
| 4 | Los varones de mi entorno (hermanos, primos o amigos) podían usar vestimenta de color rosado si quisieran | 14,00 | 11,00 | 22,00 | 21,00 | 60,00 | 128 | 2,20 | Estereotipada |
| | % | 10,94 | 8,59 | 17,19 | 16,41 | 46,88 | 100 | | |
| 5 | Mi mamá trabajaba fuera de la casa | 30,00 | 10,00 | 19,00 | 10,00 | 59,00 | 128 | 2,55 | Estereotipada |
| | % | 23,44 | 7,81 | 14,84 | 7,81 | 46,09 | 100 | | |
| 6 | Las niñas de mi familia podían jugar a la pelota con los varones | 36,00 | 31,00 | 23,00 | 21,00 | 17,00 | 128 | 3,38 | No estereotipada |
| | % | 28,13 | 24,22 | 17,97 | 16,41 | 13,28 | 100 | | |
| 7 | Mi hermano (primos o amigos) podía estudiar ballet si quisiera | 9,00 | 4,00 | 19,00 | 24,00 | 72,00 | 128 | 1,86 | Estereotipada |
| | % | 7,03 | 3,13 | 14,84 | 18,75 | 56,25 | 100 | | |
| 8 | En mi casa tanto varones como mujeres debíamos saber cocinar | 42,00 | 24,00 | 27,00 | 19,00 | 16,00 | 128 | 3,45 | No estereotipada |
| | % | 32,81 | 18,75 | 21,09 | 14,84 | 12,50 | 100 | | |
| 9 | Mi papá asistía a las reuniones en el colegio | 21,00 | 13,00 | 24,00 | 27,00 | 43,00 | 128 | 2,55 | Estereotipada |
| | % | 16,41 | 10,16 | 18,75 | 21,09 | 33,59 | 100 | | |
| 10 | Mi papá nos ayudaba a hacer las tareas de la escuela | 18,00 | 15,00 | 25,00 | 29,00 | 41,00 | 128 | 2,53 | Estereotipada |
| | % | 14,06 | 11,72 | 19,53 | 22,66 | 32,03 | 100 | | |
| 11 | En mi familia, las niñas podían estudiar karate o taekwondo si quisieran | 21,00 | 21,00 | 26,00 | 29,00 | 31,00 | 128 | 2,78 | Estereotipada |
| | % | 16,41 | 16,41 | 20,31 | 22,66 | 24,22 | 100 | | |
| 12 | Mi papá ayudaba a mi mamá con los quehaceres de la casa | 12,00 | 25,00 | 29,00 | 30,00 | 32,00 | 128 | 2,65 | Estereotipada |
| | % | 9,38 | 19,53 | 22,66 | 23,44 | 25,00 | 100 | | |
| Media General | | | | | | | | | 2,52 |
| Mediana | | | | | | | | | 2,55 |

TABLA 3. CONTEXTO FAMILIAR - FRECUENCIA DE ROL E IMAGEN DE GÉNERO.

Fuente: elaboración propia, según datos del cuestionario aplicado en el 2017.

| <i>Afirmaciones</i> | <i>Estereotipada</i> | <i>No estereotipada</i> | <i>General</i> | <i>Orientación</i> |
|---------------------|----------------------|-------------------------|----------------|--------------------|
| <i>Media</i> | 2,43 | 2,52 | 2,47 | Estereotipada |
| <i>Mediana</i> | 2,29 | 2,55 | 2,42 | |

TABLA 4. CONTEXTO FAMILIAR - ORIENTACIÓN FINAL

Según los datos resulta una media (2,47) y mediana general (2,42) en el contexto familiar. Se observa que las participantes de la investigación tuvieron un contexto familiar con orientación estereotipada de género; en este sentido y con base en los resultados, se destacan: la utilización de juguetes como instrumento de tipificación del rol de género, las niñas ganaban juguetes que simulaban la práctica del rol doméstico (media 1,86) y los niños juguetes vinculados al ámbito público (media 2,17). Esta tipificación del rol doméstico de la mujer se refuerza con las respuestas de las encuestadas ante la afirmación “las niñas de mi familia ayudaban a sus madres en la limpieza de la casa” (media 1,48).

Entre las afirmaciones estereotipadas se destaca también el enunciado de que las niñas tenían horario impuesto para estar en la casa (media 1,88) ya que el rol de la mujer siempre ha sido el cuidado doméstico lo que está estrechamente vinculado con el horario de permanencia en el hogar.

En los resultados resalta que el proceso de construcción de la identidad de género es más estricto para el niño, ya que, según la perspectiva de las encuestadas, se visualiza como los varones estaban limitados a cumplir ciertos patrones, imagen o roles que son vinculados al género masculino; los varones no podían tener cabello largo (1,41), no eran reprendidos cuando tenían novias (1,48), no podían estudiar ballet si quisieran (1,86) y no podían usar vestimentas de color rosado (2,20). Esto tiene fundamento en la teoría que afirma la importancia del desarrollo de una imagen varonil para el niño, que va desde la selección del color al momento de nacer hasta la selección de juguetes, peinados y ropas, así también, se vincula a con el enfoque evolutivo del desarrollo que define el comportamiento de género con base biológica (teoría de la selección sexual) (PAPALIA; WENDKOS OLDS; DUSKIN FELDMAN, 2009).

3.2 Contexto Escolar

| Nº | Indicadores | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca | Total | Media | Orientación |
|----------------------|---|---------|--------------|----------|---------|-------|--------|-------|------------------|
| | | 1,00 | 2,00 | 3,00 | 4,00 | 5,00 | | | |
| 1 | Los niños eran mejores en matemáticas | 6,00 | 30,00 | 39,00 | 47,00 | 6,00 | 128 | 3,13 | No estereotipada |
| | % | 4,69 | 23,44 | 30,47 | 36,72 | 4,69 | 100 | | |
| 2 | En mi escuela, las niñas realizaban mejor las presentaciones orales | 28,00 | 45,00 | 39,00 | 15,00 | 1,00 | 128 | 2,34 | Estereotipada |
| | % | 21,88 | 35,16 | 30,47 | 11,72 | 0,78 | 100 | | |
| 3 | Los niños eran responsables por proveer las bebidas | 32,00 | 32,00 | 33,00 | 16,00 | 13,00 | 126,00 | 2,54 | Estereotipada |
| | % | 25,40 | 25,00 | 25,78 | 12,50 | 10,16 | 98,83 | | |
| 4 | Las niñas eran más responsables con las tareas escolares | 44,00 | 48,00 | 27,00 | 8,00 | 1,00 | 128 | 2,02 | Estereotipada |
| | % | 34,38 | 37,50 | 21,09 | 6,25 | 0,78 | 100 | | |
| 5 | Las niñas eran responsables por proveer las comidas para los festejos | 55,00 | 42,00 | 20,00 | 8,00 | 3,00 | 128 | 1,92 | Estereotipada |
| | % | 42,97 | 32,81 | 15,63 | 6,25 | 2,34 | 100 | | |
| 6 | En mi escuela, había más niñas abanderadas que niños | 30,00 | 43,00 | 35,00 | 19,00 | 1,00 | 128 | 2,36 | Estereotipada |
| | % | 23,44 | 33,59 | 27,34 | 14,84 | 0,78 | 100 | | |
| 7 | Las niñas preparaban los carteles para las exposiciones orales | 48,00 | 46,00 | 25,00 | 8,00 | 1,00 | 128 | 1,97 | Estereotipada |
| | % | 37,50 | 35,94 | 19,53 | 6,25 | 0,78 | 100 | | |
| Media General | | | | | | | | | 2,33 |
| Mediana | | | | | | | | | 2,34 |

TABLA 5. CONTEXTO ESCOLAR - FRECUENCIA DE ROL E IMAGEN DE GÉNERO.

Fuente: elaboración propia, según datos del cuestionario aplicado en el 2017.

| Nº | Indicadores | Siempre | Casi siempre | A menudo | A veces | Nunca | Total | Media | Orientación |
|----------------------|---|---------|--------------|----------|---------|-------|-------|-------------|------------------|
| | | 5,00 | 4,00 | 3,00 | 2,00 | 1,00 | | | |
| 1 | Las niñas eran las presidentes de la comisión de clases | 13,00 | 46,00 | 35,00 | 31,00 | 3,00 | 128 | 3,27 | No estereotipada |
| | % | 10,16 | 35,94 | 27,34 | 24,22 | 2,34 | 100 | | |
| 2 | En la clase de taller (artes plásticas) los niños realizaban bordados | 16,00 | 22,00 | 18,00 | 35,00 | 37,00 | 128 | 2,57 | Estereotipada |
| | % | 12,50 | 17,19 | 14,06 | 27,34 | 28,91 | 100 | | |
| 3 | Los niños organizaban los festejos del día de la amistad y juventud | 5,00 | 8,00 | 18,00 | 56,00 | 41,00 | 128 | 2,06 | Estereotipada |
| | % | 3,91 | 6,25 | 14,06 | 43,75 | 32,03 | 100 | | |
| 4 | En las clases de taller (artes plásticas) las niñas realizaban trabajos artesanales con yeso o madera | 32,00 | 41,00 | 23,00 | 25,00 | 7,00 | 128 | 3,52 | No estereotipada |
| | % | 25,00 | 32,03 | 17,97 | 19,53 | 5,47 | 100 | | |
| 5 | Los niños ayudaban a mantener el orden y la limpieza de la clase | 11,00 | 16,00 | 37,00 | 46,00 | 18,00 | 128 | 2,66 | Estereotipada |
| | % | 8,59 | 12,50 | 28,91 | 35,94 | 14,06 | 100 | | |
| 6 | Los niños eran los secretarios de la comisión de clases | 6,00 | 10,00 | 44,00 | 49,00 | 19,00 | 128 | 2,49 | Estereotipada |
| | % | 4,69 | 7,81 | 34,38 | 38,28 | 14,84 | 100 | | |
| 7 | Los niños elaboraban los trabajos prácticos grupales | 8,00 | 10,00 | 52,00 | 47,00 | 11,00 | 128 | 2,66 | Estereotipada |
| | % | 6,25 | 7,81 | 40,63 | 36,72 | 8,59 | 100 | | |
| 8 | En mi escuela, las niñas jugaban fútbol en el receso | 5,00 | 10,00 | 38,00 | 36,00 | 39,00 | 128 | 2,27 | Estereotipada |
| | % | 3,91 | 7,81 | 29,69 | 28,13 | 30,47 | 100 | | |
| 9 | Los niños cumplían a cabalidad con las tareas escolares | 2,00 | 20,00 | 46,00 | 51,00 | 9,00 | 128 | 2,65 | Estereotipada |
| | % | 1,56 | 15,63 | 35,94 | 39,84 | 7,03 | 100 | | |
| 10 | La mayoría de las niñas eran desorganizadas en sus actividades escolares | 3,00 | 10,00 | 20,00 | 53,00 | 42,00 | 128 | 2,05 | Estereotipada |
| | % | 2,34 | 7,81 | 15,63 | 41,41 | 32,81 | 100 | | |
| Media General | | | | | | | | 2,62 | |
| Mediana | | | | | | | | 2,61 | |

TABLA 6. CONTEXTO ESCOLAR - FRECUENCIA DE ROL E IMAGEN DE GÉNERO.

Fuente: elaboración propia, según datos del cuestionario aplicado en el 2017.

| Afirmaciones | Estereotipada | No estereotipada | General | Orientación |
|---------------------|----------------------|-------------------------|----------------|--------------------|
| <i>Media</i> | 2,33 | 2,62 | 2,47 | Estereotipada |
| <i>Mediana</i> | 2,34 | 2,61 | 2,48 | |

TABLA 7. CONTEXTO ESCOLAR – RESULTADO FINAL

En base a la tabla de resultado final, se determina una media (2,47) y mediana general (2,48), por las cuales se identifica una orientación estereotipada de género, de tal manera que los roles e imagen de géneros tipificados en el contexto familiar, son reafirmados en el contexto escolar.

Los roles e imagen de géneros identificados por las participantes de la investigación están orientados a un contexto estereotipado en los que resaltan la organización, el servicio y el cuidado de los demás como actividades propias de las mujeres; debido a que entre las medias más altas se identifican que las niñas eran las responsables por la provisión de comidas para los festejos (media 1,92) en comparación a los niños, quienes no eran asociados a la organización de festejos como el día de la amistad y de la juventud (2,06); las niñas eran consideradas más responsables con las tareas escolares (2,02) y no eran vistas como desorganizadas en sus tareas (2,06).

A la vez, con relación a los roles y actividades propios de cada género, el fútbol no era una actividad que podría ser practicada por las mujeres (2,27) y la gestión de secretaría de la comisión de clases no era una tarea orientada para el varón (2,49).

Se puede inferir a través de estos resultados que el contexto escolar es el espacio donde las niñas reafirman su rol de género, es decir, las características y actividades atribuidas a las mujeres vinculadas al esfuerzo intelectual y/o creativo por las habilidades para relacionarse y servir a los demás que dan continuidad a las tareas aprendidas y observadas en el contexto familiar. En este último son educadas desde pequeñas para “servir” o “atender” a los otros miembros de la familia; de tal manera que todas las actividades del contexto escolar, designadas a las niñas o mujeres buscan reproducir estos esquemas de cuidados tal como lo señalan Peña Calvo y Rodríguez Menéndez (2005).

Lo más importante a destacar con estos hallazgos es que, existe un factor sociocultural que trasciende los límites del espacio y del tiempo, ya que independientemente de dónde (colegio, ciudad, barrio) hayan estudiado las participantes (ya que no existe la posibilidad de que hayan estudiado todas en el mismo colegio) o de la edad que hayan tenido cuando estaban en la escuela (ya que las participantes de la investigación están integradas por mujeres de 18 a mayores de 54 años) queda claro que las mismas convivieron en un contexto social

estereotipado de género, el cual estuvo regido por un mecanismo más completo y difícil de detectar.

Se destaca que el contexto escolar como medio socializador interviene en la configuración de las relaciones de género y en la construcción de la identidad masculina y femenina en un proceso complejo de interacción entre niñas y niños que asumen las características prototípicas de lo que se considera ser varón o mujer (PEÑA CALVO & RODRÍGUEZ MENÉNDEZ, 2005).

Por lo tanto, la escuela se convierte en un factor elemental en la vida de una persona, donde por un tema cultural se refuerzan los modelos observados en los que los niños hacen cosas propias de niños y no pueden hacer lo que hacen las niñas, así también, los esquemas tradicionales presentados en los libros de textos (ZAPATA DÍAZ, 2012).

4 | CONCLUSIONES

Los resultados permiten concluir que las mujeres participantes convivieron en un ambiente familiar y escolar con orientación estereotipada de género, en los cuales los roles estaban diferenciados por sexo, basados en la imagen tradicional del varón y de la mujer.

Así las mujeres cuando niñas simulaban en sus juegos la práctica del rol doméstico que observaban en los modelos familiares y posteriormente ejecutaban en el apoyo a los quehaceres de la casa, de los cuales era responsable la madre, mientras que los niños seguían el modelo del padre proveedor cuyas actividades no estaban vinculadas al rol del cuidado doméstico ni al de la educación de los hijos.

De esta manera queda clara la diferenciación entre el ámbito público atribuido al varón y el privado a la mujer, aprendida por las participantes a través del primer ámbito socializador de género, la familia.

El contexto escolar del que participaron las mujeres investigadas constituyó un espacio de reafirmación del rol e imagen de género; las características y actividades atribuidas a las mujeres vinculadas con el cumplimiento y dedicación a las tareas escolares y con las habilidades para relacionarse y servir a los demás, dan continuidad a los modelos observados y aprendidos en el contexto familiar, donde desde pequeñas fueron educadas para “servir” o “atender” a los otros miembros de la familia, de tal manera que todas las actividades del contexto escolar, designadas a las mujeres cuando niñas reproducían estos esquemas tradicionales, en los que el cuidado es la nota resaltante.

Respecto de los factores vinculados con la orientación estereotipada de imagen de género en ambos contextos, se puede concluir que los modelos observados ejercen una poderosa influencia en la configuración de la imagen que

tienen las funcionarias estudiadas acerca de lo que se considera propio para varón y mujer. Modelos estos que se reflejan en la distribución de tareas domésticas y escolares; en los juegos, juguetes, vestimentas, recreación, normas de conducta y responsabilidades. A los que se suman en el contexto escolar los modelos proyectados por los textos y los espacios ocupados por niños y niñas, así como lo roles asumidos en la organización de las actividades escolares.

Por último, es importante resaltar la necesidad de educar desde la familia y la escuela en la igualdad de oportunidades que implique una ruptura con los modelos tradicionales, limitantes del desarrollo integral de varones y mujeres, tanto en el espacio privado como en el público.

REFERENCIAS

Campbell, A., Shirley, L., & Candy, J. (2004). A longitudinal study of gender-related cognition and behaviour. *Developmental Science*(7), 1-9.

Colás Bravo, P., & Villaciervos Moreno, P. (2007). La intereiorización de los estereotipos de género en jóvenes y adolescentes. *Revista de investigación educativa*, 25(1), 35-58. Recuperado el 29 de Setiembre de 2020, de <https://revistas.um.es/rie/article/view/96421>

Fisas, V. (1998). *El sexo de la violencia. Género y cultura de la violencia*. Barcelona, España: Icaria editorial S.A. Recuperado el 10 de Octubre de 2020, de https://books.google.com.py/books?id=9BkbLa5WJh8C&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=gestado&f=false

Gallegos Pereira, F., Guzmán Garrido, J., Saavedra Cubillos, C., & Silva Hidalgo, A. (2012). *Participación de mujeres en cargos gerenciales: una investigación cualitativa de empresas financieras*. Tesis de grado, Universidad de Chile, Facultad de Economía y Negocios, Santiago de Chile. Recuperado el 28 de Agosto de 2020, de <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/111789/Participaci%C3%B3n%20de%20Mujeres%20en%20Cargos%20Gerenciales.pdf?sequence=1>

Herrera Saint, P. (2000). Rol de género y funcionamiento familiar. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 16(6), 568-573. Recuperado el 11 de agosto de 2017, de <https://go.gl/ex2zdB>

Hidalgo Ariza, M. D. (2017). *Influencia de los roles y estereotipos de género en las percepciones y expectativas académicas y profesionales del alumnado universitario*. Tesis doctoral, Instituto de estudios de posgrado - Universidad de Córdoba, Facultad de Ciencias de la Educación, Córdoba. Recuperado el 29 de Setiembre de 2020, de <https://helvia.uco.es/xmlui/handle/10396/15116>

Lagarde, M. (1996). El género. La perspectiva de género. *Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia.*, 13-38. Recuperado el 24 de enero de 2017, de <http://www.iberopuebla.mx/tmp/cviolencia/genero/consulta/lagarde.pdf>

Lamas, M. (Noviembre de 1986). La antropología feminista y la categoría de género. *Nueva antropología*, VIII(30), 173-198. Recuperado el 07 de febrero de 2017, de <http://www.redalyc.org/pdf/159/15903009.pdf>

Papalia, D., Wendkos Olds, S., & Duskin Feldman, R. (2009). *Psicología del Desarrollo. De la infancia a la adolescencia*. (M. Á. Toledo Castellanos, R. A. del Bosque Alayón, N. Islas López, M. Rocha Martínez, M. T. Zapata Terrazas, Z. García García, . . . G. E. Padilla Sierra, Edits.) México, México: Mc Graw Hil Educación. Recuperado el 03 de Enero de 2018

Peña Calvo, J. V., & Rodríguez Menéndez, M. d. (2005). Identidad de género y contexto escolar: una revisión de modelos. *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 165-196. Recuperado el 01 de Octubre de 2020, de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1958513>

Ruble, D., & Marin, C. (1998). Gender development. In W. Damon & N. Eisenberg. *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development*, 933-1016.

Zapata Díaz, A. (2012). *Influencia de los estereotipos de género en la construcción de la identidad del niño*. Tesis para optar al título de asistente social, Escuela de Trabajo Social, Academia de Humanismo Cristiano. Recuperado el 8 de Diciembre de 2017

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 03/11/2020

Gislene Quaresma Oliva

Universidade Estadual de Montes Claros –
UNIMONTES
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/0786628381635722>

Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros –
UNIMONTES
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2255354305899190>

RESUMO: A Ditadura Militar no Brasil representou um momento de autoritarismo político, de violação dos direitos humanos, bem como à liberdade de expressão. Foi nesse contexto de repressão que surgiu uma série de movimentos sociais no Brasil, em especial o Movimento Feminista, que se caracterizaria como uma consequência das ações na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal, passando a questionar e ao mesmo tempo desestabilizar a ordem vigente na sociedade. Nessa perspectiva, o Movimento Feminista buscou uma rede de protesto e resistência, frente aos acontecimentos vivenciados naquele momento, marcado pelas mortes, cassações, exílio e perseguições. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a mostrar como se deu a evolução do Movimento Feminista a partir da Ditadura, buscando entender por meio

da pesquisa bibliográfica como se deu o processo de resistência e consolidação frente ao período de negação dos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Ditadura Militar, opressão, resistência, liberdade.

EVOLUTION OF THE FEMINIST MOVEMENT IN BRAZIL: AN APPROACH FROM THE MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT: The Military Dictatorship in Brazil represented a moment of political authoritarianism, of violation of human rights, as well as freedom of expression. It was in this context of repression that a series of social movements appeared in Brazil, especially the Feminist Movement, which would be characterized as a consequence of the actions in the liberation of women from the ties of gender oppression and patriarchal oppression, starting to question and at the same time to destabilize the current order in society. In this perspective, the Feminist Movement sought a network of protest and resistance, facing the events experienced at that time, marked by deaths, castigations, exile and persecutions. In this sense, the present article intends to show how the evolution of the Feminist Movement from the Dictatorship has evolved, trying to understand through bibliographical research how the process of resistance and consolidation occurred in the face of the denial period rights.

KEYWORDS: Feminism, Military dictatorship, oppression, resistance, freedom.

1 | INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo analisar como foi a atuação do Movimento Feminista no período da Ditadura Militar durante dos anos de 1964 a 1985, período de perda da Democracia e liberdade de organização e no pós Ditadura.

Partiremos da abordagem do Movimento Feminista Brasileiro, desde as origens do mesmo para compreendê-lo em todas as suas dimensões. Foi no século XIX e início do XX, período conhecido como a Primeira Onda do Feminismo, que aconteceu o sufrágio das mulheres, direitos trabalhistas e educacionais para as mulheres e garotas. Já a Segunda Onda, que aconteceria nas décadas de 1960 e 1980, lidava com a desigualdade das leis, assim como as desigualdades culturais. E por fim, a Terceira Onda, marcada pelo começo da década de 2000, e que buscou um aprofundamento das questões da Segunda Onda, como o papel da mulher perante à sociedade, de modo a identificar a mudança de estereótipos e a linguagem usada para definir as mulheres. Essa terceira onda buscou o reconhecimento das mais diversas identidades femininas, bem como as suas reivindicações e a questão da interseccionalidade.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada consta de pesquisa bibliográfica sobre a evolução e atuação do Movimento Feminista. As principais referências utilizadas foram: Pinto (2010), Singer (1983), Pedro (2016), Bandeira (2009), (2011).

3 | REFERENCIAL TEÓRICO - O SURGIMENTO DO FEMINISMO E SEUS DESAFIOS

Ao analisar a história das mulheres no mundo ocidental percebe-se que as mesmas sempre se posicionaram de modo a não aceitar sua condição, e pagaram caro ao lutar por liberdade, uma vez que o pagamento de muitas foi a própria vida. Até mesmo a Igreja Católica foi extremamente severa contra as mulheres que ousassem desafiar os princípios e dogmas por ela pregados. (PINTO, 2010).

A origem do Movimento Feminista se deu nos Estados Unidos da América na década de 1960, e depois se expandiu para diversos outros países, tendo como idéia inicial a libertação das mulheres. Entretanto, há registro de que a palavra “feminismo” tenha sido usada inicialmente na França e nos Países Baixos no século XIX em uma conjuntura diferente, que era a sociedade liberal européia emergente.

Com essa primeira onda do feminismo, a qual se deu nas últimas décadas do século XIX, em que as mulheres passaram a se articular para lutar por seus direitos, merecendo destaque o direito ao voto. Pinto (2010) faz referência às sufragetes, que

ficaram conhecidas por promoverem, em Londres, enormes manifestações, greves de fome. Inclusive, nos lembra a morte de Emily Davison, em 1913, que se atirou à frente do cavalo do Rei - e somente em 1918 o direito ao voto fora conquistado na Inglaterra.

Nesse sentido, a Inglaterra se torna o núcleo irradiador do feminismo emancipacionista, e a luta focava-se na obtenção de igualdade jurídica como, por exemplo, direito ao voto, de instrução, de exercer uma profissão ou mesmo poder trabalhar. O chamado feminismo emancipacionista está ligado às contradições que estavam presentes na sociedade liberal daquele momento, onde o que vigorava eram as diferenças entre homem e mulher. (CANCIAN, 2008).

No caso brasileiro, a primeira onda do feminismo se deu através da luta pelo voto.

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro. (PINTO, 2010. p. 16).

No início do século XX e nesse contexto da primeira onda do feminismo, a indústria brasileira desenvolvia ainda meio que timidamente, mas já contava com a participação das mulheres nas fábricas. Enquanto na classe média e alta, o papel das mulheres estava voltado à função de mãe e esposa. As classes mais inferiores experienciaram houve uma expansão do setor serviços, que abarcaria muitas mulheres e, em especial, as que tivessem um bom nível de formação.

Dessa forma, segundo Singer (1983), com a entrada da primeira mulher no serviço público no ano de 1917, novos espaços foram ocupados pelas mulheres como tais como: as carreiras universitárias, as atividades na imprensa, trabalhos artísticos, dentre outros.

Nesse contexto, temos uma nova configuração da força produtiva, do ponto de vista da ocupação de determinados espaços, tanto na esfera pública quanto privada. É bom salientar que não é objetivo aqui, discutir a ocupação dos postos de trabalho pelas mulheres, mas sim, fazer apenas uma referência a cerca do processo histórico da primeira onda do feminismo no Brasil, e dos elementos que a caracterizaram.

A partir de 1930 esse feminismo da primeira onda perderá forças tanto nos Estados Unidos e Europa quanto no Brasil, com o movimento voltando à tona a partir de 1960. Durante esse período entre a primeira e a segunda onda do feminismo,

observa-se que dois livros, publicados vão chamar a atenção: o primeiro trata-se de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, que foi publicado em 1949 na França, e seria de extrema relevância na segunda onda do feminismo com a máxima “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O segundo livro, “Macho e Fêmea”, de Margaret Mead (antropóloga norte-americana), também publicado no ano de 1949, nos Estados Unidos, onde a autora faz um relato sobre a vida íntima dos povos da Polinésia e expõe conceitos tradicionais referentes ao masculino e o feminino. Assim, essas obras contribuem para jogar luz sobre o assunto nesse intervalo entre as primeiras ondas do feminismo, e também colocavam a palavra opressão como sendo uma pauta central dos debates da época.

No que se refere à segunda onda do feminismo, que ocorre a partir de 1960, ressalta-se a relevância de determinados fatos que ilustram o período, como por exemplo, a Guerra do Vietnã, que mobilizou muitos soldados - a maioria, jovens -, e isso contribuiu para que a população norte-americana fosse às ruas para pedir o fim do conflito. Merece destaque, também, o Movimento Hippie, que apresentava uma nova maneira de viver, indo contra os valores morais e os padrões de consumo da época. (PINTO, 2010).

Ainda nesse período ocorrem as manifestações de 1968 e, especialmente na França, ocorre uma efervescência cultural que levaria diversos países do mundo a inúmeras transformações de ordem social, cultural e política.

Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeira nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de ‘bíblia’ do novo feminismo: A mística feminina. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. (PINTO, 2010. p. 16)

Nessa conjuntura, o movimento feminista assume uma nova configuração, pautada na afirmação da valorização da própria vida e do corpo. Nesse momento, várias temáticas compõem a pauta dos debates, como a questão do aborto, a liberdade sexual, o modelo patriarcal de família em que, após o casamento a mulher perderia os direitos civis, dentre outras. São temas relevantes que contribuíram para o movimento feminista mundo afora, e que, de certo modo, tem se transformado em um desafio constante no processo de luta no que diz respeito aos interesses femininos e, até mesmo, numa transformação da sociedade.

Esses movimentos feministas de Segunda Onda, que aumentavam no exterior, influenciaram o do Brasil, que entre outras pautas, tinham algumas particularidades por conta do cenário político, uma vez que a Ditadura Militar oferecia

sérios obstáculos à liberdade. Pedro (2018) afirma que:

Devido à ditadura militar, várias mulheres que se opunham às diretrizes do regime tiveram que sair do país; foram banidas ou fugiram para não serem presas, torturadas, assassinadas. No exílio participaram de grupos de consciência feministas. São conhecidos pelos menos cinco grupos que contavam com a presença de brasileiras exiladas. (PEDRO: 2018, p. 249-250).

Assim, muitas mulheres que foram exiladas, quando retornaram, tiveram muita importância para o Movimento Feminista brasileiro. Embora, seja relevante pontuar que o feminismo não foi uma coisa trazida pelas mulheres que tinham sido exiladas, pois muitas mulheres que participaram dos movimentos feministas em alguns países sul-americanos, nem sequer tinham saído de seus países e já participavam de grupos de reflexão sobre a situação feminina.

O contexto mundial contribuiu para o surgimento de diversos movimentos feministas. Estimuladas também pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo diversas reuniões que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira e Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira respectivamente, que eram espaços de debates e reflexões sobre as condições em que as mesmas se encontravam.

Em outros países do chamado Cone Sul, que também vivia sob regimes autoritários e repressivos, o movimento feminista foi, aos poucos fazendo seu papel, e inúmeras discussões a cerca da condição feminina eram feitas de modo a promover uma conscientização cada vez maior das mulheres. Assim, é importante pontuar que essa articulação do movimento é que contribuiu para uma melhor organização em relação às ações que seriam efetivadas a partir daquele momento.

Um bom exemplo é a formação inicial da UFA – Unión Feminista Argentina - em 1970, pois suas criadoras não foram exiladas e acabaram tendo contato com as ideias européias e estadunidenses por meio de viagens e da circulação de textos feministas. Outra parte das mulheres que se identificaram com o feminismo, as marxistas, iniciou suas discussões a partir dos textos de Engels, dentro de seus próprios países. Além disso, muitas das que passaram a reivindicar contra a opressão de gênero (termo ainda não utilizado) naquele momento já haviam lido obras feministas em sua juventude, como *O segundo sexo*, de Beauvoir. (HENTZ, 2011. p. 150)

Inspiradas em Simone de Beauvoir, Betty Friedan e outros nomes, muitas mulheres no Brasil atuaram na luta contra a Ditadura Militar, e também em outras questões relevantes, que eram pontuadas pelo Movimento Feminista e pelo movimento de mulheres, merecendo destaque a existência de uma opressão característica, que tinha raízes profundas e atingia a todas as mulheres, independentes de classe social, sistema econômico ou político.

No caso brasileiro, um ponto a se observar, segundo Singer e Brant (1983), é que o feminismo, enquanto movimento de reivindicação de direitos e necessidades da mulher, se desenvolve a partir das mulheres tidas como “emancipadas” da classe média. E aqui temos uma outra situação, porque os anseios da classe média não são os mesmos das mulheres mais pobres. No entanto, quando se trata de resistência à opressão imposta pela Ditadura Militar, percebe-se a necessidade de buscar uma luta mais homogênea, que é em prol das liberdades democráticas e dos direitos das mulheres em geral.

É nesse contexto da segunda onda e das lutas feministas, que outras lutas surgiram, como a resistência a outra modalidade de opressão, ancorada nas desigualdades entre os sexos. Nesse sentido, nota-se que os desafios enfrentados pelo movimento não eram simples, mas diversas redes de resistência iam se formando e, em meio aos tempos sombrios da Ditadura, caracterizados pela ausência das liberdades em todas as suas dimensões, como a liberdade de expressão, imprensa, sindical, partidária, política, torturas, perseguições, assassinatos, violação dos direitos, controle informativo, repressão política, dentre outras, o movimento feminista se manteve firme nas suas convicções e foi nesse cenário que algumas conquistas começaram a ser alcançadas.

A década de 1970 irá registrar essas conquistas, pontuando a inserção das mulheres no meio social e o surgimento dos chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de diversos outros grupos feministas que se espalharam por todo o país.

Para Woitowicz (2011, p. 329), “foi nesse cenário de crise política que as mulheres se organizaram em torno da luta pela democracia, à qual foram incorporando gradativamente e tardiamente, outras reivindicações”. Demandas acerca do custo de vida, creches para ajudar às mães que trabalhavam fora, baixos salários, a violência sexual e doméstica e outras temáticas voltadas ao direito ao corpo, eram os assuntos debatidos e pensados pelos movimentos de mulheres do final da década de 1970 e 1980. Seguindo a linha analítica a autora pondera,

diante da ação sistemática do movimento feminista no atendimento às demandas das mulheres, surgiram no Brasil, ao longo dos anos oitenta, diversos grupos temáticos, como os que tratavam da violência contra a ‘mulher’ e da saúde da ‘mulher’, além do desenvolvimento do feminismo acadêmico e da criação de organizações não governamentais. (WOITOWICZ, 2011. p. 335).

Além da repressão, outros fatores também impactaram a vida das mulheres, como a solidão, o desemprego, a prisão, desaparecimento ou morte dos maridos. Ir à prisão e enfrentar os agentes repressivos em busca de notícias também fez parte da luta das mulheres, já que elas foram as protagonistas da busca pela verdade.

Eram mães, esposas, avós, irmãs, operárias, artistas, estudantes, guerrilheiras, enfermeiras e tantas outras que resistiram à opressão da Ditadura.

Uma questão relevante que merece atenção refere-se à mulher trabalhadora, uma vez que nos Estados Unidos da América, enquanto a reivindicação era salário igual e trabalho igual, no Brasil a luta era por maior liberdade, participação em sindicatos, luta pelos direitos das empregadas domésticas, saúde, segurança no trabalho e contra o assédio sexual dos chefes e colegas de trabalho (PEDRO, 2016).

Durante a década de 1980, inúmeros outros problemas de ordem social, econômica e política roubaram a cena em diversos lugares do mundo, como as crises econômicas, violência, terrorismo, tráfico de drogas entre outros.

É importante ressaltar que as lutas não foram em vão, já que as conquistas começaram a acontecer ainda na Ditadura, no contexto da anistia política, e com o passar do tempo, outras formas de violência são denunciadas pelo movimento, como, por exemplo, a violência sofrida pelas mulheres no próprio lar. E a partir desse momento, é criado pelo Estado em 1985, a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), em São Paulo, cujos impactos foram vistos de maneira positiva pela sociedade.

Porém, no Brasil, mudanças importantes aconteceram em função do feminismo organizado, como as que foram garantidas pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, que teve destaque para o movimento feminino e as feministas, que com o “lobby do batom”, alcançaria mudanças significativas na nova Constituição como, por exemplo, a isonomia, que é a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção.

Em relação aos direitos humanos,

foi estabelecida a proibição da tortura e do tratamento desumano ou degradante e garantida a punição de qualquer ação discriminatória e atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, como entre outras, a prática do racismo, definido como crime inafiançável, sujeito a pena de reclusão. (PEDRO, 2016. p.263)

Enfim, a Constituição de 1988 não conseguiu abarcar as trabalhadoras domésticas no rol das outras categorias de trabalhadores, e esse fato é uma enorme mancha que contradiz a natureza cidadã da Constituição brasileira.

Segundo Castells (1999), nos últimos 25 anos tem-se observado um processo de conscientização de diferente intensidade, de rápida difusão e de caráter irreversível: trata-se de uma insurreição maciça e global das mulheres na luta contra sua opressão. E Esses movimentos causaram e ainda causam um impacto profundo nas instituições da sociedade e, especialmente, no que diz respeito à conscientização das mulheres.

Nos últimos anos do século XX, com o surgimento de algumas políticas

públicas, tais como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – em 1985, promoveria mais tarde, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos e participação em atividades tanto políticas quanto econômicas e culturais (BANDEIRA, 2005).

Durante a década de 1990, outras questões vão se definindo no que diz respeito às conquistas do movimento feminista, pois o final do século XX foi marcado pela onda neoliberal, na qual se presenciou uma redução de políticas públicas de caráter mais redistributivo, e fez com que não só a sociedade, mas em especial os movimentos sociais refletissem as suas práticas. Para Telma Gurgel,

O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada, no processo de redemocratização. E passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONGs, em substituição aos antigos grupos feministas. (GURGEL, 2010. p. 8).

Neste sentido, acentuou-se um processo de lutas e reivindicações, negociações e até mesmo alianças por parte dos movimentos feministas e por organizações não governamentais com vistas a atender as demandas solicitadas por estes movimentos. Dessa forma, ocorreu a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que eram regidos pela Lei 9.099/95, e que não encaravam a violência sofrida pela mulher com o devido rigor com o qual deveria ser tratado. (BANDEIRA, 2009).

Para a autora, as denúncias eram tratadas de modo a ocasionar equívocos, dado ao desconhecimento “de que a violência contra a mulher é estruturante das relações hierarquizadas entre os sexos”. (BANDEIRA, 2009,p.402). Desse modo, nota-se que ocorrerá uma resistência muito grande do movimento feminista no que se refere à aplicabilidade dessa Lei 9.099/95.

Em 1993, realizou-se, em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, na qual foi exposta a necessidade de inserção do direito à vida sem uso da violência e fazendo parte da luta pelos Direitos Humanos. A ONU aprovaria em 1993, no mesmo ano da Conferência de Viena, a “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher”. Esses fatos foram citados aqui porque eles foram de extrema relevância na elaboração da Convenção de Belém do Pará, uma convenção de prevenção, punição e, também, com o intuito de acabar com a violência contra as mulheres. Tal violência foi definida por esta convenção como sendo “[...] qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. (BANDEIRA, 2009. p. 403).

Nessa perspectiva, temos uma vitória enorme do Movimento Feminista, que se deu no campo legislativo, trata-se da Lei 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, de 07 de setembro de 2006, que veio, de certo modo, a responder à Lei 9.099/95

no que se refere à relação da violência contra as mulheres. Essa Lei, aprovada por unanimidade no Congresso, potencializou a criação de políticas nacionais de combate à violência, introduzindo as chamadas medidas protetivas às vítimas. Embora se tenha toda uma legislação de amparo às mulheres, inúmeros casos de feminicídio acontecem no Brasil de norte a sul. Obviamente que não é objetivo deste trabalho discutir a questão do feminicídio, mas apenas citá-lo enquanto um ato de violência cometido contra as mulheres.

Portanto, pensar a evolução do movimento feminista no Brasil a partir da Ditadura Militar até início do século XXI, é pensar em avanços e retrocessos, já que as conquistas desse movimento se efetivaram por meio da organização feminina em movimentos sociais, e também pelos meios legislativo, jurídico e institucional.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Movimento Feminista tenha conquistado inúmeros avanços no que se refere às relações de gênero, há muitos desafios a serem superados, uma vez que temos ainda uma sociedade bastante preconceituosa e, ao mesmo tempo, machista. Ao analisar a evolução do Movimento Feminista nota-se que muitos foram e muitos ainda são esses desafios impostos às mulheres, seja a forma de governo adotada ou até mesmo a própria dinâmica da vida social, bem como a vida privada.

Desde a conquista do voto à ocupação dos espaços públicos, a história tem nos revelado diversos momentos de embates e resistência, tanto no período na Ditadura Militar, como no pós ditadura. Obviamente que o contexto da Ditadura, marcado pelas perseguições, torturas, desaparecimentos, cassações de direitos, morte e a censura fora um prato cheio para se buscar uma rede de articulações, protestos e resistências diante da conjuntura vivida naquele período, e, concomitantemente, um fortalecimento do Movimento Feminista, que com o passar do tempo foi adquirindo um perfil específico face à diversidade de situações e lugares.

Ao fazer a abordagem do Movimento Feminista, percebe-se que ele é responsável por inúmeras lutas, seja no campo político, social, econômico e cultural, até porque o foco de atuação é sempre o respeito aos interesses femininos, e a década de 1970, por exemplo, foi primordial nesse sentido, com os chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de uma diversidade de outros grupos feministas, que se disseminaram por todo o Brasil, e que foram responsáveis no processo de luta não só pelo retorno das liberdades democráticas, mas também pela emancipação das mulheres.

Nesse contexto, não poderia deixar de retomar, aqui, a importância das conquistas no campo legislativo, quando foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em 1985, e a Lei Maria da Penha, de 2006, que de certo

modo respondeu à Lei 9.099/95, no sentido de combate à violência doméstica. Entretanto, com toda uma legislação em vigor, inúmeros casos de agressão e óbitos são notificados diariamente pelo país.

Portanto, o desafio do Movimento Feminista na nossa concepção é definir uma tática de intervenção na realidade, que vá de encontro a cada tipo de opressão vivenciada na sociedade, de modo a alcançar a liberdade plena.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas.** Convênio Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Políticas para a Mulheres – SPM, Brasília, Janeiro, 2005.

_____. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006.** In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CANCIAN, Renato. **Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa.** Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>. Acessado em 18 ago. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GURGELL, Telma. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade.** In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em www.fazendogenero.org.br –data do acesso: janeiro de 2011.

PINSKY, Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2016.

PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** In: Revista Sociol. Pol. Curitiba, v. 18, n 36, p. 15-23, junho 2010

HENTZ, Isabel Cristina. VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

SINGER, Paul. BRANT, Vinícius Caldeia. **São Paulo: O povo em movimento.** 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

WOITOWICZ, Karina Janz. PEDRO, Joana Maria. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

CAPÍTULO 8

PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+

Data de aceite: 27/11/2020

Lara Muniz Araujo

Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio)
ID Lattes: 0713503260400384

Isabella Perrotta

Docente e pesquisadora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio)
ID Lattes: 0405484529521542

Diego Santos Vieira de Jesus

Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio)
<http://lattes.cnpq.br/6322729232079325>

RESUMO: O objetivo do artigo é analisar as percepções dos fãs das cantoras Pablo Vittar e Ludmilla sobre a militância, a relação entre vida privada e pública e a configuração de seus trabalhos em seus papéis artístico e social. Pretende-se também focar no entendimento da forma como a presença dessas cantoras na mídia impacta o público LGBTQI+ que busca por representatividade e pode, inspirado nelas, lutar por sua emancipação em relação aos padrões patriarcais e heteronormativos.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade; População LGBTQI+; Pablo Vittar; Ludmilla.

BEYOND REPRESENTATIVENESS: THE RELEVANCE OF PABLO VITTAR AND LUDMILLA TO THE LGBTQI + POPULATION

ABSTRACT: The aim of the article is to analyze the perceptions of fans of the singers Pablo Vittar and Ludmilla about militancy, the relationship between private and public life and the configuration of their work in their artistic and social roles. It is also intended to focus on understanding how the presence of these singers in the media impacts the LGBTQI + audience that seeks representation and can, inspired by them, fight for its emancipation in relation to patriarchal and heteronormative standards.

KEYWORDS: Representativeness; LGBTQI + population; Pablo Vittar; Ludmilla.

INTRODUÇÃO

A luta por representatividade de tantos grupos sociais vem conquistando espaços midiáticos com abordagens mais inclusivas e conscientes, de forma que pessoas como as integrantes da população LGBTQI+ tenham representantes que sejam exemplos em quem seu público se inspire e se identifique, visando à ampliação de suas autoestima e liberdade para expressar valores e identidades. Para além da representatividade, essa luta aponta para a desestabilização dos valores e padrões machistas, misóginos e heteronormativos de uma sociedade conservadora. Quando nos deparamos com uma figura em destaque, que

foge dos estereótipos tradicionalmente impostos, representamos uma grande parcela da população que existe, mas, antes disso, era e ainda é marginalizada e inferiorizada. Busca-se gerar mais empatia e facilitar o diálogo e o entendimento das necessidades do Outro.

Partindo desse cenário, essa pesquisa tomou como objeto de estudo duas artistas que ganharam muita relevância no cenário da música brasileira e na mídia: Pablio Vittar e Ludmilla. A primeira é um homem gay e drag queen; a segunda é bissexual, preta e periférica. No Brasil, o grande destaque da cultura drag, principalmente sobre a perspectiva do alcance midiático, é Pablio Vittar. De São Luís do Maranhão, Phabullo Rodrigues da Silva tem 25 anos e começou a fazer sucesso embrionário na internet quando postava vídeos caseiros cantando músicas famosas (“covers”). Em 2015, já como drag queen, viralizou após lançar um videoclipe com a releitura chamada “Open Bar”, de uma música internacional que era um hit no momento. Em 2016, foi contratada como vocalista da banda do programa “Amor e Sexo”, na Rede Globo, ganhando relevância e notoriedade para o grande público. Em janeiro de 2017, lançou “Vai passar mal”, seu primeiro álbum, que continha composições que abordam sensualidade e relações amorosas, reconhecíveis pelo grande público, e transitam entre o pop-dance e o tecnobrega. Já bastante reconhecida no meio LGBTQI+, sua popularidade se expandiu de maneira exponencial para o mainstream após o Carnaval desse mesmo ano, quando “Todo dia”, sua colaboração com o rapper Rico Dalasam, foi considerada o hit da festa. A partir daí, os meios de comunicação desempenharam um papel importante ao explorar a sua imagem como um símbolo de diversidade. Vittar estampou capas de revistas famosas – algumas tradicionalmente voltadas ao público feminino – e foi tema de reportagens internacionais, com destaque para a Billboard, revista norte-americana especializada na indústria musical. Ganhou o prêmio de música do ano no programa “Domingão do Faustão”, teve música na trilha sonora da novela “O outro lado do paraíso” da Rede Globo, na qual a cantora também fez uma participação no último capítulo; e, antes, já havia participado de outra novela das nove na emissora. Mais recentemente, apresentou o programa “Prazer, Pablio Vittar”, no canal Multishow. Na cena musical, Vittar tem colecionado parcerias: Anitta, Glória Groove, Aretuza Lovi, Preta Gil, Mateus Carrilho e Alice Caymmi. Dentre elas, cabe também citar os internacionais Diplo e Charlie XCX e Luan Santana, Simone e Simaria e Lucas Lucco – esses três últimos, cantores sertanejos, estilo musical tradicionalmente classificado como heteronormativo. Nas redes sociais, acumula números expressivos de seguidores.

Ludmilla, a primogênita de uma família com três filhos, já acompanhava a família nas rodas de samba. Entretanto, foi no gênero do funk em que combinou dança e música. Aos 16 anos, lançou na internet o single “Fala Mal de Mim”, que tinha

a melodia marcante e um refrão impactante. Ao assinar a autoria da composição, escolheu como nome artístico “MC Beyoncé”. A partir desse momento, Ludmilla começou a ficar conhecida nas redes sociais e estreou sua agenda de shows. Seu primeiro como MC Beyoncé foi em São Paulo, em 2012. Desde então, a carreira de Ludmilla acumula sucessos. Em 2014, ela assinou contrato com a Warner Music e abandonou o nome artístico de MC Beyoncé, cantando vários estilos. Além de cantora e dançarina, ela domina a arte de compor músicas dançantes. A espontaneidade e a objetividade são traços marcantes da cantora. Em 2013, no programa “De Frente com Gabi”, ela respondeu à Marília Gabriela qual seria o seu maior medo na vida: “Cair de moto e me ralar toda”. Essas e outras falas viraram memes de sucesso nas redes sociais e são falados até hoje. Como destaque na carreira, 2019 foi um ano de muitas conquistas memoráveis para a Ludmilla. Em setembro, Rihanna (outra artista internacional de sucesso, da qual Ludmilla é fã) abriu o desfile de sua grife de roupas íntimas, em Nova Iorque, com a música “Malokera”, um hit da brasileira. Ainda nesse ano, a cantora lançou seu primeiro DVD, “Hello Mundo”, ganhou o Show dos Famosos no Faustão, gravou com a rapper americana Cardi B, apresentou-se no Rock in Rio ao lado da Funk Orquestra, foi a primeira artista negra a ganhar o Prêmio Multishow na categoria de melhor cantora e assumiu publicamente o namoro com a bailarina Brunna Gonçalves, com quem se casou.

O desenvolvimento deste trabalho parte do interesse em construir um contexto que compreenda a organização LGBTQI+ enquanto movimento social de resistência e entender qual é a importância de se buscar a emancipação dessa população para além da representatividade. A partir daí, apontando para perspectivas sobre a construção dos processos de representação da diversidade, buscamos analisar as percepções dos fãs sobre Pablo Vittar e Ludmilla acerca da militância, da relação entre vida privada e pública e da configuração de seus trabalhos em seus papéis artístico e social. Pretende-se, finalmente, focar no entendimento da forma como a presença dessas figuras na mídia impacta o público LGBTQI+ que busca por representatividade e pode, inspirado nelas, lutar por sua emancipação em relação aos padrões patriarcais e heteronormativos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de identidades é considerada “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural” (CASTELLS, 2000, p. 22). Se considerarmos, portanto, que qualquer e toda identidade é construída a partir de contextos de relações sociais de poder, Castells (2000) separa em três formas e origens essa construção para explicar, a partir daí, como, por quem, para quem e a partir de quê ela se dá. Seriam essas identidades a) identidade legitimadora:

promovida por instituições dominantes com o objetivo de expandir seu poder de dominação; b) identidade de resistência: criada por indivíduos dominados por e para sobreviver a uma lógica dominante; c) identidade de projeto: construção de uma identidade que não apenas resista, mas busque por uma transformação na estrutura social.

Segundo o autor, cada uma dessas construções funciona como um dispositivo que, no fim, busca alcançar determinados benefícios, e nenhuma delas se encerra em uma essência. Já Bauman (2012) fala sobre a formação das identidades, no período da modernidade, como um campo de eterna negociação social. Segundo ele, isso representa que algumas interfaces da identidade de um indivíduo são frutos da sua própria vontade, ao mesmo tempo em que outras vêm de influências externas. Portanto, o processo dessa formação de identidade segue um caminho muito completo de significação do “eu” e uma busca pela identidade social, por meio da qual a pessoa se sinta integrada e incorporada ao ambiente em que vive (BAUMAN, 2012). Estaríamos, portanto, todos em um longo e contínuo processo de reinvenção – no qual um mesmo indivíduo poderia ser capaz de acionar diversas identidades.

Ao considerar a questão da formação da identidade como um processo de subjetivação, Hall (2000) trabalha com um conceito diferente de identificação, uma vez que essa não seria o reconhecimento de uma origem comum e de características compartilhadas. Nesse caso, a identificação do indivíduo seria algo “em constante processo”. De acordo com o autor, ela nunca é completamente determinada – no sentido de que se pode sempre “ganhá-la” ou “perdê-la” (HALL, 2000). Visto isso, as identidades seriam temporárias, como se fossem pontos de identificação e apego fragmentados e historicamente localizados, que mudam com o passar do tempo. Dessa forma, as formações de unidades de identidade não funcionam, uma vez que são consequências de jogos de poder e, portanto, têm capacidade para excluir, deixar de fora e transformar o diferente em “exterior” ou “abjeto” (HALL, 2000, p.110).

Ainda dentro da composição das identidades, a sexualidade não deve ser entendida e vista como algo dado pela natureza, ou seja, inerente ao ser humano. Ela envolve processos plurais e culturais, como linguagens, representações, fantasias, símbolos e rituais. Além disso, é importante destacar que as inscrições de gênero – feminino ou masculino – é feita no contexto de uma determinada cultura, sendo as identidades gênero e sexuais compostas e definidas por relações sociais moldadas por redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2010). Vale ressaltar que, até a década de 1960, tais identidades ainda eram vistas e tratadas como componentes naturais do ser humano e, por isso, poderiam ser analisadas e explicadas por áreas de conhecimento como Medicina, Psicanálise e Biologia. Com os movimentos libertários que começaram naquela década, a sexualidade passou a ser estudada

como histórica, marcada e modificada por jogos de poder. De forma mais objetiva, ela deixou de ser uma natureza à espera de ser descoberta e conhecida e passou a ser considerada como um dispositivo histórico caracterizado por uma grande rede da superfície, em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências e a construção dos conhecimentos encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988).

Além da legitimação da sexualidade nas dimensões social e política, o controle dos discursos sobre o sexo, segundo Foucault (1988), resultou também na disciplina dos corpos, que foram submetidos a limitações e proibições ao longo do tempo. Isso aconteceu porque múltiplas vivências da homossexualidade foram sintetizadas em uma identidade que passou a constituir uma ameaça à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo – o chamado conservadorismo e valores “tradicionais”. Voltamos, portanto, ao discurso de Louro (2000), que disserta sobre o processo de produção de sexualidades “normais” por meio de dispositivos de poder. A autora sugere que as identidades de gênero e sexual parecem ser a referência mais segura para que o sujeito se represente na sociedade moderna ocidental. Devido a isso, parece mais difícil compreendê-las como fluidas e inconstantes, se comparadas com outras identidades que, socialmente, são mais aceitas como variáveis – como, por exemplo, a relacionada à classe social. O corpo se torna o receptor de “marcas” de identidades e das diferenças, e é por meio de como ele se apresenta e se expressa que aprendemos a classificar os sujeitos – seria a maneira de interpretamos quem a pessoa é. Essas marcas seriam o resultado de um investimento de instituições sociais – tais como família, escola, mídia, igreja e leis – em uma pedagogia da sexualidade que atua “reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” (LOURO, 2000, p.19).

Como consequência disso, o sujeito que caminha entre essas instituições de poder desde criança apreende marcas de referência que o formam dentro de categorias binárias como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual. A consequência mais contundente desses jogos de poder foi o estabelecimento da heterossexualidade compulsória como o padrão de vivência da sexualidade. Ela é compulsória, pois é vista como algo “natural”, como “a única opção”. Na prática, o resultado que obtemos é a heteronormatividade, guiada por um modelo de vida heterossexual, familiar e reprodutivo, ou seja, uma construção cultural imposta moralmente sobre todos e enraizada desde o nosso nascimento. A homossexualidade, assim como qualquer dissidência que se afaste desse modelo, torna-se, portanto, uma atitude política, uma vez que deve lutar contra um sistema de violência simbólica, que nega sua existência pública e legítima.

A representatividade na mídia deve significar dizer que linguística e culturalmente vamos representando os diferentes segmentos da vida social e construindo identidades. Isso reforça o entendimento da representação como uma forma de conhecimento das formas de se construírem significados culturais por meio dos quais o mundo, a vida e os sujeitos são produzidos e orientados a tomar posicionamentos. A representação anda lado a lado aos modos de ser, e esses modos de ser são, portanto, linguística e discursivamente produzidos. A partir daí, a representatividade torna-se elemento fundamental para que, uma vez conscientes de seu papel na sociedade e dos mecanismos que os oprimem, os sujeitos possam caminhar para além dela e buscar a luta pela sua emancipação em relação às formas de dominação impostas a eles pelas hierarquias sociais.

METODOLOGIA

Optamos pela realização de uma pesquisa de caráter exploratório, que pode ser definida como “aquela que tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. Esse tipo de pesquisa envolve (a) levantamento bibliográfico e de outros dados secundários; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p.41).

A fim de buscar maior compreensão sobre a percepção que as pessoas em geral têm dessas duas artistas, elaboramos uma enquete com a pergunta “Quais são as três primeiras palavras que vêm à sua cabeça ao pensar na Pablla Vittar?” e “Quais são as três primeiras palavras que vêm à sua cabeça ao pensar na Ludmilla?”. A intenção aqui foi entender, primeiramente, qual era a orientação sexual da pessoa, sua faixa etária e, depois, sua percepção sobre as duas perguntas. Analisamos as 100 respostas obtidas por meio de um formulário do Google.

A enquete foi realizada via contatos do WhatsApp e grupos LGBTQI+ do Facebook. Pelo WhatsApp, a enquete foi enviada individualmente para pessoas de idade entre 18 e 30 anos, com diversas orientações sexuais. Nos grupos do Facebook, a enquete foi enviada como publicação dos autores e tinha livre acesso para os membros participantes. Estes, em sua totalidade, são integrantes da população LGBTQI+ e residentes da cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, realizamos entrevistas elaboradas a partir de um roteiro semiestruturado para cinco fãs que possuem histórias, gêneros, orientações sexuais, idades e locais de fala diferentes dentro da população LGBTQI+. O propósito foi compreender a percepção que eles têm sobre representatividade e, além disso, como eles se posicionam em relação à representatividade de Pablla Vittar e Ludmilla. Os entrevistados foram considerados como depoentes A, B, C, D e E,

sendo o primeiro entrevistado o depoente A e assim sucessivamente. Especificando suas idades, orientações sexuais e o gênero com qual eles se identificam, temos:

Depoente A) 26 anos, bissexual, do gênero feminino;

Depoente B) 30 anos, bissexual, do gênero masculino;

Depoente C) 24 anos, homossexual, do gênero masculino;

Depoente D) 22 anos, homossexual, do gênero masculino;

Depoente E) 28 anos, homossexual, do gênero feminino.

RESULTADOS E ANÁLISE

Na enquete, a primeira pergunta foi “Com qual gênero você se identifica?”. Como resultado, 63% dos entrevistados se identificam com o gênero feminino, seguido de 32% com o masculino, 3% como pessoa transgênero e 2% preferiu não comentar. A segunda pergunta foi “Qual sua orientação sexual?”, e como resultado obtivemos 33% dos respondentes se identificando como heterossexuais; 31% como homossexuais; 29% como bissexuais; 5% pansexuais; 1% como demissexual e 1% que preferiu não definir. A terceira pergunta foi “Qual sua idade?”, a fim de perceber se os respondentes correspondiam ao perfil dos maiores consumidores/públicos das artistas em questão, o público jovem. Como resposta, obtivemos 49% de jovens entre 22 e 24 anos; seguido por jovens de 18 a 21, representando 18%; também foi significativo o número de jovens de 25 a 27 e 28 a 30 anos demonstrando um total de 13% cada. Por fim, o número de respondentes com 30 anos ou mais foi menos expressivo e representou apenas 7% do público.

Sabendo disso, os respondentes foram confrontados com as duas últimas perguntas referentes à percepção que eles têm sobre Pablo Vittar e Ludmilla. Utilizamos as questões “Quais são as três primeiras palavras que vêm à sua cabeça ao pensar na Pablo Vittar?” e “Quais são as três primeiras palavras que vêm à sua cabeça ao pensar na Ludmilla?”, nas quais os respondentes poderiam escrever por extenso o que viesse à cabeça deles. A intenção aqui era entender quais são as primeiras palavras que as pessoas associam quando pensam nelas, entender o que elas significam e representam dentro do contexto da pesquisa e, por último, relacioná-las ao objetivo deste trabalho, que é entender a representatividade das duas para a população LGBTQI+.

Os resultados obtidos apontam que as 10 palavras que mais apareceram sobre Pablo Vittar foram, em ordem da que mais foi citada para a menos, ‘Drag’ (39x); ‘Representatividade’ (28x); ‘Música’ (23x); ‘Pop’ (16x); ‘Cantor/cantora’ (10x); ‘gay/homossexual’ (8x); ‘LGBT’ (6x); ‘poder/poderosa’ (6x); ‘Diva’ (6x); ‘Arista’ (6x).

A palavra ‘drag’ ter aparecido 39x comprova que a maioria das pessoas que responderam reconhece a categoria em que a artista se enquadra, isto é, veem-

na como uma cantora drag, não como travesti ou mulher transexual, categorias consideradas muitas vezes “similares” por quem não entende as variações dentro do universo LGBTQI+. A importância de essa palavra ter aparecido é justamente perceber que, dentro do universo pesquisado, o público entende e associa a imagem da artista com a principal característica que ela é e levanta como cantora. Sobre a segunda palavra mais citada, ‘representatividade’, que representa que 28% dos respondentes, pode-se dizer que eles associam a imagem da cantora como um símbolo de representatividade. Isso demonstra que ela, para além de talento, ainda tem mais a oferecer para o público, que é a chance de estar presente em lugares que antes não eram ocupados por pessoas que são assumidamente membros da população LGBTQI+.

A terceira palavra mais citada, e que apareceu em 23 respostas, é ‘música’. A opinião dessas pessoas mostra a dificuldade de se pensar na Pablla Vittar sem associá-la à música, uma vez que essa é a sua principal atividade. Como cantora, a artista vive de música, compõe, produz e lança. ‘Pop’ foi a quarta palavra mais citada, sendo representada em 16% das respostas. A artista está inserida no universo musical, e, dentro desse universo, no gênero pop. As outras seis palavras mais citadas foram ‘cantora’, ‘gay’, ‘LGBT’, ‘poderosa’, ‘diva’ e ‘artista’. Dentre essas, vamos separá-las em dois conjuntos: o primeiro sobre palavras positivas que reforçam como a artista é vista pelo público respondente; e a segunda também sobre como ela é vista, mas mais especificamente como símbolo representativo.

Para o primeiro conjunto, englobamos ‘cantora, diva e artista’. Essas três palavras representam sobretudo aspectos positivos que expressam como ela é vista, ou seja, Vittar é uma cantora e, além disso, também é diva e artista. Artista aqui não foi considerado somente como aquele que tem habilidade ou vocação artística, mas demonstra, na verdade, aquele que exerce alguma arte com gosto e a executa da melhor maneira possível.

Sobre o segundo conjunto, formado por ‘LGBT, gay, poderosa’, consideramos-lo como uma maneira de entender que as pessoas reconhecem a categoria da artista dentro da comunidade, e isso a torna ainda mais legítima no que faz. Para além disso, ‘poderosa’ vem com uma interpretação de que Vittar conseguiu, ainda estando em um lugar que muitas vezes é marginalizado pela sociedade, ter poder, isto é, ser icônica e representar a população LGBTQI+ ao estar em patamar de destaque na mídia.

Além disso, é importante ressaltar que 99 comentários foram considerados positivos, uma vez que exaltaram a cantora, tanto na dimensão estética (‘bonita’, ‘sensual’, ‘gostosa’, entre outras palavras que apareceram) como na comportamental. Palavras como ‘sensata’, ‘respeito’, ‘determinada’ e ‘influência’ mostram que a artista consegue manter um discurso bem claro, explicativo e influenciador. Verificamos,

assim, que Vittar realmente passa a imagem de ícone LGBTQI+, formadora de opinião e defensora dos direitos das minorias. As pessoas reconheceram que a representatividade dela é importante e tem potencial para emancipar pessoas para que sejam elas mesmas e vejam, por meio da artista, que é possível conquistar mais espaços de destaque e prestígio.

Quanto à cantora Ludmilla, as 10 palavras que mais apareceram foram, em ordem da mais citada para a menos, Funk (41x); Verdinha (20x); Lésbica/Sapatão (20x); Representatividade (16x); Cantora (13x); Música (12x); Negra (12x); Beyoncé (12x); Talento (5x); Luta (5x). A relevância da palavra mais citada (funk), que esteve presente em 41% das repostas, representa o quanto a artista ainda é lembrada pelo começo da sua carreira – marcado pelo gênero musical. Ainda que suas músicas e seus últimos lançamentos estejam perpassando outros estilos musicais, como o pop e o pagode, a cantora manteve a imagem, para os respondentes, de que está atrelada essencialmente ao funk.

A segunda e a terceira palavras mais citadas foram ‘verdinha’ e ‘lésbica/sapatão’. A primeira palavra é referência à música lançada por Ludmilla em novembro de 2019. “Verdinha” já conta com mais de 71 milhões de visualizações no YouTube em maio de 2020 e 51 milhões de plays no Spotify. O sucesso de “Verdinha” veio acompanhado de muitas conquistas e inclusive foi considerada uma das músicas hit do Carnaval de 2020. Quanto às palavras ‘lésbica’ e ‘sapatão’, que também obtiveram grande destaque, cabe destacar que a cantora se assumiu lésbica há menos de um ano e já é vista como figura emblemática LGBTQI+. A aparição repetida dessas palavras nas respostas revela que a orientação sexual da cantora é importante e notada pelas pessoas. O público já associa a imagem da artista com a sua sexualidade. Uma vez que ela é defensora e porta-voz da população LGBTQI+, perceber que as pessoas reconhecem e percebem isso nela é relevante para o estudo.

A palavra ‘representatividade’ vem em seguida e abarca 16% das repostas. Assim como com Vittar, a palavra aqui aponta para a possibilidade de que pessoas que, de alguma forma, se reconheçam ou se identifiquem com a história, sexualidade ou cor da pele da cantora se emancipem de relações sociais que as inferiorizam. Com as repostas, podemos apontar que a artista é considerada um símbolo dessa representatividade. As seis palavras restantes serão analisadas assim como o caso de Vittar, divididas em dois grupos: o primeiro contém as palavras ‘cantora’ (13x); ‘música’ (12x) e ‘talento’ (5x); o segundo contém ‘Beyoncé’ (12x), ‘negra’ (12x) e ‘luta’ (5x). O primeiro fala sobre as pessoas associarem a artista com a música e musicalidade. O segundo diz respeito ao fato de as pessoas associarem Ludmilla com suas origens e sua representatividade. Analisando o primeiro grupo, as palavras aparecem mesmo como forma de expressar que a artista canta e se expressa por

meio da música. Além disso, é admirada por fazer seu trabalho da maneira que já vem fazendo: com talento, qualidade e ousadia. O segundo conjunto de palavras representa que a cantora é reconhecida como artista mulher negra, que precisou lutar para chegar aonde chegou, enfrentar as dificuldades e preconceitos de uma sociedade racista, machista e patriarcal, que condena ainda mais as pessoas periféricas pelo tom da pele e pela condição financeira. Além disso, representa que as pessoas associam sua imagem atual à sua origem, que é de MC Beyoncé, de onde veio todo o sucesso. Foi importante entender que a artista continua resgatando na memória das pessoas o local do qual veio e o funk na periferia.

Como atributos negativos, pôde-se identificar ‘invejosa’ e ‘bolsominion’, que apareceram somente uma vez cada nas respostas. A primeira foi interpretada como um atributo negativo que algumas pessoas associam à Ludmilla, uma vez que, depois que ela e a cantora Anitta se desentenderam, a palavra se tornou comum entre os fãs da última artista para se referir à Ludmilla. A segunda palavra foi classificada como negativa, uma vez que ‘bolsominions’ são eleitores do atual presidente da república Jair Bolsonaro, que faz recorrentemente ataques à população LGBTQI+.

No geral, as respostas positivas compuseram 84% do total. Além disso, é importante destacar que outras palavras que não foram citadas na análise, mas estão presentes neste documento, como ‘empoderada’, ‘favela’, ‘feminismo’, ‘periferia’, ‘força’, ‘liberdade’, demonstram como a cantora é vista pelos respondentes. O fato de as pessoas enxergarem a artista como uma mulher periférica, livre e feminista mostra que Ludmilla conquistou muitos espaços, mesmo que tenha vindo de uma minoria que vive em desvantagem, tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo.

Ao analisarmos os resultados das entrevistas, foi possível perceber que, ao serem questionados sobre o sentido de “representatividade”, os entrevistados apontaram diferentes sentidos. Para desenvolvermos mais claramente a análise, separamos a representatividade em duas categorias diferentes: a primeira se refere a um significado mais prático da palavra e mais literal, que é conseguir enxergar pessoas com a sua condição, características e opiniões em determinados lugares de poder. A segunda categoria consiste em um significado mais profundo do que abrir espaços, diálogos ou debates: é um lugar sensível de salvar vidas e emancipar pessoas. Muitas pessoas que estão inseridas em lugares de privilégios não conseguem enxergar a importância da representatividade, pois não vivem na prática o preconceito, as desvantagens e a desigualdade que existem no Brasil e no mundo. Segundo o Depoente C, por exemplo

Representatividade é tudo! É muito engraçado quando você se reconhece como um ser humano no mundo e como você pode lidar com isso. Eu sempre falo para as pessoas que ninguém nunca nos

ensinou, passa para a gente uma cartilha de como deve ser a vida, como você deve se portar, como você deve se reconhecer e que aí a gente vai descobrindo isso sozinho. E por vezes, a gente descobre da pior maneira, mas no final das contas se torna a melhor maneira porque você consegue entender qual é o tipo de ocupação que você tem no espaço que você vive. No meu caso, eu falo que eu sou várias minorias num só. Eu digo que eu sou negro, eu sou gay, eu sou gordo e eu sou periférico, e são várias coisas, que até no final do dia quando você deita a cabeça no travesseiro, você fala assim “Cara, está tudo bem!”, e realmente está tudo bem. Porque é isso, você está em paz contigo, sabe? Eu acho que a representatividade é basicamente isso. Você se reconhecer como pessoa (DEPOENTE C, 2020).

Quando perguntados sobre a importância que eles dão a artistas que se posicionam na luta LGBTQI+, os entrevistados mostraram que enxergam como essencial e que, de fato, tal engajamento faz total diferença. De acordo com eles, isso faz com que as pessoas da população LGBTQI+ se sintam à vontade para consumir o produto de um artista e se enxergar no que eles estão propondo. É sobre se sentir confortável ao ouvir a música, dançar e se expressar. É como se a arte daquele artista se tornasse mais um elemento do universo daquela pessoa. Visto que a música é também um lugar de opinião, não há como ignorar o posicionamento do artista. Um depoente classificou os artistas em dois grupos distintos: o primeiro é formado por artistas que se posicionam e colocam esse posicionamento nas suas composições. Como exemplo, temos o cantor Jhonny Hooker, cujo maior sucesso da carreira é uma música em que fala sobre um relacionamento entre dois homens. O segundo é formado por artistas que não deixam explícito em suas composições, mas manifestam de outras formas o apoio ao movimento LGBTQI+. Ele, no final, disse que consegue consumir ambos, uma vez que se identifica, seja por meio das músicas ou da figura, com o artista. O depoente B afirma que

[...] me gera um incômodo grande quando uma determinada personalidade simplesmente se abstém de entrar nesse tipo de diálogo... existem determinadas discussões que quando você se torna uma pessoa pública você é obrigado a dar o seu posicionamento para o seu público. Isso é muito cobrado. Então hoje um artista que não se posiciona a favor das causas LGBTQI+, um artista que não valoriza a cultura nacional, um artista que é pró Bolsonaro... Cara, eu não ouço de verdade! Por mais que eu goste muito da música! Eu não sei... a cultura do cancelamento tem que ser questionada de várias formas, e mais do que isso eu acho que as pessoas têm que estar abertas a ouvir. É entender que todo mundo vive um processo de desconstrução e aprendizado, e que possivelmente as pessoas vão errar ao longo do caminho, e a gente precisa aceitar quando elas querem corrigir tudo mais. Eu tenho uma dificuldade pessoal bizarra de olhar para um artista desses e querer consumir... cara, com alguns artistas eu tirei rapidinho das minhas playlists porque não consigo ouvir [...] assim, o cara é pró Bolsonaro, dá um milhão de depoimentos

mega homofóbicos, é pró arma... não tem como, juro! Não tem como consumir um conteúdo gerado por uma pessoa dessa (DEPOENTE B, 2020).

Vittar e Ludmilla são, segundo todos os entrevistados, artistas que representam muito a maioria das causas sociais pelas quais a sociedade vem lutando e debatendo, que estão em pauta na atualidade. Quando se fala sobre LGBTQI+fobia e inclusão, as duas representam muito bem esses lugares: Ludmilla é uma mulher preta e LGBTQI+ que ascendeu socialmente; Pablo Vittar, por ser gay e drag queen. A comoção que elas causam é evidente na vida de pessoas que têm uma realidade próxima das delas e que buscam, de certa forma, também viver novas vidas e realidades. É possível ver, de fato, a importância da representatividade, que vai para um viés de buscar, a partir dessas personalidades, meios para mudar a sociedade na direção de um mundo com mais oportunidades. A importância da presença delas em destaque é mostrar que é possível ocupar espaços sociais negados pelos preconceitos e hierarquias que se erguem contra essas pessoas por conta de sua identidade de gênero, orientação sexual, origem, raça ou renda. O depoente B afirma que

[...] A gente volta na história da representatividade, que é conseguir mostrar que é possível ocupar esses espaços. [...] Quando você olha pra Pablo e Glória, você pensa “poxa, só tem elas”, mas não! Assim, aí tem a Kika Boom, a Kaya Conky, tem outras drags surgindo com seus regionalismos. Tem a Lia Clarck, aí você sai do movimento drag e vai para o das mulheres trans que estão cantando, aí vem a Pepita abrindo espaço e coisa e tal. Aí você vai tem a Liniker, num outro lugar mais indie. Surgiu a Urias... aí quando você vai vendo não tem mais só uma drag, uma cantora trans, um cantor gay... agora tem várias! E quando a gente chega à conclusão de que tem muitas, por mais que nem todos sejam top 1 no Spotify que explodem, não tem problema, porque é importante enxergar que tem elas estão ali! (DEPOENTE B, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vida cotidiana, a representatividade pode reverter o preconceito em uma maior sensibilização dos grupos opressores tanto em relação à marginalização de grupos sociais quanto à destituição de direitos das minorias. Além disso, quando temos todos os grupos bem representados e as pessoas conseguem ver que existem outras tão diferentes delas mesmas, passando por situações e experiências tão humanas quanto às delas, esse abismo diminui. A mídia, do seu lado, tem grande influência na forma como as pessoas enxergam o mundo e, por isso, é essencial que ela reconheça todas as vozes presentes na sociedade e dê o devido espaço a

elas. Uma vez que o potencial que isso gera para mudar positivamente a sociedade não pode ser desperdiçado e é importante, a representatividade precisa existir. Entretanto, esse é o primeiro passo. Para que possamos buscar uma sociedade que efetivamente invista na equidade de gênero e na eliminação de outras formas de opressão, fica nítida a necessidade de transcender a representatividade, na medida em que, a partir de sua autopercepção renovada no tecido social, indivíduos colocados como “abjetos” pertencentes à população LGBTQI+ possam buscar os meios políticos, legais e institucionais para a garantia de seus direitos e tenham os seus valores e manifestações culturais e artísticas cada vez mais respeitados, emancipando-se das relações heteronormativas e patriarcais que os submetem frequentemente a múltiplas formas de violência física e simbólica.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 328 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 176 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

CAPÍTULO 9

PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Karen Natali Backes dos Santos

Escuela de Posgrado de la Universidad
Nacional del Este
Ciudad del Este, Paraguay
<https://orcid.org/0000-0001-6714-1367>

María Victoria Zavala Saucedo

Escuela de Posgrado de la Universidad
Nacional del Este
Ciudad del Este, Paraguay
<https://orcid.org/0000-0002-1721-1563>

RESUMEN: el objetivo de este estudio es determinar el índice de participación femenina en cargos de gerencia en una universidad de gestión pública de Paraguay. Responde a un diseño documental desarrollado mediante tres categorías de análisis: poder compartido, poder individual y posibilidades de acceso. Los datos fueron recogidos a partir de documentos institucionales disponibles en la web y facilitados por la institución. Para el procesamiento de los datos se utilizaron el software Atlas.ti y planillas electrónicas. Los resultados revelan una mayor presencia masculina tanto en los cargos de poder individual como en los de poder compartido, lo que conlleva a una baja probabilidad del acceso de la mujer a los referidos cargos en el corto y mediano plazo. Se concluye que el poder es inversamente proporcional a la presencia femenina, cuanto mayor es el poder que otorga el

cargo, menor es la representación de la mujer en ellos; la permanencia de modelos culturales que orientan al varón en el nivel jerárquico más alto; la monopolización de los cargos y decisiones a favor del varón.

PALABRAS CLAVE: Género, Educación Superior, poder, participación femenina, equidad.

ABSTRACT: the objective of this study is to determine the rate of female participation in management positions in a public management university in Paraguay. It responds to a documentary design developed through three categories of analysis: shared power, individual power, and access possibilities. The data were collected from institutional documents available on the web and provided by the institution. The Atlas.ti software and electronic spreadsheets were used for data processing. The results show a greater male presence in positions of individual power as well as in those of shared power, which leads to a low probability of access by women to those positions in the short and medium term. It is concluded that power is inversely proportional to the presence of women, the greater the power granted by the position, the lower the representation of women in them; the permanence of cultural models that guide man at the highest hierarchical level; the monopolization of positions and decisions in behalf of men.

KEYWORDS: Gender, Higher Education, power, female participation, equity.

1 | INTRODUCCIÓN

La división del trabajo conforme a los

roles tradicionales asigna con base en la cultura el rol de proveedor al varón y el de cuidadora a la mujer, lo cual genera por un lado “sobreevaluación del trabajo productivo y por otro, una desvalorización del trabajo reproductivo” (SERAFINI GEOGHEGAN, 2018, pág. 3).

No obstante, según Serafini Geoghegan (2018) la mujer aporta a los ingresos familiares para la mejora de la calidad de vida y para la disminución de la pobreza, además las actividades domésticas que realiza sin remuneración, son esenciales para el bienestar y la supervivencia.

El ingreso de las mujeres al mercado laboral se desarrolla sin renuncia al ámbito doméstico lo cual, además de generar una sobrecarga de rol, se traduce en segregación ocupacional, precariedad laboral y como limitante a las ofertas de trabajo que a largo plazo restringe las oportunidades económicas de las mujeres. Por otra parte, las oportunidades laborales de las mujeres se ven limitadas por el tiempo y por la necesidad del balance entre familia y trabajo (CUADRADO; MORALES, 2007; MORELO ALONSO; CUADRADO GUIRADO; GARCÍA AEL; RECIO SABOYA; RUEDA LAFFONT, 2009; SERAFINI GEOGHEGAN, 2018)

El acceso a puestos de liderazgo difiere para varones y mujeres, es decir en la mayoría de las sociedades occidentales existe menor presencia de la mujer en ámbitos directivos independientemente de qué tipo de organización sea, del nivel de formación y competencia de las mujeres (CUADRADO; MOLERO; NAVAS, 2003).

Esta diferencia a favor de los varones, se puede explicar a través de diferentes teorías que hablan sobre el acceso a redes sociales de la empresa, la sobrecarga de rol (MORELO ALONSO, 2009), la presencia de obstáculos invisibles que pueden influir en el acceso de las mujeres a cargos directivos como: el techo de Cristal (WIRTH; 2001) y el laberinto de cristal (EAGLY Y CARLI; 2007); teorías que hablan sobre la existencia de barreras invisibles, pero efectivas, que permiten a las mujeres avanzar solo hasta un determinado nivel en la escala jerárquica de las organizaciones.

El techo de cristal se define como barreras invisibles de origen cultural que impiden el ascenso de las mujeres a cargos de alta gerencia, este concepto indica el límite hasta dónde puede llegar la mujer en una organización (WIRTH; 2001).

Eagly y Carli (2007) explican la situación actual de las mujeres en los puestos de mayor nivel jerárquico mediante la metáfora del laberinto de cristal, que muestra que las mujeres no tienen prohibido el acceso a los altos cargos, sino que, en comparación a los varones, deben superar una gran cantidad de obstáculos que requieren mayor dedicación, esfuerzo y tiempo para alcanzarlos.

Con relación a las estrategias que buscan la equidad se encuentra vigente en Paraguay el IV Plan Nacional de Igualdad 2018 – 2024 (IV PlaNI) cuyo objetivo principal promover la igualdad real y efectiva mitigando los obstáculos que impiden

el desarrollo pleno de las mujeres. Entre los objetivos específicos de este plan se destaca el que hace referencia a los mecanismos que posibiliten el acceso en igualdad de condiciones y la permanencia de las mujeres en cargos de alta jerarquía en diferentes poderes del Estado. Así también este plan plantea generar condiciones de autonomía económica con base en un balance familia – trabajo y el acceso al mercado laboral en condiciones equitativas y no estereotipadas (MINISTERIO DE LA MUJER, PARAGUAY, 2018).

Un estudio realizado sobre la participación de las mujeres en los órganos de gobierno de la Universidad Nacional de Asunción revela que la presencia femenina es reducida y que existe una discriminación vertical en los cargos de mayor jerarquía. La mayor presencia femenina se encuentra en el estamento de consejeros estudiantiles, sin llegar a la paridad, mientras que la presencia masculina es considerablemente superior en los cargos con mayor poder (CONTRERA GONZÁLEZ, 2018).

En la línea de pensamiento del compromiso que tiene la organización con el liderazgo femenino, la universidad seleccionada para el estudio en su código de ética, establece como valores institucionales la equidad a fin de posibilitar la igualdad de acceso al trabajo de acuerdo a la naturaleza del mismo y a las oportunidades de acceso a la educación, información y conocimiento.

Así también, desde el año 2015 la universidad estudiada integra una red conformada por 23 Instituciones de Educación Superior (IES) de 18 países de América Latina y 4 países de Europa, con el propósito de desarrollar medidas estratégicas tendientes a promover la igualdad de género y la promoción de la participación de las mujeres en posiciones de liderazgo en la investigación, la academia y la sociedad en general (INSTITUTO TECNOLÓGICO DE COSTA RICA, 2015).

Esta red se creó en base a un proyecto denominado Equality “Fortalecimiento del liderazgo femenino en las IES Latinoamericanas y la sociedad”, implementado con el apoyo financiero del Programa ALFA III de la Comisión Europea, a fin de poner en práctica una serie de medidas específicas tales como estudios, desarrollo de capacidades, programas de sensibilización y acciones de apoyo político durante los 3 años de duración del proyecto, entre 2012 y 2015.

La participación en el mencionado proyecto, demostró la dificultad institucional para acceder a datos vinculados con la participación femenina en el ámbito universitario, por lo tanto, establecer el índice de participación la mujer en cargos directivos constituyó la motivación para emprender este estudio.

Por lo expuesto, el objetivo general de investigación planteó determinar el índice de participación femenina en cargos de gerencia en la universidad seleccionada.

De esta manera los objetivos específicos buscaron:

- Identificar la participación de la mujer en cargos de poder compartido en una Universidad de Paraguay.
- Determinar la participación de la mujer en cargos de poder individual en una Universidad de Paraguay.
- Estimar la probabilidad de acceso de las académicas al cargo de Decano y al de Rector de la universidad en estudio.

2 | MATERIALES Y MÉTODOS

El estudio es de diseño documental, los datos fueron obtenidos mediante el análisis de fuentes como: reglamentos, estatutos, informes, actas de reuniones y documentos publicados en las páginas web de las facultades de la universidad y datos proveídos por la institución sobre la cantidad de académicos según los rangos establecidos en las normativas. Como categoría de análisis se utilizaron el poder compartido; el poder individual y la posibilidad de acceso a cargo de poder.

En la categoría poder compartido se analizó la integración de: la Asamblea Universitaria, el Consejo Superior Universitario, el Consejo Directivo, así como los cargos de Profesor Titular, Profesor Adjunto y Profesor Asistente.

En cuanto al poder individual, los cargos de rector, vicerrector, decano, vicedecano y cargos de dirección. En base a las categorías establecidas y las fuentes seleccionadas se procedió a la codificación y sistematización de los datos a través del programa de análisis ATLAS.ti

3 | RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La institución analizada tiene espacios de poder definidos en el estatuto; en él se pueden identificar cargos de poder compartido e individual. Entre los primeros se encuentran: Asamblea Universitaria, Consejo Superior Universitario, Consejo Directivo; Profesor Titular, Profesor Adjunto y Profesor Asistente; estos últimos cargos si bien corresponden al sector académico, en esta investigación fueron incluidos en el poder compartido porque son los que pueden postularse, votar y definir con ello la representación institucional.

En los cargos de poder individual se encuentran: Rector, Vicerrector, Decanos, Vicedecanos y directores de las diferentes áreas.

En este caso, la Asamblea Universitaria es el máximo órgano deliberativo del gobierno de la institución, está conformada por los miembros en ejercicio del Consejo Superior Universitario, dos miembros docentes en ejercicio del Consejo Directivo de cada facultad; el miembro no docente en ejercicio del Consejo Directivo de cada facultad; un miembro estudiantil en ejercicio del Consejo Directivo de cada

facultad.

La Asamblea Universitaria de la institución en estudio está conformada por 42 personas de las cuales 13 son mujeres y 29 son varones (a cada 2,23 varones hay una mujer); con relación a los datos obtenidos en el año 2017 la brecha de género ha disminuido 1,43 puntos.

Con relación al Consejo Superior Universitario órgano que ejerce el gobierno de la universidad en concordancia con la política universitaria definida por la Asamblea, está conformada por el Rector, Vicerrector, un docente por cada facultad, un graduado no docente y tres estudiantes. Según los datos obtenidos actualmente, el Consejo Superior Universitario está conformado por 18 personas (5 mujeres y 13 varones), es decir a cada 2,6 varones hay una mujer; de esta manera la brecha se ha reducido en un 0,9 punto en comparación a la existente en el año 2017.

Seguidamente en la escala jerárquica de poder en la institución, se encuentran los miembros del Consejo Directivo de cada facultad, el cual está conformado por el decano, el vicedecano, cinco docentes en ejercicio de la cátedra, un graduado no docente y dos estudiantes.

| Unidad Académica | Mujeres | Varones |
|---|----------------|----------------|
| Facultad de Ciencias Económicas | 6 | 4 |
| Facultad de Filosofía | 3 | 7 |
| Facultad de Derecho y Ciencias Sociales | 3 | 7 |
| Facultad de Ingeniería Agronómica | 0 | 10 |
| Facultad de Ciencias de la Salud | 6 | 4 |
| Facultad Politécnica | 1 | 9 |
| Total | 19 | 41 |

Tabla 1. Consejo Directivo por facultad discriminado por sexo.

Fuente: Página web institucional, año 2020.

Como puede verse en la tabla el Consejo Directivo de las facultades está compuesto por un total de 60 integrantes, de los cuales 19 son mujeres y 41 son varones (a cada 2,1 varones hay una mujer), estos datos indican que la brecha de género ha disminuido 0,42 puntos con relación a los datos del año 2017.

El estatuto establece que la elección de los consejeros docentes, se efectuará en comicios de profesores titulares, adjuntos y asistentes; en dicho acto serán elegidos cinco consejeros docentes, de los cuales cuatro deberán tener la categoría de profesor titular o adjunto.

De acuerdo con los datos obtenidos en la categoría profesor titular la mujer

está en desventaja ya que, de los 385 cargos solamente 120 son ocupados por mujeres y 265 por varones (indica que a cada 2,2 varones hay una mujer); en estos resultados se nota la disminución de la brecha de género en 0,8 punto con relación a los datos del año 2017. En cuanto a la categoría profesor asistente la institución cuenta con 413 docentes en este rango, de los cuales 197 son mujeres y 216 son varones (a cada 1,09 varones hay una mujer) lo cual representa una reducción en la brecha de género en 0,2 con relación al año 2017.

Por su parte, la categoría profesor adjunto está ocupada por 161 profesores, entre los cuales 75 son mujeres y 86 son varones (a cada 1,14 varones hay una mujer), la brecha de género ha decrecido en 0,82 punto con relación al año 2017.

A su vez, la institución cuenta con 518 docentes en la categoría profesor asistente, de los cuales 226 son mujeres y 292 son varones (a cada 1,29 varones hay una mujer), esta categoría no ha sufrido variación con relación al año 2017.

| Poder compartido | 2020 | | Varón por cada mujer |
|--------------------------------|------------|------------|----------------------|
| | Mujeres | Varones | |
| Asamblea Universitaria | 13 | 29 | 2,2 |
| Consejo Superior Universitario | 5 | 13 | 2,6 |
| Consejo Directivo | 19 | 41 | 2,2 |
| Profesor titular | 120 | 265 | 2,2 |
| Profesor adjunto | 75 | 86 | 1,1 |
| Profesor asistente | 226 | 292 | 1,3 |
| Total | 458 | 726 | 1,6 |

Tabla 2. Brecha de género en cargos de poder compartido

Fuente: Página web institucional y datos proveídos por universidad, año 2020.

Se puede ver en los datos que la participación femenina es inversamente proporcional al poder que otorgan los cargos; es decir, cuanto más poder otorgue un cargo, menor es el grado de participación femenina, por ende, cuanto menor sea el grado de poder en un cargo, mayor participación femenina hay. Actualmente, la brecha de género en cargos de poder compartido es de 1,6.

Al hablar del cargo de Rector y de Vicerrector, es importante mencionar que en 27 años desde la fundación de la universidad no ha habido presencia femenina en estos cargos, es decir, hasta la fecha han estado ocupados por un varón.

Al discriminar los datos puede verse la segregación entre varones y mujeres que ocupan el espacio de decanato de las diferentes facultades de la universidad estudiada.

| Unidades Académicas | Mujer | Varón |
|---------------------|-----------|-----------|
| Decanos | 1 | 5 |
| Vicedecanos | 0 | 6 |
| Cargos directivos | 18 | 31 |
| Total | 19 | 42 |

Tabla 3. Distribución de cargos de poder en unidades académicas.

Fuente: Página web institucional y datos proveídos por la universidad, año 2020.

| Rectorado | Mujer | Varón |
|--------------|----------|-----------|
| Rector | 0 | 1 |
| Vicerrector | 0 | 1 |
| Directores | 5 | 12 |
| Total | 5 | 14 |

Tabla 4. Distribución de cargos de poder en el Rectorado

Fuente: Página web institucional y datos proveídos por la universidad, año 2020.

Del total de 6 decanatos, 5 están ocupados por varones y solo 1 es ocupado por una mujer. En relación al vicedecanato se observa que en su totalidad está ocupado por varones. En estas dos categorías no se ha modificado la brecha de género.

Finalmente, a nivel de universidad existen en total 78 cargos directivos (facultades y rectorado), de los cuales 56 están ocupados por varones y 22 por mujeres (a cada 2,54 varones hay una mujer) lo cual indica que la brecha ha aumentado en 0,2 punto con relación al año 2017.

| Poder individual | 2020 | | Varón por cada mujer |
|------------------|-----------|-----------|----------------------|
| | Mujeres | Varones | |
| Rector | 0 | 1 | 1,0 |
| Vicerrector | 0 | 1 | 1,0 |
| Decanos | 1 | 5 | 5,0 |
| Vicedecanos | 0 | 1 | 1,0 |
| Directores | 22 | 56 | 2,5 |
| Total | 23 | 64 | 2,8 |

Tabla 5. Brecha de género en cargos de poder individual

Fuente: Página web institucional y datos proveídos por universidad, año 2020.

La tabla muestra que la brecha de género en cuanto al poder individual es de 2,8, lo cual puede limitar significativamente las posibilidades de acceso de la mujer a los cargos de poder individual y compartido en los próximos años.

En los siguientes recursos visuales se detallan los datos comparativos sobre la ocupación de cargos por sexo en el año 2017 y 2020, los que indican una reducción de la brecha de género de 0,2 con relación al año 2017.

Se destaca que, si bien ha aumentado el número de mujeres, sigue existiendo una diferencia importante a favor de la población masculina.

| Poder compartido e individual | 2017 | | 2020 | |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Mujeres | Varones | Mujeres | Varones |
| Asamblea Universitaria | 9 | 33 | 13 | 29 |
| Consejo Superior Universitario | 4 | 14 | 5 | 13 |
| Consejo Directivo | 17 | 43 | 19 | 41 |
| Profesor titular | 56 | 166 | 120 | 265 |
| Profesor adjunto | 50 | 98 | 75 | 86 |
| Profesor asistente | 226 | 292 | 226 | 292 |
| Rector | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Vicerrector | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Decanos | 1 | 5 | 1 | 5 |
| Vicedecanos | 0 | 6 | 0 | 1 |
| Directores | 21 | 46 | 22 | 56 |
| Total | 384 | 705 | 481 | 790 |

Tabla 6. Comparación entre el año 2017 y 2020

Fuente: Página web institucional y datos proveídos por universidad, año 2020.

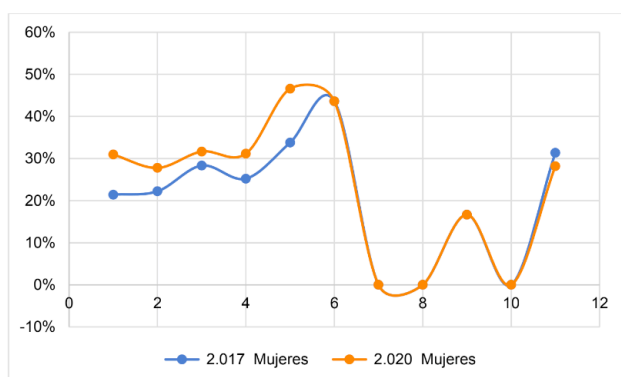


Figura 1. Comparación de brecha de género entre 2017 y 2020.

Fuente: Elaboración propia con base en datos analizados, 2020.

Los resultados en cuanto a la brecha de género en el poder individual orientan el análisis de la posibilidad de que una mujer llegue al cargo de mayor poder de la institución.

Si consideramos que para acceder al cargo de Rector se requiere ser profesor titular de cualquiera de las facultades y en este último cargo, se ha reportado un total de 265 varones frente a 120 mujeres, la posibilidad de que un varón sea electo es dos veces mayor a la de la mujer, sobre todo considerando los factores culturales, las redes sociales de las que las mujeres no participan y la imagen del liderazgo masculino que opera en el ideal de líder del colectivo social.

Por otra parte, la brecha de género existente en los cargos de poder individual tiene implicancia directa en la participación de la mujer en los cargos directivos tanto de poder individual como compartido.

Así, tomando como ejemplo para analizar el cargo de decano se ve que el requisito también es el de ser profesor titular, sin embargo, otro dato relevante que no se puede dejar de ver es que el decano es quien preside el Consejo Directivo de la facultad y por ese mismo cargo forma parte de manera directa del Consejo Superior Universitario y de la Asamblea Universitaria. Considerando que entre las atribuciones del Consejo Directivo de cada facultad figura elegir al Decano y Vicedecano por mayoría simple y habiendo mayor cantidad de varones en estos órganos, la probabilidad de que sea elegido un varón es muy alta por los factores mencionados anteriormente.

La variable clave para la mayor presencia femenina en los órganos de gobierno es el acceso al cargo de profesor titular, ya que este es requisito determinante para ser elegido en el cargo de Rector, Vicerrector, Decano y Vicedecano.

Los aportes de teóricos referentes a la participación femenina en el poder señalan que las mujeres quedan excluidas de espacios considerados masculinos en los cuales se comparten informaciones relevantes que en muchos casos son fundamentales para la toma de decisiones. Estas estrategias constituyen mecanismos sutiles e inconscientes que generan apoyo informal de los varones entre sí para que lleguen al poder, que a su vez refuerzan la imagen varonil de los cargos de poder y que desalientan a las mujeres a que se postulen a espacios de gobierno (MORELO ALONSO; CUADRADO GUIRADO; GARCÍA AEL; RECIO SABOYA; RUEDA LAFFONT; 2009).

Lo que puede observarse en esta situación analizada es la monopolización masculina de los cargos directivos, lo cual se relaciona con lo que señala Herrera (2000) sobre la manipulación que ejercen las instituciones en las mujeres para realizar trabajos secundarios de apoyo, opinión y gestión considerados espacios femeninos tradicionales y vinculados al cuidado (SERAFINI GEOGHEGAN; 2018), mientras que la mayoría de los puestos de poder (que generan estatus, prestigio,

acumulación económica y poderío personal y de género) son ocupados por varones.

Estos resultados obtenidos coinciden con la teoría del laberinto de cristal, porque si bien la política ni las normativas institucionales niegan el acceso de la mujer a puestos de poder, las barreras configuradas de manera inconsciente exigen de las mujeres un mayor esfuerzo y tiempo para alcanzarlos (EAGLY Y CARLI; 2007).

Los hallazgos de esta investigación son similares al estudio realizado por Contrera González (2018) en la Universidad Nacional de Asunción (UNA) en cuanto a la reducida presencia femenina en el gobierno de la universidad, principalmente en los puestos de mayor poder: rectorado, vicerrectorado y los decanatos. Sin embargo, difiere en cuanto a la mayor presencia de mujeres en la representación estudiantil de la UNA, hecho que no sucede en la universidad estudiada.

Así también, los resultados presentados confirman lo expuesto por Cuadrado; Molero; Navas (2003) al señalar que en la mayoría de las sociedades occidentales la presencia femenina en ámbitos directivos es menor, independientemente a la formación académica que poseen.

4 | CONCLUSIONES

Se concluye que en la universidad estudiada predomina la presencia masculina en los cargos de poder compartido e individual, generando una brecha de género de 1,6 a nivel institucional.

Así también, la mayor presencia femenina se sitúa en la base de la pirámide de poder, es así que a medida que se asciende hacia la cúspide disminuye la cantidad de mujeres y aumenta la presencia masculina en los cargos.

La categoría Profesor Titular es, conjuntamente con factores culturales, un elemento clave para lograr el poder de representación y elección mediante voto, por lo que resulta fundamental revisar las condiciones de acceso y permanencia en este cargo de manera a permitir un mayor equilibrio entre los géneros.

Se presenta una leve reducción de la brecha de género en comparación a la del año 2017, esto significa un avance orientado a la democracia equitativa en el gobierno universitario. No obstante, el índice de participación femenina en cargos de poder compartido configura una barrera para el acceso a cargos de poder.

La posibilidad de acceso a cargos de poder por parte de la mujer en el corto y mediano plazo se ve limitada por las condiciones actuales: índice de participación, políticas y normas para el acceso, existencia de redes informales de apoyo a los varones, cultura organizacional, imagen de liderazgo masculino, obstáculos para el equilibrio familia -trabajo que llevan a la mujer a renunciar o postergar la asunción a cargos de mayor poder y por último, la imagen estereotipada de género aún vigente

en las instituciones y en la sociedad.

Existen factores invisibles que intervienen de manera inconsciente en la construcción de una imagen masculina como ideal de líder y obstaculizan a la mujer en su trayectoria profesional. Estos factores tienen base en la cultura y promueven la reproducción de imagen y roles estereotipados.

Esta realidad plantea el desafío de repensar las políticas y los mecanismos institucionales para disminuir las desigualdades en el mediano plazo, de tal manera a generar condiciones de acceso equitativo a la alta gerencia del gobierno universitario, tal como lo establece el IV PlaNI 2018-2024.

REFERENCIAS

CONTRERA GONZÁLEZ, M. (Julio- Diciembre de 2018). *Las mujeres en los órganos de gobierno de la Universidad Nacional de Asunción*. *ACADEMO.Revista de investigación en Ciencias Sociales y Humanidades*, 5(2), 110-116. Recuperado el 18 de Mayo de 2020, de <https://bit.ly/3cUQmsl>

CUADRADO, I., & MORALES, F. (2007). *Algunas claves sobre el techo de cristal en las organizaciones*. *Revista de Psicología del trabajo y de las organizaciones*, 23(2), 183-202. Recuperado el 2002 de octubre de 2017, de <https://goo.gl/2v1hmC>

CUADRADO, I., MOLERO, F., & NAVAS, M. (2003). *El liderazgo de hombres y mujeres: diferencias en estilos de liderazgo, relaciones entre estilos predirectores de variables de resultado organizacional*. *Acción Psicológica*, 115-129.

EAGLY, A., & CARLI, L. (2001). *Through the labyrinth. The truth about how women become leaders*. Boston, Massachusetts, Estados Unidos: Harvard Business School Publishing Corporation. Recuperado el 20 de Octubre de 2019

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE COSTA RICA. (s.f.). *Equality Igualdad de Género*. Recuperado el 2015 de Diciembre, de <http://www.equality-network.net/node/2>

MINISTERIO DE LA MUJER, PARAGUAY. (20 de Diciembre de 2018). *“V Plan Nacional de Igualdad 2018 – 2024 (IV PlaNI)*. Recuperado el 5 de Octubre de 2020, de Portal MinMujer: <http://www.mujer.gov.py/index.php/noticias/se-aprobo-iv-plan-nacional-de-igualdad-2018-2024>

MORELO ALONSO, F., CUADRADO GUIRADO, I., GARCÍA AEL, C., RECIO SABOYA, P., & RUEDA LAFFONT, B. (12 de Diciembre de 2009). *Mujer y liderazgo en el siglo XXI: Una aproximación psicosocial a los factores que dificultan el acceso de la mujer a los puestos de alta responsabilidad*. Obtenido de Ministerio de Igualdad: www.inmujer.gob.es/areasTematicas/estudios/.../mujerLiderazgo.pdf

SERAFINI GEOGHEGAN, V. (2018). *Trabajo remunerado de las mujeres desde un enfoque de género*. Asunción, Central, Paraguay: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, CADEP. Recuperado el 5 de Octubre de 2020, de <http://www.cadep.org.py/2018/01/trabajo-remunerado-de-las-mujeres-desde-un-enfoque-de-genero/>

WIRTH, L. (2011). *International Labour Office., & Tripartite Meeting on Breaking through the Glass Ceiling: Women in Management* (Segunda ed.). International Labour Office - Geneva. Recuperado el 29 de Setiembre de 2020, de https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2001/101B09_102_engl.pdf

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Nelmires Ferreira da Silva

Universidade Federal de Sergipe
Aracaju-SE

<http://lattes.cnpq.br/9206799101414551>

RESUMO: Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres e os desafios à visibilidade” tem como objetivo situar o cenário dos anos de 1990 ao novo milênio no cotidiano de intensas contradições, as quais figuram o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes na tensão efervescente do conjunto dos arranjos de políticas asseguradas no marco da Constituição Federal de 1988 até então, em processo de desmonte pelo jogo dos ajustes neoliberais. Nessa direção, adotamos nos procedimentos método- lógicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres na luta pela inserção em políticas que possibilitem a sua visibilidade e autonomia. Das reflexões alcançadas compreendemos que na atualidade há intensos questionamentos quanto à natureza das políticas públicas ditas emancipatórias, cuja movimento se apresenta na dimensão do controle, ora na perspectiva de empoderamento, ao que entendemos, a eminente necessidade de resignificar o sentido real de tais políticas e seus redesenhos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Políticas

Públicas, Visibilidade, Autonomia.

PUBLIC POLICIES FOR WOMEN AND THE CHALLENGES TO VISIBILITY

ABSTRACT: This article now entitled “Public Policies for Women and the challenges to visibility” aims to situate the scenario from the 1990s to the new millennium in the daily life of intense contradictions, as what figure in the process of production and reproduction of the class antagonisms in the effervescent tension of the set of policy arrangements ensured within the framework of the Federal Constitution of 1988 until then, in the process of dismantling by the game of neoliberal adjustments. In this direction, we adopted in the methodological procedures a bibliographic cut listed from authors who focus on the concrete reality of women in the struggle for insertion in policies that enable their visibility and autonomy. From the reflections reached, we understand that currently there are intense questions about the nature of the so-called emancipatory public policies, whose movement is presented in the control dimension, now in the perspective of empowerment, to what we understand, an eminent need to reframe the real meaning of such policies and their redraws.

KEYWORDS: Women, Public Policies, Visibility, Autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres e os desafios à visibilidade” tem como objetivo situar o movimento contraditório das políticas públicas,

ora estratégia de controle estatal, ora enquanto instrumento de resistência em processo de construção no cotidiano cuja movimentação figura o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres em seu movimento de luta, e no caso específico, àquelas que vivem no meio rural brasileiro lutando por políticas inclusivas.

Assim, alicerçamos as análises nos referenciais de MARX, Karl, 1975; ADORNO, Theodor, 1995; IASI, Mauro, 2005; FOLLADOR, Kellen, 2009;

BEAUVOIR, Simone, 2011; FARAH, Marta, 2013, utilizando da abordagem teórica crítica social materialista histórico dialética, por entendermos que o objeto de pesquisa deve ser apreendido em sua essencialidade sócio-histórica determinada.

Nesse recorte histórico compreende-se que é “na raiz da questão social que encontramos as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercado financeiros e empresas multinacionais, forças que subordinam o Estado ao passar a assumir o ônus das exigências dos mercados (IAMAMOTO; 2009). Daí, problematizamos acerca do sentido da emergente política pública, no caso específico aquela direcionada para a inserção da mulher trabalhadora no espaço produtivo dirigida, ora num movimento entre conquistas democráticas e negação de direitos, ora políticas emancipatórias versus subsunção aos interesses do capital.

O ponto central é analisar a fragilidade das políticas públicas na contemporaneidade no terreno das contradições envolta do “[...] mistério que se origina da sua absoluta complexidade” (HARVEY, 2013, p.411), a qual compreendemos “[...] tem-se o reino do capital na plenitude de seu desenvolvimento e alienação” (HARVEY, 2013). Para tanto, observamos a partir de Harvey que,

[...] tarefa da ciência desmistificar tudo isso, revelar a lógica tentadora que corre pelas veias do sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que está por trás do que, na superfície, é o poder controlador totalmente hegemônico. Essa tarefa reque, para o seu adequado cumprimento, uma mistura sutil de teoria e investigação materialista (2013, p. 412).

Destacamos que tal estudo tem como base de análise os fundamentos sócio-históricos da abordagem materialista dialética, a qual possibilita apreender a questão social no contexto atual do movimento do capital financeiro, ao longo de quase uma década do século XXI. Os referenciais assinalados se constituíram num suporte às reflexões teóricas, capazes de fortalecer as indagações e capturar a lógica do objeto deste estudo, cujo movimento circunscreve em mão dupla, dualiza o *concreto e a essencialidade do fenômeno* (NETTO, 2001). Das inferências

introdutórias desse estudo, imprimi destacar que ensejamos a partir das reflexões que possamos contribuir para fortalecer o debate acerca da relação entre mulher e as políticas públicas de modo a levantar novos questionamentos. Entre outros anseios, esperamos que se renovem as questões de pesquisa, uma vez que, os rebatimentos e desmontes das políticas sob a agenda neoliberal tem gerado um quadro grave e preocupante, merecedor de novas atenções por parte da sociedade civil e dos estudiosos em suas produções acadêmicas.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Políticas públicas para mulheres e os desafios à visibilidade e à autonomia

A partir do novo milênio um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador, os avanços aparecem como contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente “progressista” e moralizador, entre-tanto, preserva os *mudos operandus* do *status quo* patriarcalista e autocrático. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditório, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher trabalhadora no acesso as políticas públicas.

Ao resgatar o caldo cultural patriarcalista e sexista presente no cotidiano das famílias que vivem no espaço brasileiro, marcadamente na região Norte e Nordeste, entendemos que a relevância do presente estudo justifica-se, mediante a possibilidade de resgatar elementos para pensar o sentido e o significado dos arranjos de políticas públicas dirigidas ao segmento mulher. Este ancorado sob o discurso emancipatório, ora contraditoriamente, reifica velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude da subordinação em que vivem as mulheres em suas múltiplas dimensões, ao que, compreendemos que na atualidade têm havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas dita emancipatórias.

No breve resgate histórico, é possível verificar desde os manuscritos inéditos de 1986 de autoria de Marx que *a primeira divisão do trabalho foi aquela travada entre homem e mulher para fins de procriação dos filhos*. Vale considerar que, o primeiro antagonismo de classe no entanto, que emergiu na história, coincide com o

antagonismo entre os gêneros no laço da relação de monogâmica.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo. Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre homem e mulher mediante o domínio exclusivo do primeiro (MARX E ENGELS, 1968).

É na sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero que tratou de estereotipá-la de frágil e submissa, estando o homem sempre no topo da hierarquia (WEBSTER, 1964). Essas diferenças criadas socialmente foram reforçadas pelo patriarcado e expressas no espaço público. Assim, a mulher passou a ser associada ao trabalho doméstico.

Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels: No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o pensamento de Marx abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...]

Possibilitou também uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas, as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. Assim é que essa teoria propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais”. Nesse âmbito, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres

Ao situarmos as particularidades históricas do Brasil, o pensamento social e histórico acerca da sociedade patriarcal revela a carga de estigmas que conformaram um cotidiano onde as mulheres cercaram-se de relações de subserviência, preconceito, de exclusão, medo e violência. Ao contrário da visão subjetivista e focalista, Marx concebe a “essência humana”, indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas Teses sobre Feuerbach, na qual consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (apud IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Contudo, vale sublinhar que as conquistas da mulher, particularmente,

quando foi inserida no mercado de trabalho, largamente demandada na divisão social e técnica do trabalho coletivo não se configuraram como um ganho apenas desse segmento, mas uma estratégia do capital em fortalecer seu exército de mão de obra mais barata. Tal compreensão não traduz uma mera negação das conquistas de espaço laboral às mulheres, inclusive na ocupação de melhores cargos e salários advindos de melhores acesso a educação.

Não pretendemos negar a luta e as conquistas travadas pelos sujeitos políticos organizados, rumo à educação e qualificação profissional enquanto mecanismos de inserção e inclusão nas políticas públicas no âmbito do espaço laboral. Além disso, consideramos que esse movimento foi engendrado mediante as organizações de mulheres de baixo pra cima, sob a perspectiva de conscientizá-las para desafiar a subordinação (MOSER, 1999).

Nesse percurso, os traços analíticos reatualizam-se nos dias atuais e repercutem conforme Mota (2010), em níveis de interpretações, no caso particular desse estudo, compreendemos as contradições do movimento que se configuram em avanços/conquistas e recuos, figuradas em teorias e retóricas pós-modernas, neoglobalizantes que vão na contramão dos anseios revolucionários. Nessa direção,

a expropriação e mercantilização de atividades consideradas domésticas e privadas não mercantis; e na superexploração das famílias, particularmente das mulheres dos países periféricos, que assumem duplas jornadas de trabalho, obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveriam ser de responsabilidade pública e estatal (DUQUEARRAZOLA, 2006, in. MOTA, 2010, p.31).

A força motriz desse processo encontra-se no interior da sociedade capitalista, a qual incorporou os membros da família na divisão sócio técnica do trabalho, inclusive a força do trabalho feminina (NETTO E BRAZ, 2008). Tal movimento chega na contemporaneidade refuncionalizado, aquela não inserida no trabalho doméstico, elas estão remodelando à esfera da produção, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizativas da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2008, p.154).

A histórica relações machistas e segregadoras da mulher, faz-se presente nos dias atuais, e se expressa na invisibilidade, ou ainda, nas relações de trabalho com os menores salários e crescente feminilização em nichos laborais desregulamentados e precarizados. No marco desse panorama, o papel do Estado refuncionaliza-se com base em políticas utilitaristas, cumprindo a função de agente catalisador do sistema capitalista, tendo como consequência a permanente desigualdade social e de gênero.

A partir do novo milênio, um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador os avanços aparecem contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente progressista e moralizador, preservando o *modus operandi* conservador da ordem. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditória, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher.

Certamente, os ganhos trazem explicações na intensa luta do movimento feminino de mulheres que passam apresentar os primeiros sintomas dessa revolução expressas nas taxas de fecundidade, nos níveis de educação, na participação no mercado de trabalho em sintonia com o novo papel da mulher na sociedade contemporânea, principalmente a partir do novo milênio (GOMES,2011)¹.

Essas mudanças têm refletido também nos avanços no campo jurídico e na agenda governamental que imprimiram o planejamento e gestão de políticas públicas para os diversos segmentos do grupo familiar. As demandas por um conjunto de políticas que emergiram da luta da sociedade civil a partir dos anos 1980, tiveram como resultado a implantação e execução de políticas universais e focalizadas em ações afirmativas dos sujeitos. Conforme Joaquim Barbosa Gomes, tais ações pode ser definidas como,

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate a discriminação de racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES,2001,p.40 2011).

Nas particularidades do meio rural esse debate também ganha espaço junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), as Mulheres Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc. As lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo incluem em seus repertórios o acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação/capacitação, alternativas de comercialização além das demandas e reivindicações das pessoas que vivem no espaço urbano, tais como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, enfim, independente se são demandas específicas ou

1. Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/PP-GeR,UFS,2012.

universais, o que se busca é a garantia dos direitos sociais assegurados por meio de legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas nacionais - Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais e as intervenções. Para isso, partiram de uma leitura de mundo de que,

no espaço agrário se via 'a emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apegam-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada' (JOFFILY, 2004. p. 9).

Entendeu-se que a mulher inserida no campesinato enfrentava cotidianamente dupla opressão. Uma pela questão de classe social e outra, pela questão de gênero, daí a luta ganha dimensão e força vindo a se articular com os movimentos urbanos. Assim, ao mobilizar-se, ergue-se uma bandeira de luta contra qualquer forma de discriminação e exclusão às mulheres trabalhadoras rurais.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas no Brasil têm nas últimas décadas do século XX e início do XXI erguido numa bandeira de luta por um novo projeto de agricultura camponesa para o país. Somam-se aos movimentos sociais globais, clamando por direitos universais, políticas públicas que fortaleçam as diferenças com igualdade no acesso aos serviços e riquezas socialmente produzidas. Suas agendas pontuam a defesa ao ambiente, a biodiversidade e a todas as formas de vida do planeta, na compreensão de que a luta se faz nos espaços públicos e coletivos continuamente contra as,

as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises, como sujeito da produção e reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SILVA, 2009.p. 8).

A inversão nessa lógica contraditória ganha fôlego e começa a dar sinais de mudanças por meio de ações articuladas dos movimentos e organizações feministas ao conjunto das políticas governamentais pactuadas com a sociedade civil na intenção de promover mecanismos de autonomia econômica e igualdade social às mulheres. Nas particularidades das políticas dirigidas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a discutir o ingresso da mulher na política pública do PRONAF em 2001 por pressão dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais entendendo que,

na contemporaneidade, não cabem às mulheres as funções reprodutivas, o trabalho doméstico; elas estão remodelando a esfera da

reprodução, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizações da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2005.p.154).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. Também, este órgão criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta institucionalidade fortalecida via o protagonismo social contribuiu para qualificar programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas visando à cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres. Essas ações contemplam garantia dos direitos a terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo (IIPNRA, 2004).

Certamente, a participação das mulheres em órgãos colegiados do desenvolvimento rural foi e continua sendo uma estratégia que fortalece a criação de novos espaços de participação e controle social. Atualmente, as mulheres têm representação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e nos Comitês Gestores do Programa e Documentação, do Programa de Organização Produtiva e do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito (MDA,2012).

Na esfera federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA) vem sendo traçadas ações de políticas públicas com recortes para inclusão da mulher no meio rural. Como prioridade para as diversas áreas de atuação do Governo Federal, especialmente as voltadas à efetivação da sua cidadania e aos direitos econômicos: documentação civil, terra, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher no campo e na floresta.

Dentre as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, destacamos a implantação, partir de 2003, do Programa Nacional de Reforma Agrária, em que o Incra ampliou os direitos das mulheres à terra. A portaria Nº 98 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural incluíram, em caráter obrigatório, a mulher e o homem, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

No que tangem às ações para promoção de renda para a autonomia foi lançado em março de 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) que se solidifica por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Coordenada pelo MDA pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o referido Programa conta com um Comitê Gestor Nacional constituído pelo governo federal e sociedade civil. Desde 2008, empreendimentos de mulheres têm direito a cota de 30% dos grupos produtivos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Entre outros ganhos, foi o crédito especial para as mulheres, o Pronaf (Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar) objetiva garantir a inclusão delas na gestão do crédito familiar. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005. Criaram-se instrumentos específicos de financiamento dirigidos às mulheres rurais de caráter individual e coletivo, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestores e gestoras, além de agentes financeiros e apoiaram-se diversas ações de difusão de experiências de acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Considerando a safra 2003/2004 até a atual safra: 2009/2010 mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 236 milhões de reais foram emprestados (MDA,2012).

Os avanços e ganhos simbolizam os marcos de uma “Era” em que a mulher tem ocupado espaços e centralidade frente as políticas públicas brasileiras. Os recortes afirmativos, tais como mulheres camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, catadoras de babaçu etc, fomentaram a política universal com claro respeito as necessidades particulares dos grupos sociais (IIPNRA;2003/2004).

Na dialética do movimento antagônico em que imperam a lógica da velha ordem, travestidas do moderno, do novo, entendemos que encortina o *fetiche*: se renova para conservar o *status quo* da hegemonia do capital financeiro. A nova retórica despolitizante da questão social, e naturalizante, tendência a se criar um imaginário que não ultrapassa a aparência do real.

Estudiosos das políticas sociais (BEHRING (2009); FALEIROS(2008), Netto(2008),Mota(2009) dentre outros, chamam a atenção para o quadro de embrionamento das políticas de bem-estar social, que logo foram dissipadas pelas orientações desregulatórias dos ajustes perversos da agenda neoliberal (TAVARES,2006). Assim sintetizavam Behring e Boschetti (2006) há um *des- monte*

do estado de direitos, nessa direção complementa Potyara Pereira,(1992) agora é a vez do cidadão consumidor.

Nesse difuso quadro panorâmico que trafegam as políticas públicas focadas para reparar a histórica exclusão da mulher brasileira com soluções técnicas, reeditando um viés das políticas públicas clássicas e marginais. A primeira busca realizar uma negociação entre novas e velhas forças sociais sem alterar as regras institucionais da sociedade tradicional e a segunda visa a manutenção do sistema capitalista e não pressupõe sequer a alteração da propriedade fundiária, criando, apenas, um conjunto de ações paliativas ou compensatórias (BEHRING,2009).

Conforme Behring (2009), hoje tem havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas, os interesses, seus sentidos e significados. Num recorte histórico que “na raiz da questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo— das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, forças que submetem o Estado, o qual passa a assumir o ônus das exigências dos mercados” (IAMAMOTO;2009.p.31). Daí, passamos a buscar o sentido da emergente política pública, no caso específico, o crédito produtivo dirigida para a mulher trabalhadora rural, num movimento entre conquistas democráticas e antagonicamente, políticas subsumidas aos interesses do capital.

3 | CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos nos levaram a considerar que, apesar da forte inserção da mulher na base legal constitucional, o protagonismo nos lócus de discussões das políticas públicas, a tão sonhada autonomia prende-se as inoperantes políticas focalistas e desuniversalizantes. Dai, entendemos em nossas análises que as mulheres e a visibilidade nas políticas públicas são reais, porém, fortemente marcada pela ausência de políticas efetivas e continuadas que não só despolitizam a dimensão de gênero como nega. Sublinhamos que embora a proposta de inserir a mulher na vida produtiva seja parte das reivindicações desses sujeitos em suas lutas cotidianas, a operacionalização destas traz em si, o cerne da própria reprodução das relações desigual e socialmente subalternizada da mulher trabalhadora rural.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. Família, aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

AMANDO, Maria Zélia Alves. O trabalho das mulheres nos agrossistemas – um estudo no projeto de assentamento Dandara em Malhador Sergipe,2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o Homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ªed. –São Paulo:Cortez,2011.

BEAUVOIR, Simone. A dominação masculina. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro:1999. Disponível em:<http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netma101/a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-boudieu>. Acessado em:25/09/2011.

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Política Social no contexto da crise capitalista. In.: direitos Sociais e competências sociais,2006.

CRUZ, M. H. S. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P. S. (org). *Educação, cidadania: questões contemporâneas* (pp. 92- 116). São Paulo: Cortez Editora, Rd. UFS, 2009.

GOHN, M. da G. (org). (2003). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOMES. A. Políticas Públicas e Gênero, In: Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça I GPP-GeR. Módulo 2, 2011.

IAMAMOTO, Marilda questão social no capitalismo. In: Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano II, n.3, jan./jul. 2001, Brasília, ABEPSS, Grafline, 2008.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991), fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

KONDER, Leandro. A utopia hoje, jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30/10/99.pptp. www.intermega.com.br/mssantos/cartas.htm. Site.66.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FISCHER, I. R., GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino**. Trabalhos para discussão, n. 130/ 2002. Disp: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>, acessado em 2011.

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 14/10/2020

Guélmér Júnior Almeida de Faria

Universidade Federal de Viçosa, Programa de
Pós-Graduação em Economia Rural
Viçosa-MG
<https://orcid.org/0000-0003-2089-3064>

Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0003-2586-4043>

RESUMO: O artigo procura evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas por mulheres rurais que migram para as cidades em busca por trabalho e consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade experienciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo. Através de uma abordagem qualitativa e por meio de um debate importante sobre trabalho/gênero, relacionado a

uma pesquisa de campo. A técnica de pesquisa utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes. Recorre-se à teoria da interseccionalidades, com vista a explicar os fatores que podem vulnerabilizar às mulheres-migrantes-domésticas no domínio das relações do trabalho. Verificam-se como as interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres podem vislumbrar uma maior capacidade de agência (possibilidade de ação do sujeito) e contribuir como ferramenta analítica para a compreensão da articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades, Trabalho Doméstico, Migrações Rurais-Urbanas, Mulheres, Interseccionalidades.

AN ANALYSIS OF INTERSECTIONALITIES FROM WOMEN WHO MIGRATE INTERNALLY TO WORK AS DOMESTIC

ABSTRACT: The article seeks to highlight domestic work as a manifestation of the sums of inequalities experienced by rural women who migrate to cities in search of work and we consider that the analyzes performed favor the clarification to deal with a relevant aspect of the Brazilian rural-urban context that is linked the difficult reality experienced by hundreds or thousands of women from the countryside. Through a qualitative approach and through an important debate on work / gender, related to field research. The research technique used is that of participant observation based on in-depth interviews and contact with informants. The

theory of intersectionality is used, in order to explain the factors that may make women-migrants-domestic workers vulnerable in the field of labor relations. It is verified how the intersectionality of rural-urban migrations of women can envision a greater capacity for agency (possibility of action by the subject) and contribute as an analytical tool for understanding the articulation of multiple differences and inequalities.

KEYWORDS: Inequalities, Domestic Work, Rural-Urban Migration, Women, Intersectionality

1 | INTRODUÇÃO

Pensar como na atualidade a centralidade do trabalho doméstico para as mulheres carrega os meandros da expressão das desigualdades. O trabalho doméstico retrata uma complexidade experienciada por classe, raça, gênero que se sobrepõe as dimensões do controle da vida das mulheres e a emergência das desigualdades estruturais perpetuadas. Apesar das mudanças observadas na diminuição do trabalho infante-juvenil, da metamorfose das relações de trabalho (mensalistas que dormem no domicílio a diaristas), envelhecimento profissional da classe, redução da idade para ingresso nesta atividade, maior qualificação das mulheres, entre outras, o trabalho doméstico segundo Bernardino-Costa (2015, p. 147), “ainda continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, especialmente mulheres negras”.

De acordo com a 99ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010, p. 1), “o trabalho doméstico é uma significativa fonte de ocupação para muitas mulheres no mundo e porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres mais pobres sendo negras, em sua maioria”.

Segundo a 99ª Conferência Internacional do Trabalho/OIT (2015, p. 2), “a demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido em todas as partes do mundo, na América Latina e Caribe, 14 milhões de mulheres são trabalhadoras domésticas sendo esta a profissão que mais ocupa mulheres na região (14% da ocupação feminina)”. O relatório indicou que no mundo existem cerca de 52,6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico. No entanto, também alerta sobre a dificuldade para recolher números e dados sobre uma ocupação que se realiza a portas fechadas e recorda que segundo estimativas da própria OIT o número poderia ser de até 100 milhões de pessoas no mundo.

E pensando numa sociedade como a brasileira, onde há anos este serviço esteve à franja do mercado, em constante oscilação, nota-se uma transformação gradual dentro da própria categoria “doméstica”. O aquecimento do mercado de trabalho, crescimento econômico e dinamismo da economia, geraram novos postos de trabalho, como as empresas de telemarketing, que mesmo se configurando em outra forma de precarização de trabalho têm recebido esta mão-de-obra (FARIA;

MACEDO, 2013, p. 21).

Uma das explicações está ligada ao reconhecimento da atividade, a ampliação do mercado de trabalho e uma maior qualificação das mulheres (FARIA; MACEDO, 2013, p. 22).

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2015), o contingente de trabalhadores domésticos voltou a aumentar no início de 2015 no Brasil. Ao todo, 6,019 milhões de pessoas estavam nesta condição de ocupação no primeiro trimestre deste ano, contra 5,929 milhões em 2014. A formalização de fato aumentou em um ano. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada subiram para 32,3% no primeiro trimestre de 2015, contra 31,5% de 2014.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2015) percebem-se mudanças crescentes na inserção dos trabalhadores domésticos nos mercados de trabalho regionais, ainda que não se possam distinguir, com precisão, quantas delas decorrem da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013 (PEC das Domésticas) e o quanto são determinadas pelos movimentos da conjuntura econômica do país. A categoria, por sua vez, quantitativamente relevante, é caracterizada por ainda ser uma das mais importantes alternativas de inserção ocupacional feminina na sociedade brasileira.

Dados do IBGE (2016) revelam que em abril de 2016 havia 6.294.505 milhões de trabalhadores domésticos. Nesse cenário pós-implantação da PEC das domésticas em março de 2016, os trabalhadores domésticos com registro em carteira eram 2.169.529 e os que ainda se encontravam na informalidade somavam 4.050.975 milhões. Se compararmos com o período anterior a PEC em maio de 2015 quando o registro em carteira era de 1.917.267 milhões contra 4.083.991 milhões sem registro em carteira.

De acordo com Melo (1998, p. 1), “o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras”.

Nesse sentido, Dutra (2012, p. 2) “[...] observa que muitas mulheres ao redor do mundo acabam decidindo migrar como alternativa para escapar das situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho”.

Caracteriza-se essa ocupação como uma das mais precárias do universo laboral, justamente por padecer de alto grau de preconceitos sociais e culturais, oriundos da atribuição imputada às mulheres em relação aos afazeres domésticos, sendo as trabalhadoras desvalorizadas socialmente, sofrendo discriminação étnico-social.

Portanto, ao abordar a questão do trabalho doméstico é necessário elencar a discussão em torno das relações de gênero. Para Saffiotti (1999) o conceito de

gênero no trabalho doméstico está intimamente relacionado com a questão de classe social, pois a mulher que trabalha como empregada exerce essa tarefa para outra mulher com um poder aquisitivo maior que o seu.

A divisão sócio sexual como constata Nogueira (2010, p. 59), “[...] expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, na desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo”.

Para Durham (1984) a posição da mulher na sociedade está condicionada pela divisão sexual do trabalho que se reproduz no âmbito familiar. Segundo ela, a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos está presente, historicamente, em todas as sociedades humanas. O que não quer dizer que as formas dessa divisão sexual são idênticas. Na verdade são extremamente variadas no tempo e no espaço, assim como é variada também a rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e próprias às mulheres.

Do ponto de vista das relações de gênero, convencionou-se atrelar trabalho doméstico à mulher, como algo já naturalizado. A perspectiva geracional concatena com os papéis desempenhados pela geração familiar, uma vez que é transmitido por avó-mãe-filha. E ainda muitos autores abordam o fenômeno de racialização no trabalho doméstico, onde se verifica o estigma nas relações entre os agentes sociais do trabalho doméstico.

Outro aspecto importante que não é abordado na maioria dos estudos é a questão regional. Sabemos que, num país de dimensão continental como o Brasil, a cultura e as características de cada região não tendem à homogeneidade. São identidades diversas, que geram comportamentos e atitudes diferenciados por parte da população e que deveriam ser incluídas na interpretação das pesquisas em relação às mulheres que trabalham em funções domésticas.

Nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais chama atenção o maior grau de informalidade do trabalho doméstico: as domésticas mensalistas sem carteira assinada representam mais da metade dessas trabalhadoras (BOLETIM PAD/FJP, 2011).

Este fenômeno social se apresenta recôndito no seio da sociedade brasileira atual, mesmo quando ganha visibilidade por envolver questões relativas às mulheres permanece sendo tratado por vieses binários de interpretação das desigualdades. Conforme aponta Crenshaw (2002, p. 174), “há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça”.

Entretanto, Piscitelli (2008) explicita seus pressupostos dizendo que a teoria

das interseccionalidades permite diversas abordagens e assim ao articulá-la com as diferenciações vão variar em função de como se pensa a diferença e poder. “Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Logo, este texto procura evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas por mulheres rurais que migram para as cidades em busca por trabalho e consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade vivenciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo. O artigo procura demonstrar como as interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres podem vislumbrar uma maior capacidade de agência (possibilidade de ação do sujeito) e contribuir como ferramenta analítica para a compreensão da articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

2 | NOTAS METODÓLOGICAS

Esse artigo pretende através de uma abordagem qualitativa dialogar com as diferentes áreas das Humanidades, por meio de um debate importante sobre trabalho/gênero, relacionado a uma pesquisa de campo. Na visão de Paula (2009, p. 33), “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

As migrações podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica “clássica” de Paul Singer, que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por José de Souza Martins em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade social.

A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

A comunidade de Muquém em Mirabela-MG foi escolhida como sendo um dos locais, pois segundo Fonseca (2010, p. 2) “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

O **Quadro 1** caracteriza as entrevistadas que têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos. A maioria são naturais de Mirabela-MG e uma é natural de Patis-MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas, e quatro solteiras.

Os rendimentos variam de 800,00 reais a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto, abandonaram ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

| Entrevistada | Idade | Naturalidade | Idade de chegada |
|--------------|---------|--------------|------------------|
| Aparecida | 21 anos | Mirabela-MG | 16 anos |
| Janaína | 20 anos | Mirabela-MG | 15 anos |
| Penha | 23 anos | Mirabela-MG | 17 anos |
| Marilda | 27 anos | Mirabela-MG | 19 anos |
| Lídia | 28 anos | Patis-MG | 18 anos |

Quadro 1. Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Fonte: Guélmer Faria (2014)

Deste modo, as trajetórias destas mulheres mostraram que as migrações não são meros deslocamentos demográficos num determinado território, mas, sobretudo pensar nessa trajetória a partir do espaço entre o partir e o ficar. Com base na trajetória e nos dados da pesquisa, foi construído um fluxograma (Figura 1), com o objetivo de demonstrar os elementos que aparecem no processo migratório, identificando a origem (Muquém), o destino (Montes Claros) e o trabalho doméstico (intermediário).

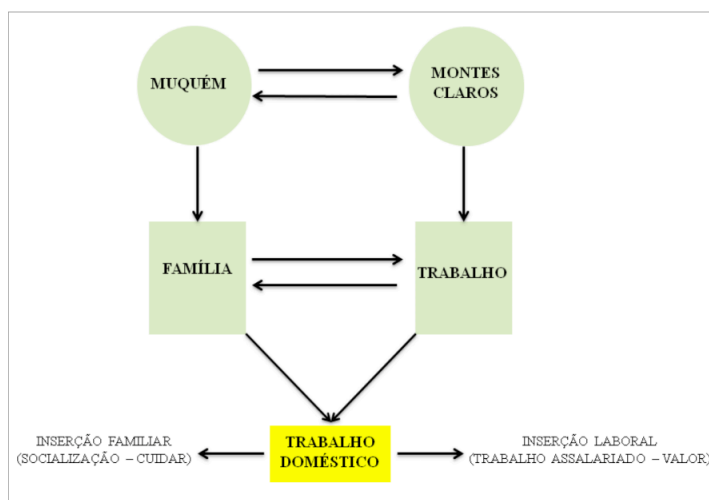


Figura 1. Fluxograma da trajetória das migrações femininas

Fonte: Guélmer Faria (2014).

3 I AS INTERSECCIONALIDADES DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS DE MULHERES

Atualmente, o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, evidencia o recrutamento de trabalhadores para certos setores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado o apelo a fluxos contínuos e intensos de migração feminina (WALL et al., 2008, p. 604).

Para Lisboa (2007, p. 154), via de regra, ocorre um fluxo predominante de certos países para outros, geralmente em função dos processos seculares de colonização: as norte-africanas vão trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, dominicanas e outras latino-americanas vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as Filipinas e indonésias são as preferidas na Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, da Eritréia ou da Etiópia, vão trabalhar na Grécia e na Itália; por sua vez as polonesas e russas têm ido em número cada vez maior para França, Itália, Alemanha e Espanha.

É também nesse sentido que se identifica “a existência de cadeias globais de cuidados (*care*), referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados – prestados a crianças, idosos e doentes – protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações” (WALL et al., 2008, p. 604).

Em relação às migrações internas no Brasil de mulheres para o trabalho doméstico urbano, Lisboa (2007, p. 810) apontou como motivos as seguintes questões:

- 1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

A experiência de mulheres migrantes rurais é sentida por aspectos que não podem ser desconectados levando em conta uma ou duas categorias de diferenciação, tais como gênero e raça, por exemplo. Do ponto de vista de Piscitelli (2008, p. 269), à maneira de Scott (1998), pensando não em indivíduos “que

têm” experiências, mas em “sujeitos constituídos mediante a experiência”. Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Quando questionadas como se deu a sua transferência do campo para a cidade algumas falas das entrevistadas foram: “*Deu vontade. Eu via na minha comunidade, toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.*” (Aparecida, 21 anos).

Do ponto de vista de Crenshaw (2002, p. 176), a discriminação interseccional “é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação”. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível.

Portanto, a formação do discurso carrega em si o lugar de poder, Brah (2006) afirma que não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de trabalhadoras domésticas e patroas são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam (BRAH, 2006).

Minha patroa, ela é uma pessoa super legal, por ser mais nova ela não tem muitas manias, eu faço do jeito que eu quero o serviço. Trabalhar pra gente mais velha não dá, elas gostam das coisas do jeito delas. Eu adoro minha patroa. (Marilda, 27 anos).

De acordo com Bernardino-Costa (2015, p. 151), o conceito de interseccionalidade “é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades”. Crenshaw (2002) enfatiza como a interseccionalidade de raça, classe e gênero produzem opressões e desempoderamento. Quando se analisa os projetos de vida dessas mulheres o relato a seguir exemplifica a sobre carga de trabalho e de mudança de vida: “*Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser.*” (Janaína, 20 anos).

Na visão de Dutra (2012), são processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém muito efetivas. E a condição de gênero, o ser mulher, constitui-se a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantém a migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica. Algumas afirmam em suas entrevistas que sempre quando perguntadas se são

trabalhadoras domésticas, dizem que sim.

Falo sim. Na época que estamos vivendo se a gente não estudar não arranja nada, até pra ser doméstica tem que estudar, eu sou doméstica, minha mãe foi doméstica. Nosso trabalho é digno como de qualquer outra pessoa. (Lídia, 28 anos).

Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também. (Penha, 23 anos).

Consoante a este estudo, Bernardino-Costa (2015) chama atenção para a verificação da colonialidade do poder e a noção de interseccionalidade que permitem aprofundar o entendimento do sistema hierárquico e as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas. Não somente permitem entender uma naturalização – ou até mesmo um aprisionamento – do corpo e da imagem da mulher a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais), como também permitem perceber como alguns eixos de poder - raça, classe, gênero, idade – sobrepõe-se e se cruzam, gerando e reforçando opressões.

A análise da forma como distintos marcadores de diferença (**Quadro 2**), interagem entre si é fundamental para a compreensão das trajetórias das migrantes rurais trabalhadoras domésticas urbanas, pois a posição que essas mulheres ocupam na sociedade de acolhimento é resultado de um processo de interdependência de diversos eixos de diferenciação (LUGONES, 2008).

| Diferenças | Características | Exemplos |
|--------------------------|--|--|
| Linguística | Chamar pelo nome Patroas: Sobrenome Empregada Doméstica: Primeiro Nome | Patroa: Dona, Oliveira Doméstica: Maria |
| | Referências nominais Chamar as empregadas domésticas por: moça, menina, rapariga, guria. Chamar as patroas por: senhora, dona, madrinha. | |
| Divisão espacial da casa | Divisão em área social e local de trabalho da doméstica (iniquidade ao direito de uso do espaço). | Piscina e sala de visita não são locais apropriados para empregadas. |
| | Controle do espaço de local de trabalho Tamanho e condições | “Lugar de empregada é na cozinha!” |
| | Tamanho e condições do quarto da empregada doméstica | Menor cômodo, sem ventilação e sem luz natural. |
| Maternagem | Tratamento da patroa em relação às empregadas como crianças, filhas. | Repassam roupas, sapatos, acessórios, móveis, acessórios usados. |

Quadro 2. Diferenças entre patroas e empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Fonte: Organização própria a partir de Lisboa (2007).

Portanto, quando se fala nas várias formas de discriminação em relação à mulher, como, por exemplo, a mulher negra, a mulher pobre, a mulher migrante, a mulher portadora de deficiência, a mulher lésbica, a mulher doméstica, não necessariamente está se tratando de grupos diferentes de discriminação, visto que muitas vezes tais expressões de discriminação se mesclam, pois em alguns momentos a mesma mulher poderá a vir a sofrer, ao mesmo tempo as variadas formas de discriminação tendo em vista que tais grupos podem ser sobrepostos (CRENSHAW, 2013).

A experiência de mulheres migrantes rurais inseridas no trabalho doméstico urbano pode ser articulada, na visão de Brah (2006, p. 365), “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas na migração feminina de comunidades rurais para atuar no trabalho doméstico nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade vivida por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo.

Considera o trabalho doméstico como expressão da soma das desigualdades e ciclo histórico de desigualdade estruturante e de discriminação sistêmica um campo de análise para as interseccionalidades, pensando nas classificações, diferenciações e dimensões de forma relacional e articulada. Enfatizamos, ao longo do artigo, que os marcadores de diferença de classe, raça e gênero podem operar para gerar desigualdades, desvantagens, vulnerabilidade e opressões.

Assim, o problema do trabalho doméstico no Brasil permanece sob a roupagem de problema de classe, de gênero e de raça, aspectos até hoje associados e indissociáveis. Logo, as articulações entre essas esferas posicionam as migrantes em nível inferior, colaborando para sua inserção marginal no mercado de trabalho.

Finalmente, as negociações de construção de suas subjetividades nesse processo conflitivo, segundo Brah (2006), abrem possibilidades para a agência. De um lado a luta contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, a busca por valorização e reconhecimento da profissão, proporcionando maior empoderamento e visibilidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, jan./abril, p. 147-163, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

Boletim PAD-MG. **Mercado de trabalho e Gênero**, ano 1, n. 1, maio 2011 –.....Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.

_____. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2013. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/.../Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em 23 de mai. de 2015.

DUTRA, Delia. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade**. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2012.

DURHAM, Eunice Ramos. **A caminho da Cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de, MACEDO, Luiz Antônio Matos de. **Sociedade em desenvolvimento: as implicações sobre o trabalho doméstico**. Colóquio Internacional: Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT7.pdf>. Acessado em 23 de mar. 2015.

FONSECA, Gildete Soares. **Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses**. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LISBOA, Tereza Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 15, p. 805-821, set. /dez. 2007.

LUGONES, María. "Colonialidad y Género". **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MELO, Hildete Pereira. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 1998.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, Marília, ano 4, n. 6, p. 59-62, agosto de 2010.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 99ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). **O Trabalho Doméstico compõe a pauta de discussão da 99ª Conferência Internacional do Trabalho**. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229492.pdf. Acessado em: 15 de jun. 2015.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico**. [Periódico da internet] 2010. [Acesso em: 04/12/12] Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf. Acesso em: 23 mai. 2016.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. **TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais**. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Trabalho Doméstico Remunerado**, abril de 2015. Disponível em: www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014EmpregoDomestico.pdf. Acessado em: 14 de jun. 2015.

PISCITELLI, Adriana. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 1º Trimestre de 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf. Acessado em 13 de junho de 2015.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press, 1988.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WALL, Karin; NUNES, Cátia; MATIAS, Ana Raquel. **Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um crochê transnacional de serviços e cuidados no feminino**. Disponível em: www.ics.ul.pt/.../Karin%20Wall%20Publicações%202008%20nº.... Acesso em 8 de Julho de 2012.

CAPÍTULO 12

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 10/11/2020

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora – Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/0224301047354520>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de discutir as relações entre a organização dos ambientes da creche e a construção de identidades de gênero e sexualidade, enfocando práticas de separação espacial entre meninos e meninas, e como as crianças ressignificam as imposições culturais. O trabalho tem como referencial teórico a perspectiva histórico-cultural de Lev Vigostki, segundo a qual as relações humanas são históricas e socialmente situadas. Entendemos que a organização espacial e a construção de gênero e sexualidade são processos sócio-históricos, assim como as relações estabelecidas entre eles. Produzimos os dados por meio de observações e notas de campo referentes a episódios ocorridos em uma creche. Os resultados apontam para a necessidade da criação de contextos de formação em serviço de profissionais de creche para a reflexão crítica dessas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade e gênero. Organização espacial. Criança. Creche.

GENDER AND SEXUALITY CONSTRUCTION IN SPACE OF DAY- CARE CENTER

ABSTRACT: This article aims to discuss the relationships between the spatial organization of day-care centers and the construction of gender and sexuality identities, focusing on practices of spatial separation between boys and girls, and how children resignify cultural impositions. The work is based on the historical-cultural perspective of Lev Vigostki, in which human relations are historically and socially situated. We understand that the spatial organization and the construction of gender and sexuality are socio-historical processes, as well as the relationships established between them. The data analyzed in the study is based on observations and field notes referring to episodes that occurred in a day-care center. The results point to the need to create in-service training contexts for day-care professionals to critically reflect on these issues.

KEYWORDS: Sexuality and gender. Spatial organization. Child. Day-care center.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observamos o crescimento do número de estudos sobre os modos como a infância tem sido experienciada na creche, porém são escassos os trabalhos que discutem a construção de identidades de gênero e identidades sexuais, particularmente abordando a relação entre a organização dos ambientes e essas construções. Pensamos que

os espaços da creche são não simples cenários onde crianças e adultos vivenciam suas sexualidades, mas, sobretudo, elementos constitutivos dessas sexualidades.

Adotamos a expressão “espaço geográfico” para marcar a presença humana na compreensão do conceito de espaço (Lopes, 2012). Na formulação do geógrafo Milton Santos (1999), o espaço geográfico é uma invenção humana, um híbrido, apresentando-se como um composto de “forma conteúdo” cujo significado só emerge quando a forma (material) e o conteúdo (social) são vistos em conjunto, dialeticamente, constituindo uma unidade indissociável. Isto significa dizer que o espaço não abrange somente aquilo que é concreto, a forma; ele se constitui como campo de relações dialéticas, de tensões e embates permanentes, sendo, portanto, um elemento processual.

Desde o surgimento da creche, no século XVIII, a organização dos espaços tem sido movida pela lógica da disciplina e do controle dos corpos infantis, determinando lugares, tempos e comportamentos permitidos e proibidos. Acompanhando outras instituições disciplinares da época, como a escola, a creche tem delimitado seus espaços, produzindo lugares para meninos e lugares para meninas, baseada em determinadas características convencionadas como “a” referência de menino e menina em nossa cultura (FELIPE E GUIZZO, 2004), que, através de práticas repetitivas e automatizadas, foram sendo naturalizadas. As maneiras de os adultos lidarem com as questões de gênero e sexualidade em crianças pequenas estão alinhavadas pela ideia de “natureza”, isto é, a crença de que existe uma essência masculina ou feminina nos comportamentos humanos (FELIPE E GUIZZO, 2004; LOURO, 1997).

Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre a organização dos ambientes e a construção de identidades de gênero e sexualidade, enfocando práticas de separação espacial entre meninos e meninas desenvolvidas por educadoras, bem como conhecer suas estratégias e das crianças para subverterem a lógica da segmentação sexual, ressignificando os ambientes para múltiplas vivências das sexualidades e a construção de gênero.

SEXUALIDADE, GÊNERO E ESPAÇO: CONSTRUÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS

Partimos de uma perspectiva interdisciplinar e histórico cultural de sexualidade, gênero e espaço, concebendo-os como processos sócio-histórico-culturais, assim como as relações estabelecidas entre eles. Propomos um diálogo entre Psicologia, Educação, História e Geografia para problematizar o planejamento e a organização dos ambientes da creche e o uso e as transformações que as crianças produzem neles desde muito pequenas.

Para a Psicologia Histórico-Cultural, apoiada no pensamento de Vigotski, o ser humano é um ser cultural, isto é, produto e produtor de cultura (instrumentos que transformam a natureza e a si próprio). Nesta abordagem, não existe natureza humana, entendida como essência abstrata, universal e imutável. Os fenômenos psicológicos, tais como a sexualidade e o gênero, portanto, são construções humanas, fruto das vivências pessoais, norteadas pelo coletivo e pela cultura de uma sociedade.

A historiadora Guacira Louro (2000) argumenta que a sexualidade se refere aos modos como as pessoas vivem seus prazeres e desejos numa determinada época e sociedade. Como tal, é construída nas e pelas relações sociais antes mesmo do nascimento de cada sujeito, seja pelas expectativas da família, pelo significado do nascimento de um menino ou uma menina etc. Portanto, a sexualidade não é um aspecto natural e imutável do humano, isto é, algo que se manifesta do mesmo modo em todas as pessoas e não se transforma. Ao contrário, ela se apresenta de formas plurais e se constitui num “campo eminentemente construído por atribuições sociais sobre como devemos agir, desejar, ser, conduzir, lidar com nossos prazeres e desejos” (XAVIER FILHA, 2012, p.26).

A marca cultural está presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, notadamente no modo como os adultos cuidam e educam as crianças, diferenciando-as em meninos e meninas, mesmo quando elas ainda são bem pequenas. No entanto, as crianças não são passivas a essas práticas. Desde muito cedo, elas negociam significados (coletivo/social), atribuindo-lhes novos sentidos (pessoal/individual).

O conceito de gênero se refere exatamente aos significados que as sociedades conferem aos sexos. Em geral, a identidade gênero tem sido olhada a partir da lógica binária rígida do masculino ou feminino. Louro (1997, p.65) adverte para a necessidade de adotarmos: “(...) um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero (...)”

Cada sociedade cria regras para o comportamento sexual dos indivíduos que se constituem em parâmetros de normalidade e desvio. Ainda, de acordo com essa autora (1997), as sociedades elegem determinados atributos para imprimir uma identidade masculina ou feminina “normal” e imutável. Na nossa sociedade, ela é expressa na identidade heterossexual. Para garantir essa sexualidade normal, as brincadeiras são separadas por gênero masculino e feminino em diferentes áreas de um mesmo ambiente, tais como o canto da casinha e o canto da beleza, formado por artefatos culturais (geralmente na cor rosa) histórica e socialmente destinados às meninas. Percebemos que esses artefatos estão historicamente organizados por distribuições espaciais.

Seguindo a perspectiva de Santos, no campo da Psicologia, Vigotski (1935/2010) aponta para a necessidade de conceber o espaço numa dimensão dialética na qual espaço e pessoa não se opõem; ao contrário, eles se constituem na relação de interdependência.

Com base nesse argumento, podemos dizer que as crianças ressignificam os ambientes, seja aqueles que nós, adultos, qualificamos como adequados e propícios à aprendizagem e ao desenvolvimento, seja aqueles que acreditamos serem precários e inadequados para a infância. O espaço é sempre um campo de possibilidades onde cada sujeito produz o seu (MOREIRA, 2011). Assim, o mesmo ambiente pode ser bem diferente para cada um. Isto pode ser observado quando as crianças transpõem as fronteiras do que é convencionalizado comportamento masculino ou feminino. Assim, muitas vezes, objetos, mobiliários, personagens e enredos são ressignificados nas brincadeiras de faz de conta.

Meninos e meninas, por conseguinte, vão aprendendo, desde muito cedo, que “devem estar em mundos separados, que suas experiências não devem ser compartilhadas com o que consideram o sexo oposto” (FELIPE E GUIZZO, 2004, p. 34). Conforme sinaliza Xavier Filha (2012), a sexualidade na infância é um tema que aflige os profissionais de creche, sobretudo quando as crianças se comportam na contramão daquilo que é estabelecido como a referência de “ser menino” ou “ser menina”, e o que elas e eles podem ou devem fazer.

Nesse sentido, a creche têm privilegiado organizações espaciais que favorecem a separação das crianças, uma das outras, com base nas diferenças supostamente naturais de gênero, como estratégia de controle e intervenção nas experiências com o corpo, a sexualidade e o gênero.

Louro (1997) cita o estudo etnográfico de Thorne (1993) que descreve várias situações de brincadeiras e jogos entre crianças pequenas nas quais elas subvertem a dicotomia entre meninos e meninas. Isto sugere que os ambientes deveriam ser organizados para que pudessem brincar juntos e quando quisessem, além de favorecerem diferentes formas de vivenciar os prazeres e as sensações do corpo e as possibilidades de autoconhecimento. Para Xavier Filha (2012) isto seria um “ambiente acolhedor”, um espaço de educação para a sexualidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados foram produzidos numa creche conveniada do município de Juiz de Fora – MG que atende a crianças de baixa renda. Os sujeitos da pesquisa foram crianças e suas respectivas educadoras.

Os dados foram gerados a partir de observações das crianças e educadoras na creche, registradas em notas de campo. Foram produzidos textos contendo

episódios do dia a dia dos sujeitos da investigação, denominados por Ibiapina (2008, p. 105) de “narração realista”, que a mesma define ser nesta que “o pesquisador torna-se o menos visível possível, descrevendo os fatos com o distanciamento necessário”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Destacamos as observações na creche sobre as disposições dos meninos e meninas nestes espaços e as falas e ações das educadoras. Os ambientes, geralmente, são organizados com base nos gêneros masculino e feminino, mas as crianças ressignificam-os e atribuem outros sentidos a partir de seus desejos e necessidades.

Na sala a educadora explicou que tinha uma surpresa para as crianças, (...) novos brinquedos, ela mostraria, mas não poderiam brincar naquele dia porque diversas crianças estavam ausentes. Disse que tinha brinquedos para os meninos e para as meninas. Primeiro ia mostrar para os meninos. Pegou a sacola dos carrinhos e despejou na mesa, depois disse ter algo para as meninas, pegou a sacola das bonecas e despejou na mesa. Porém, um menino pegou uma boneca e as meninas carrinhos não escolhidos pelos meninos. (Nota de campo de 20/11/2015.)

Podemos perceber a preocupação em garantir a sexualidade dita como normal, quando a educadora distribui os brinquedos, separando os gêneros masculino e feminino. No entanto, as crianças subverteram as ordens impostas.

Entendemos que a brincadeira tem o objetivo de propiciar o desenvolvimento das crianças, especialmente o desenvolvimento da imaginação ou fantasia, que se constitui na base da atividade criadora (VIGOTSKI, 2009). Nesse sentido, “(...) a criação é condição necessária da existência, e tudo que ultrapassa os limites da rotina, (...) deve sua origem ao processo de criação do homem” (VIGOTSKI, 2009, p. 16). Além disso, comenta o autor, ao brincarem as crianças expressam a verdadeira criação. As crianças constroem sua sexualidade interagindo com os artefatos culturais, tais como, objetos, brinquedos, vestimentas etc. A creche deve possibilitar experiências diversificadas para as crianças de modo que elas possam construir conhecimento de si e do mundo.

Em outro episódio podemos perceber como as crianças assumem os “papeis de meninos e meninas”:

Havia um menino muito sorridente, o tempo todo ele ficou brincando de correr e me dar abraço. Em um momento comentei com uma das educadoras o quanto ele era carinhoso, ela me respondeu que ele era todo dia assim, um pouco “afeminado”, mas muito carinhoso. (Dados da nota de campo de 26 de Fevereiro de 2016).

A fala da educadora nos remete a um contexto social mais amplo no qual

a creche também está inserida, em que a qualidade de carinhoso é comumente atribuída ao gênero feminino, sensível. Demonstra ainda a necessidade de rotular entre o comportamento compatível, de acordo com as construções culturais, como sendo de menino ou menina. E se foge ao padrão a necessidade de nomear como “afeminado”.

Assim, mais do que uma preocupação com a ocorrência de um “desvio” de sexualidade, existe o fantasma da desvalorização e da desqualificação. Louro (1997, p.84) argumenta: “Questões como essas sem dúvida nos remetem para a temática da diferença, das desigualdades, do poder.”

Nossa cultura determina artefatos específicos para separar meninos e meninas, como brinquedos, roupas e cores. Muitos adultos acreditam que ao transpor essa fronteira a sexualidade da criança estará comprometida, isto é, a criança poderá se tornar homossexual. Não raras vezes, ao menino que gosta de brincar com objetos histórico e socialmente direcionado às meninas, como as bonecas, é conferido compulsoriamente o rótulo de “futuro homossexual” (XAVIER FILHA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo apontam para a necessidade da criação de contextos de formação em serviço de profissionais de creche voltados para a reflexão crítica e coletiva dessas questões. As educadoras denunciam em suas ações o quanto a temática da sexualidade está silenciada em sua formação profissional. Segundo Ferrari (2002), “O silêncio parece ser a garantia da norma, dos valores e dos comportamentos valorizados.”

Também, evidencia algumas estratégias utilizadas pelas crianças para romper com a lógica da segmentação sexual.

Esperamos que as discussões que ora trouxemos possam contribuir para que os espaços de formação dos profissionais de creche – educadoras e educadores da infância – possam refletir criticamente sobre as suas práticas educativas, organizando os ambientes para acolherem as diferentes expressividades das crianças de sexualidades, gêneros e corpos, e, assim, promover uma educação significativa para a sexualidade.

REFERÊNCIAS

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D. E.; SOARES, R. F. R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERRARI, A. Diferença, igualdade e formação de identidade no contexto escolar. **Revista Instrumento** v.2, n 1, mai. 2000, Ed. UFJF.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimento. Brasília. Líber Livro Editora, 2008.

LOPES, J.J. M. Os bebês, as crianças pequenas e suas condições histórico-geográficas: algumas notas para debate teórico-metodológico. **Educação em foco**. Edição especial. Juiz de Fora, ago, p. 151-161, 2012.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.2, n. 25, p.59-75, jan/jun. 2000.

MOREIRA, A. R. C. P. **Ambientes da infância e a formação do educador**: arranjo espacial no berçário. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed.. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O espaço geográfico, um híbrido. In: _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 72-88.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. São Paulo: Ática, 2009.

_____. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v.21, n.4, p. 681-701, 2010. Tradução de Márcia Pileggi Vinha.

XAVIER FILHA, C. As dores e as delícias de trabalhar com as temáticas de gênero, sexualidades e diversidades na formação docente. In: SOUZA, L. L.; ROCHA, S. A. da. **Formação de educadores, gênero e diversidade**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Data de aceite: 27/11/2020

Edna Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

<http://lattes.cnpq.br/8210290695408750>

RESUMO: Este artigo, com enfoque nos tabus acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes e a formação de professores, objetiva identificar e analisar os possíveis obstáculos e desafios que impedem a atuação dos educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos. Existem obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de relatos de abuso sexual dos educandos? Para responder à essa pergunta, foi aplicado um questionário a noventa educadores em três escolas municipais de São Paulo onde ocorreu a pesquisa, com o objetivo de evidenciar o grau de (des) conhecimento, obstáculos e posicionamento dos educadores em relação à violência contra os educandos com enfoque na violência sexual, incluindo os tabus. A análise orientou-se pela Teoria Crítica da Sociedade, levando-se em conta as seguintes noções: coisificação da consciência, barbárie, frieza nas relações humanas, desumanização e não identificação com o outro. Os dados da pesquisa indicam que os educadores estão cientes de alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes. Por isso, os educadores não só necessitam de uma formação

que permita capacitá-los para atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos, como também esperam que ela se concretize.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual, tabus, educandos e educadores.

CHALLENGES FACED BY EDUCATORS ABOUT SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: TABOOS AND EDUCATION

ABSTRACT: This article focuses on taboos about sexual violence against children and adolescents and the training of teachers. It aims to identify and analyze the possible obstacles and challenges that prevent educators from handling situations of sexual violence against students. Are there any obstacles that prevent educators from reporting sexual abuse situations among students? A questionnaire was applied to ninety educators in the three municipal schools in São Paulo where the research took place, to answer this question and highlight the degree of knowledge or unfamiliarity with the subject, obstacles and positioning of educators concerning violence against students focusing on sexual violence, including taboos. The analysis was guided by the Critical Theory of Society, considering the following notions: objectification of conscience, barbarism, coldness in human relations, dehumanization and non-identification with the other. The survey data indicates that educators are aware of some obstacles and challenges to be faced about sexual violence against children and adolescents. For this reason, educators not only need instructions that will enable them to act

safely and effectively to combat sexual violence against their students, but they also expect it to become a reality.

KEYWORDS: Sexual violence, taboo, students and educators.

INTRODUÇÃO

A violência como fenômeno é inerente à estrutura social de um tempo histórico determinado pelas condições objetivas e culturais de um povo e do local ao qual ele está inserido. Os medos e as idiosincrasias atuais, os traços de caráter escarnecidos e detestados, podem ser interpretados como marcas de progressos violentos ao longo do desenvolvimento humano (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

Segundo Contini e Amorim (2013), a violência é estrutural e faz parte de um sistema complexo de relações desiguais de poder, que são historicamente construídas, de dominação do mais fraco subjugado pelo mais forte. É um fenômeno que envolve classe social, gênero, raça e etnia e está ligado à cultura e ao modo como a sociedade organiza suas relações. A violência se aplica às estruturas organizadas e institucionalizadas que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, colocando-os em situação de vulnerabilidade; tende a ser “naturalizada” e influencia diretamente as práticas de socialização.

De acordo com estudos (AZEVEDO e GUERRA, 2001; SANDERSON, 2005) realizados sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, é possível destacar as seguintes modalidades ou tipos de violência: física, sexual e psicológica. Elas podem ser cometidas presencialmente ou expressas por meio das redes sociais, podem ser institucionais, provenientes de negligência e, em alguns casos, podem ser fatais. Esses fatores, na maioria das vezes, estão entrelaçados e são silenciados nas situações em que ocorrem. Tal fenômeno pode ocorrer em todas as idades, sexos, culturas, comunidades, povos e condições sociais, sendo que na prática de um tipo de violência, outras poderão estar presentes, justapostas e sobrepostas.

Dados oriundos de pesquisas científicas (LANDINI, 2011; PINTO, 2005) que circulam nas redes sociais e demais meios de comunicação, revelam que nem sempre a criança encontra na família, no Estado, na comunidade e na cultura na qual está inserida, o amparo necessário para seu desenvolvimento integral. Desde a mais tenra idade, muitas crianças já experimentam o gosto amargo do desamparo, da negligência e de diversas formas de violência, incluindo a sexual.

A violência sexual, segundo Paiva (2013), é caracterizada pelo abuso e pela exploração sexual. O abuso sexual é a utilização do corpo de uma criança ou de um adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual em que o agressor ambiciona satisfazer seus desejos. Já a exploração sexual caracteriza-se

pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro financeiro ou de qualquer outra espécie de comércio, como a troca por mercadorias, na qual se aproveita da condição de vulnerabilidade da criança ou do adolescente para fins comerciais.

Observa-se que nem sempre quando acontece o abuso sexual também existe exploração sexual. No entanto, quando há exploração sexual, ela é acompanhada pelo abuso sexual, ambas trazendo sérias consequências à vítima.

Com base no balanço geral dos dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), o número total de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, no período de janeiro de 2011 a abril de 2019, foi de 228.353. Evidencia-se que as maiores vítimas da violência sexual são crianças e adolescentes do sexo feminino, da cor parda, e que a maioria dos suspeitos da violação é do sexo masculino, pai e padrasto.

Indiferença e silêncio são observados no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo grande o desafio para a sociedade brasileira administrar. Tabus, preconceito, rejeição, omissão, consentimento, incentivo e sigilo são algumas características presentes nas situações que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes. Tabus que são produtos de representações conscientes ou pré-conscientes das relações sociais que perderam sua base real, mas que “retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais”. (ADORNO, 1995, p.98).

Quando e onde surgiu o tabu em nossa sociedade? Não sabemos. Podemos considerar que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião (FREUD, 2012).

Culturalmente legitimado, internalizado e transgredido em nossa sociedade, o tabu sexual é alvo de diversos mecanismos de restrições e ações coercitivas, reguladas por meio da superestrutura social. As legislações, preceitos religiosos e demais mecanismos sociais, tentam realizar o “papel” de protetores da vítima da violência sexual e mantenedores dos tabus, com ações, na maioria das vezes, infrutíferas.

A criança ou o adolescente vitimizado nesta rede de relações violenta e irracional, também é aluno em alguma escola, pública ou privada, que nem sempre os enxerga em suas dimensões e complexidades únicas. Alguns alunos buscam na escola o amparo e a esperança do término da violência sofrida, relatando as situações aos professores e demais funcionários da escola, mas nem sempre são acolhidos em suas expectativas por diversas razões e obstáculos.

EXISTEM OBSTÁCULOS QUE IMPEDEM OS EDUCADORES ENFRENTAREM AS SITUAÇÕES DE RELATOS DE ABUSO SEXUAL DOS EDUCANDOS?

Para responder à esta pergunta, foi aplicado um questionário a 90 educadores de três Unidades Educacionais no município de São Paulo, 30 em cada Unidade Escolar, participando 86 professores e quatro coordenadores pedagógicos.

Foram reservados dias e horários de acordo com a disponibilidade de cada unidade escolar. Priorizaram-se os horários de JEIF (Jornada Especial Integral de Formação). Antes da aplicação do questionário, foi realizado um teste preliminar (pré-teste) com cinco professores da unidade escolar I com o objetivo de analisar as perguntas na perspectiva da sua relação com os objetivos do estudo, da sua compreensão e aceitação pelos pesquisados e da verificação do tempo utilizado pelos professores para responder o questionário vislumbrando realizar as adequações necessárias.

O questionário aplicado contém tanto questões de múltipla escolha quanto questões abertas, na perspectiva de complementar e aprofundar as respostas. A aplicação do questionário foi realizada em um único dia, nos dois grupos de JEIF, em seus respectivos horários. Os professores já haviam sido avisados, pelos coordenadores pedagógicos, quanto à data e ao horário em que seria realizada a aplicação do questionário.

Faz-se necessário esclarecer que algumas respostas foram selecionadas e agrupadas para melhor apresentação e análise de acordo com os objetivos propostos, com enfoque nos possíveis desafios e obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de violência sexual contra os educandos.

Apresentação e análise das respostas ao questionário aplicado aos educadores

Por meio das respostas do questionário foi possível observar que, do total de 90 educadores, 90% são do sexo feminino; 46% ministram aula no fundamental I e 45% no fundamental II. Nota-se que, com relação à faixa etária, a maioria, 43%, tem entre 41 e 50 anos e a minoria, 5%, têm entre 20 a 30 anos de idade e 61 a 70 anos. Quanto à cor da pele, 46% se autodeclararam da cor branca, seguida da cor preta com 21%. Com relação à religião, nota-se a predominância da católica, 38%, seguida da evangélica, 24%. Com relação ao tempo de serviço, a maioria, 37%, tem de 11 a 20 anos, seguida dos que têm de 21 a 30 anos, com 35%.

Com o objetivo de aprofundar a análise, foram agrupadas algumas questões referentes aos obstáculos no enfrentamento à violência sexual contra os educandos, e os tabus existentes ao abordar o tema,

| QUESTÃO | Sim | Não | Não respondeu | Total |
|--|-----|-----|---------------|-------|
| Você já ouviu de algum aluno (a) relato sobre violência contra criança? | 78 | 12 | 0 | 90 |
| Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes? | 65 | 18 | 7 | 90 |
| O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações dos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE – Diretoria Regional de Educação – e outros)? | 53 | 34 | 3 | 90 |
| Você já participou de alguma formação sobre violência SEXUAL contra criança ou adolescente? | 20 | 69 | 1 | 90 |
| Você tem interesse em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual? | 75 | 12 | 3 | 90 |
| Você acha que o tema da violência sexual deveria ser abordado na escola? | 87 | 2 | 1 | 90 |
| Você teria segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos? | 35 | 53 | 2 | 90 |
| Você teria segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família de seus alunos? | 22 | 65 | 3 | 90 |
| Existe tabu ao abordar a violência sexual? | 74 | 13 | 3 | 90 |

Quadro 1 – Respostas dos educadores referentes ao questionário aplicado

Fonte: Questões elaboradas pela pesquisadora, 2018.

Para melhor análise das respostas a partir das perguntas contidas nesse quadro, optou-se por tratar cada uma de acordo com a ordem que ocupam, com as complementações pertinentes a cada pergunta.

Com relação à questão “Você já ouviu de algum aluno algum relato sobre violência contra criança?”, é possível observar que 86% já ouviram e que 14% não. Em complemento a essa pergunta, sobre quem praticou a violência, 30 educadores responderam que foram membros da família, 13 os pais, oito somente o pai, oito o padrasto, cinco a mãe, quatro colegas da escola, dois os tios e um o vizinho. Com relação à pergunta “qual tipo de violência” relatada aos educadores, eles informaram que:

- 54 alunos relataram que sofreram **violência física** – agressões diversas como tapas, socos e murros. São espancadas com o uso de cinto e outros materiais, até mesmo pontiagudos como facas; “*uma aluna com deficiência foi amarrada e apanhou muito*”; “*as crianças vêm marcadas por apanhar*”; “*minha aluna apanha com frequência da família*”.
- 42 alunos relataram que sofreram **violência sexual** – do pai, padrasto, tios e tias, avós, vizinhos, entre primos e irmãos; “*minha aluna disse que o padrasto a abusava sexualmente*”; “*dois alunos, que são irmãos e um*

primo, abusaram da irmã menor de um deles”; “uma aluna relatou que seu tio a violentava. Conversei com a aluna e a convenci a contarmos juntas para a mãe e procurar ajuda psicológica”; “alunos relatam que sofrem abuso sexual”; “minha aluna disse que a mãe e a irmã mais velha atendem “clientes” no mesmo cômodo que ela dorme, e vê tudo o que acontece”; “uma criança relatou que o padrasto abusava dela”; “minha aluna sofreu abuso em sua casa e no abrigo”.

- 38 relataram que sofreram **negligência ou abandono** – rejeição, descuido, descaso, indiferença; *“pais se recusam a cuidar do filho, querem que ele vá para alguma ONG ou orfanato”; “a mãe foi embora de casa e deixou a criança sozinha”; “os pais não cuidam dos filhos devidamente”; “alunos que veem (sic) para escola sujos, com fome e sem material escolar”, “minha aluna foi deixada na casa do pai pela mãe e foi embora. Minha aluna vem suja pra (sic) escola e com outros problemas...”.*
- 26 alunos relataram que sofreram **violência psicológica** – palavras ofensivas; *“uma aluna disse que se contasse pra mim sobre as violências sofridas a família disse que a mataria”; “ameaças constantes, ser chamado de burro”.*
- 22 alunos relataram que sofreram **violência presencial** – ou seja, presenciaram brigas e morte; *“pai agredindo a mãe com faca e verbalmente”; “minha aluna disse que vê a mãe apanhar todos os dias do pai”; “alunos viram a mãe ser espancada”, “alunos com pai e mãe alcoólatras e usuários de drogas”; “uma aluna presenciou a madrasta matar o pai”; “um aluno presenciou o padrasto matando o tio a facadas”.*
- 23 alunos relataram que sofreram **violência na rede social** – *“adultos seduzindo crianças pela internet, pedindo fotos das partes íntimas”; “alunos praticando bullying na rede social, (sic) como Facebook, WhatsApp e internet”.*
- 12 educadores **não responderam à questão**.

É possível verificar, por meio dos dados e relatos dos educadores, o quanto os alunos, crianças e adolescentes, estão vivenciando os mais diversos tipos de violência, envoltos na desproteção e desamparo. A maioria dos educadores já ouviu relatos dos alunos sobre algum tipo de violência sofrida e cometida principalmente por pessoas da família e por conhecidos. Crianças que, desde muito cedo, aprendem que a ameaça à sua integridade física e emocional está justamente onde deveriam sentir-se seguras, no *“sagrado lar e na família”*.

Ao serem questionados sobre a atitude tomada diante da situação de violência relatada por seus alunos, 63 educadores comunicaram à equipe gestora da escola, 27 comunicaram a algum colega, dez não responderam, dois silenciaram

e cinco tomaram outras atitudes, como conversar com a família, com a mãe da criança, sugerir encaminhamento ao conselho tutelar, conversar somente com o aluno ou recorrer à denúncia anônima. Alguns educadores escolheram mais de uma resposta. Observa-se que a maioria das decisões relativas à violência sexual revelada pelos alunos aos educadores são comunicadas à equipe gestora para os devidos procedimentos. Essa equipe, assim como os professores, tem o dever de cumprir o contido na Portaria 5552/12, que estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos com encaminhamento ao Conselho Tutelar. No entanto, não basta somente que um ofício com os procedimentos necessários seja enviado ao Conselho Tutelar, como preconiza a Portaria, pois a situação da violência exige condutas imediatas e específicas.

Acredita-se que as revelações da violência sexual realizadas pelos alunos, devido a sua complexidade, devem ser apoiadas por uma equipe multiprofissional na escola, na perspectiva de uma escuta participativa e não solitária, isto é, com apoio de profissionais de outras áreas como a psicologia e o serviço social, com encaminhamentos conjuntos. Talvez um dia, ao se deparar com as revelações de violência sexual, a escola possa ter o apoio de uma rede de ações para os devidos procedimentos que não tragam mais danos à vítima, pois o momento da revelação e os seus desdobramentos são etapas muito importantes que não podem ser negligenciadas. Talvez com a efetivação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, tornará possível que ações integradas sejam realizadas dentro da escola, vislumbrando procedimentos e encaminhamentos conjuntos na proteção integral da criança e do adolescente.

Quanto à questão “Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?”, observou-se que 72% já buscaram, 20% não e 8% não responderam. Dos que já buscaram, 35 educadores informaram que o fizeram por meio da internet, 27 na escola, 15 em livros e três no conselho tutelar. Uma educadora relatou: “*Busco informações em livros, internet e com os próprios alunos em conversas e cartas anônimas escritas por eles.*”

No tocante às questões específicas à formação, elas também são analisadas separadamente, dada as suas peculiaridades. A primeira delas é a seguinte: “O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações aos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE e outros)”?

Por meio das respostas, foi possível verificar que 59% dos educadores responderam que sim, 38% que não e 3% não responderam. Dos educadores que responderam sim, 37 escreveram que a formação foi realizada na JEIF, 13 em reunião pedagógica, seis na DRE, seis em palestras e um no sindicato.

Considerando a pergunta que contém referência à violência sexual, “Você já participou de alguma formação sobre violência sexual contra criança ou adolescente?”, nota-se que, diferentemente da resposta à questão anterior, somente 22% dos educadores participaram de alguma formação com foco na violência sexual, 77% não participaram, e 1% não respondeu, diferença que indica a especificidade do tema. Dos que participaram, 14 informaram que a formação se deu na escola, três no sindicato e dois na universidade, dado que certa dificuldade em abordar o tema da violência sexual no interior da escola foi demonstrada.

No entanto, na pergunta relativa ao interesse dos educadores em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual, 84% dos educadores têm interesse, 13% não têm interesse na formação e 3% não responderam.

Certamente, o aluno vitimizado busca e espera apoio, orientações e proteção da escola, que ainda não se sente plenamente preparada para lidar com as situações que envolvem violência sexual contra seus alunos, tal qual demonstram as respostas à questão que questionava os educadores sobre segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com seus alunos. Dos 90 educadores, 59% responderam que não têm segurança e facilidade, 39% escreveram que sim e 2% não responderam. Os dados demonstram a insegurança em abordar o tema pelos educadores no ambiente escolar com diversas justificativas, tais como: “*Não me sinto preparada. Falta conhecimento de como lidar*”, “*Por não ter estrutura psicológica para lidar com esse tema e ao saber que alguns deles (alunos) são vítimas*”, “*Não tenho preparo e conhecimento aprofundado e suficiente no assunto*”, “*sofri violência sexual quando pequena*”. Por outro lado, os educadores que têm segurança para tratar do assunto também escreveram algumas justificativas, dentre elas: “*Porque tenho com meus alunos uma relação de afeto. Procuo deixá-los seguros e proporcionar-lhes autonomia. Sou ouvinte e expectadora deles*”, “*Procuo abordar sempre, pois meus alunos deficientes intelectuais têm dificuldades com o assunto. Existe certa ingenuidade e eles são erroneamente tratados como eternas crianças*”; “*Porque como educador preciso entender e detectar para trabalhar a proteção deste aluno*”.

Contudo, não é somente com os alunos que a maioria dos educadores tem insegurança em abordar o tema da violência sexual. Por meio das respostas à questão cujo foco era a segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família dos alunos por parte dos educadores, constatou-se que 72% dos deles não teriam segurança, 25% teriam e 3% não responderam. Dos educadores que não teriam segurança, destaca-se: “*Acredito não estar preparada e com o conhecimento necessário*”, “*Com a família o diálogo fica mais complicado*” e “*Por não achar a situação fácil de lidar. Precisaria ser amparada, ter auxílio de*

alguém”.

Com relação às justificativas dos educadores que teriam segurança em abordar o tema, lemos o seguinte: *“Porque procuro transmitir aos pais a segurança de estar não apenas letrando e alfabetizando seus filhos, mas sim que estou ajudando-os na formação de seus filhos. Cuidar e educar caminham juntos”, “Para esclarecer sobre o quanto a violência pode impactar na vida da criança”, “Para que estejam cientes que nós professores estamos aqui também para proteger a vida das crianças” e “Em se tratando do meu público, acho importante tratar da violência e da sexualidade, pois existe um mito de que alguns deficientes tem a sexualidade exacerbada”.*

Certamente, a complexidade e a extrema importância do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes exigem da escola um comprometimento de todos na percepção, na escuta cuidadosa da revelação da violência, no diálogo com as famílias e nos encaminhamentos necessários. Para que isso aconteça, a escola não deve agir de maneira solitária, mas sim buscar desenvolver ações articuladas e unificadas em uma perspectiva multidisciplinar, multiprofissional e intersetorial no enfrentamento das situações de violência sexual contra os alunos.

Além das dificuldades em abordar o tema da violência sexual com seus alunos e seus familiares, a escola também é palco de situações que remetem a tabus, dificultando um olhar efetivo para violência sexual, principalmente com relação ao abuso sexual. A partir da questão respondida pelos educadores sobre a existência de tabus ao abordar a violência sexual, 82% responderam que sim, 13% que não e 3% não responderam. Das justificativas relatadas pelos educadores acerca da razão de existirem tais tabus, destaca-se: *“Pessoas acreditam ser um assunto delicado”; “As pessoas ficam desconfortáveis ao se exporem ou sentem que estão expondo aos (sic) demais envolvidos”; “Não é fácil expor a humilhação sofrida”; “Resistência das famílias em abordar o assunto”; “A sociedade ainda perpetua preconceitos como misoginia, machismo e homofobia e tendem culpabilizar as vítimas”; “Existe o medo e o trauma associado ao abuso”; “Acredito que por se tratar de um assunto que envolve muitas questões religiosas e culturais”; “Falta de informação”; “Falar de sexo é tabu em qualquer situação”.*

Com relação às justificativas de não existirem tabus ao abordar o tema da violência sexual, destaca-se: *“Infelizmente, é algo que está acontecendo e muito se discute”; “Já é falado na mídia”; “Muitas pessoas sentem necessidade de divulgar os casos que conhecem”; “É comum, mas ninguém consegue fazer algo”; “É um assunto presente nos relatos de nossas crianças”; “Ultimamente, devido ao grande número de casos e denúncias, muitos estão cientes de que infelizmente esse tipo de violência existe”.*

Por meio das afirmativas dos educadores, é possível observar a existência de tabu ao tratar da violência sexual contra criança e adolescente e da sexualidade

humana, bem como sua presença nas relações e no cotidiano de alunos, famílias, educadores e da sociedade em geral. Esses tabus são como forças reais e devem se manifestar no ato e não no fato da violência sexual.

A partir da constatação da existência de tabus ao abordar a violência sexual no ambiente escolar, cabe à escola um trabalho profundo de esclarecimento por meio da formação e informação, de maneira crítica. Faz-se necessário abordar não somente a violência sexual, mas a sexualidade humana e todos os aspectos que a permeiam, desenvolvendo projetos e participando de programas com enfoque na educação sobre a sexualidade. A escola deve estar aberta ao diálogo e favorecer experiências que proporcionem condições para que o aluno desenvolva não somente sua dimensão cognitiva, mas também a afetiva, social e outras, isto é, que seja formado em sua totalidade. Que ele conheça os mecanismos de denúncia e proteção, que se aproprie dos seus direitos e deveres de cidadão atuante na sociedade contemporânea.

Mesmo envolto nessa barbárie, na turbulência de sentimentos e pensamentos ao entrar em contato com o relato de alunos vitimizados, o educador sabe que, se o aluno confidenciou a violência sofrida, é porque, de certo modo, conseguiu estabelecer um vínculo, uma relação de confiança entre professor e aluno e que um pedido de socorro foi feito, clamando por medidas de proteção por parte da escola.

Pelos relatos dos educadores, foi possível verificar a preocupação, o interesse, a abertura e a consciência da necessidade da formação para que possam atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos.

É inegável a riqueza de informações que o educador acumula durante anos no magistério, fruto de escutas, observações e intervenções junto aos alunos na tentativa, na maioria das vezes, de minimizar os sofrimentos das tristes realidades vividas pelos alunos e pelos próprios educadores. E com relação às diversas modalidades de violências, incluindo a sexual, não seria diferente.

Vislumbrando ações afirmativas na escola, os educadores apresentaram sugestões, que foram expressas nas respostas à questão “O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes”? Dos 90 educadores que participaram da pesquisa, 83 escreveram as mais diversas e significativas sugestões, o que permite pensar na efetivação de ações, projetos e programas de combate às violências que fazem parte do cotidiano dos alunos, educadores e famílias. São sugestões como a que segue, feita por um educador: *“Atuar de maneira consciente, utilizando formações para instrumentalizar os docentes para o enfrentamento de situações dessa natureza, bem como promovendo momentos de esclarecimento junto à comunidade escolar, família e alunos. Deve ainda realizar encaminhamentos e acompanhar os casos conhecidos. Acima de tudo, cabe à escola prevenir que tais situações se propaguem no ambiente escolar, demonstrando o quão prejudicial é a*

violência para a vida do indivíduo. Identificar possíveis casos de violência também é uma prática cabível à unidade escolar”.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados, foi possível observar que duas das barreiras e desafios que dificultam ou impedem os educadores no enfrentamento da violência sexual relatada pelos educandos, é a existência do tabu ao abordar o tema e as poucas informações e formações que os capacitariam na escuta e nas medidas protetivas às crianças e adolescentes vitimizados.

Atuar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar é uma tarefa complexa e tensa. Ela exige ação multidisciplinar e intersetorial junto às unidades escolares no embate contra o despreparo e o desamparo que envolvem a atuação dos educadores.

Os educadores sabem da importância da formação sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e querem ter acesso a esse tipo de conteúdo. Acredita-se que, por meio da formação e da informação, os professores desenvolverão a acuidade específica na percepção e na identificação das violências praticadas contra seus alunos, a partir de uma abordagem que poderá e deverá favorecer a confiança dos alunos na revelação da difícil situação a ser enfrentada e resolvida, de maneira que a criança e o adolescente sintam-se protegidos e amparados.

Além da especificidade exigida pelo tema da violência sexual, é necessário que educação sexual faça parte do currículo escolar, em diálogo com a realidade dos alunos, de forma que atinja as necessidades e interesses dos alunos de acordo com a faixa etária. Além disso, é essencial que essa educação também forme e informe todos os participantes da comunidade escolar, incluindo as famílias, visando não só ao enfrentamento do problema, como também à proteção de crianças e adolescentes contra todos os tipos de violência, sobretudo a sexual.

É na escola que boa parte dos alunos se encontra protegido e à vontade para expressar seus conflitos, anseios e necessidades. E para essa escuta, ela precisa estar preparada para contrapor-se à barbárie existente nas relações sociais. Esse é um dos desafios enfrentados perante as revelações de violência sexual contra seus alunos, uma violência estrutural que precisa ser combatida com urgência por todos com ações em rede, na perspectiva intersetorial, multiprofissional e multidisciplinar, para proporcionar apoio e proteção à criança e ao adolescente, em relação às suas necessidades e à garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. 1995. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. 1985. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de N. A. **Infância e Violência Doméstica**. Guia prático para compreender o fenômeno. Telecurso de Especialização – Módulos 1 a 8 A/B. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). PSA/IPUSP, 2001.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; AMORIM, Sandra Maria Francisco de. Proteção dos Direitos Humanos e o Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**. 2013, pp. 1-24 Disponível em <http://www.ivead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf> Acesso em: abril de 2018.

FREUD, Sigmund. 2011. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Editora Schwarcz.

_____. **Totem e Tabu**. 2012. São Paulo: Editora: Schwarcz.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O Professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Leila, Violência Sexual-Conceitos. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**, 2013pp. 1-24. Disponível em [http://www.escola.ivead.com.br/public/arquivos/Texto%201%20m3 .pdf](http://www.escola.ivead.com.br/public/arquivos/Texto%201%20m3.pdf). Acesso em: junho de 2018.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência Sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books, 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX - <https://www.fclar.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/estudos-da-sexualidade/apresentacao>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 22, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 144

C

Câncer de pênis 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Creche 130, 131, 133, 134, 135

Criança 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 87, 130, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

Cuidados de enfermagem 16

D

Desigualdades 10, 37, 41, 54, 55, 60, 73, 77, 106, 113, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 135

Ditadura Militar 72, 73, 75, 76, 77, 80

Diversidade sexual 2, 1, 10, 26, 30, 32, 42, 49

E

Educação 2, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 56, 109, 111, 112, 117, 124, 131, 133, 135, 136, 141, 143, 146, 147, 149

Educação em saúde 15, 16, 18, 20, 21, 22

Educadores 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Educandos 137, 140, 147

Enfermagem 7, 9, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 124

Escola 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 50, 83, 87, 131, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

F

Família 6, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 54, 75, 84, 87, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 132, 138, 141, 142, 143, 144, 146

Família contemporânea 31

Feminismo 42, 55, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 92

G

Gênero 2, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138

I

Igualdade 4, 10, 12, 44, 53, 74, 78, 79, 112, 113, 114, 135

Interseccionalidades 118, 122, 124, 127, 129

L

LGBTQIA+ 24, 25, 26, 27, 28, 29

Liberdade 13, 35, 46, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 92

Ludmilla 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94

M

Migrações rurais-urbanas 118, 122, 124

Militarismo 44, 45, 47

Modelo de parentalidade 31

Mulher 7, 8, 14, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 90, 92, 94, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 127

Mulheres 3, 6, 7, 8, 13, 14, 28, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

O

Opressão 26, 35, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 95, 110, 113, 125, 127, 138

Organização espacial 130

P

Pablo Vittar 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94

Polícia 44, 49, 52, 55, 56

Políticas públicas 78, 79, 81, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

População LGBTQI+ 83

R

Relações de gênero 1, 7, 10, 11, 31, 80, 120, 121

Representatividade 54, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Resistência 45, 47, 49, 52, 72, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 108, 145

S

Sexualidade 2, 1, 7, 10, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 46, 55, 86, 87, 91, 95, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 149

T

Tabus 1, 22, 137, 139, 140, 145, 146

Trabalho doméstico 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129

V

Violência sexual 77, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Visibilidade 10, 23, 107, 109, 116, 121, 127

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 